



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, NATUREZA E
DESENVOLVIMENTO**

MARCELO PRACIANO DE SOUSA

**TRAJETÓRIAS E INTERCONEXÕES CAMPONESAS: REFLEXÕES EM
CONTEXTOS DE EXPANSÃO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS EM
SANTARÉM-PA**

**SANTARÉM-PA
2021**

MARCELO PRACIANO DE SOUSA

**TRAJETÓRIAS E INTERCONEXÕES CAMPONESAS: REFLEXÕES EM
CONTEXTOS DE EXPANSÃO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS EM
SANTARÉM-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – PPGSND da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dra. Delma Pessanha Neves.

**SANTARÉM-PA
2021**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ



INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

ATA N^o 31 / 2021 - IBEF (11.01.06)

N^o do Protocolo: 23204.006160/2021-12

Santarém-PA, 30 de junho de 2021.

ATA N^o 60

Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte um, às quatorze horas, via sistema de videoconferência, realizou-se a SESSÃO PÚBLICA de defesa da Tese de Doutorado em Ciências Ambientais área de concentração SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO, linha de pesquisa IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DA MUDANÇA DO USO DA TERRA NA AMAZÔNIA, intitulada TRAJETÓRIAS E INTERCONEXÕES CAMPONESAS: REFLEXÕES EM CONTEXTOS DE EXPANSÃO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS (SANTARÉM -PARÁ), do discente MARCELO PRACIANO DE SOUSA, orientado pela Prof.^a Dr.^a DELMA PESSANHA NEVES. A Banca Examinadora e Julgadora, aprovada e homologada pelo Colegiado, constitui-se dos seguintes professores doutores, mediante participação remota: PRESIDENTE: Prof.^a Dr.^a Delma Pessanha Neves (Orientador/PPGSND/UFOPA); TITULAR 1: Prof. Dr. Thiago Vieira (PPGSND/UFOPA); TITULAR 2: Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão

(UFOPA); TITULAR 3: Prof. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães (PPGSND/UFOPA); TITULAR 4: Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres (PPGA/UFF); TITULAR 5 Prof. Dr. Pedro Fonseca Leal (CFCHS/UFOSB). Em conformidade com o Regimento Interno do Programa, a presidente da banca, Prof.^a Dr.^a Delma Pessanha Neves, abriu a sessão, passando a palavra ao discente, que fez a exposição do trabalho, seguido da arguição de todos os membros da banca. Finda a arguição, a Banca Examinadora e Julgadora se reuniu, sem a presença do doutorando, deliberando pelo seguinte parecer: (X) aprovada; () sujeita à reformulação; () reprovada, seguindo o prazo definido no Regimento do Programa. Nada mais havendo por constar, lavrou-se e fez-se a leitura da presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e Julgadora, Presidente da Banca e Doutorando. Santarém (PA), trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte um, às dezoito horas.

(Assinado digitalmente em 30/06/2021
18:16)

JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES

PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR

ICS (11.01.08)

Matrícula: 1190535

(Assinado digitalmente em
02/07/2021 16:48)

SANDRO AUGUSTO VIEGAS
LEAO

PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR

ICS (11.01.08)

Matrícula: 1834414

(Assinado digitalmente em 30/06/2021 18:04)

THIAGO ALMEIDA VIEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

IBEF (11.01.06)

Matrícula:1776327



Dr. SIDNEI CLEMENTE PERES, UFF
Examinador Externo à Instituição



Dr. PEDRO FONSECA LEAL, UFSB

Examinador Externo à Instituição


DELMA PESSANHA NEVES, UFOPA
Presidente



MARCELO PRACIANO DE SOUSA
Doutorando

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado
de Bibliotecas – SIGI/UFOPA**

S725t Sousa, Marcelo Praciano de

Trajetórias e interconexões camponesas: reflexões em contextos de expansão capitalista de produção de grãos em Santarém-Pa. / Marcelo Praciano de Sousa. – Santarém, 2021.

110 fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Delma Pessanha Neves

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Biodiversidade e Florestas, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

1. Cultivo de grãos. 2. Trajetórias camponesas. 3. Amazônia. 1. I. Neves, Delma Pessanha, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.1098115

Dedico esta reflexão às famílias camponesas que reconstruíram suas trajetórias de vida em contexto de ocupação do território amazônico, inclusive a minha própria. E a tantos outros camponeses que tiveram suas vidas abruptamente interrompidas devido à recorrente violência no universo rural brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará que contribuíram com a minha qualificação, acentuando a importância de escolhas metodológicas e epistemológicas.

Aos meus colegas do curso de doutorado pela partilha de conhecimentos, mas, sobretudo, da ideia intencional de construção de sujeitos históricos, dotados de especiais conhecimentos redirecionados pelo acesso à educação formal em suas diversas dimensões hierarquizadas.

À professora Delma, orientadora que desde os primeiros contatos foi insistente e pontual em atenções e ensinamentos, especialmente quando me fez reconhecer que análise científica é construção de possibilidades interpretativas. Assim sendo, recorrentemente é necessário reavaliar o lugar epistemológico de análises pretendidas, inclusive neste texto de tese. A partir de sua orientação, pude compreender e valorizar trajetórias construídas por famílias camponesas e seus descendentes, em cenários acadêmicos e produtivos, em que comumente as análises valorizam compreensões apenas externas e derrotistas em relação a trajetórias desses grupos domésticos.

Ao meu amigo André Chagas, pelo apoio dispensado e sobretudo por ter lido criticamente este texto de tese, quase sempre apontando outras possibilidades de interpretações.

À senhora Ruth Sena e ao seu esposo Cristovam Sena, por se dedicarem a manter viva a história do município de Santarém, através do Instituto Boanerges Sena que, mesmo sem apoio direto de alguma repartição pública, trabalham e patrocinam o arquivamento e catalogação de documentos históricos, possibilitando que diversos pesquisadores tenham acesso a tais arquivos.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou a construção da pesquisa de doutoramento que embasa este texto de tese.

À minha família, pela vida, pelos ensinamentos e, especialmente, pelo apoio incondicional.

Enfim, a todos que contribuem ou fazem parte de minha história, muito obrigado.

RESUMO

O objetivo atribuído a este texto de tese foi de construir análises de processos relativos à introdução do cultivo de grãos no território do município de Santarém, segundo narrativas elaboradas por famílias camponesas que nele se fixaram anteriormente a essas estratégias de expansão do agronegócio. No processo de construção da análise, foram valorizadas estratégias mobilizadas por famílias camponesas que, após processos de migração para a região, diante do projeto de acesso a lotes de terra, vangloriaram-se do sucesso da reprodução do modo de vida camponês. A garantia da posse da terra, seguida da qualificação da própria posse, conforme juízos estabelecidos pelos grupos domésticos, elas possibilitaram a construção de outras estratégias que proporcionaram aos seus descendentes, condições favoráveis à reprodução da vida dissociada de atividades produtivas desenvolvidas no campo. Para tanto, famílias camponesas, isto é, as abarcadas por esta pesquisa e trabalho de campo, mobilizaram recursos e esforços que possibilitaram a introdução de descendentes em programas de qualificação profissional; mais tarde, eles próprios operaram na construção de acessos ao mercado de trabalho assalariado. Esse mercado de trabalho, em geral alcançado e reproduzido pela emigração de descendentes de famílias camponesas para outros municípios, consolidou-se, especialmente, em capitais da região Norte, permitindo redistribuição relativa do sucesso de quem permaneceu na gestão anterior do lote de terra. No processo de construção da análise acerca deste objeto de estudo, referências bibliográficas e informações construídas em trabalho de campo foram mobilizadas, assim como a realização de entrevistas com diversas famílias camponesas fixadas no território santareno. Além disso, foram incorporados dados fornecidos pelas secretarias de saúde e educação de Santarém, importantes para a compreensão de contextos de constituição e reprodução de comunidades rurais localizadas no planalto santareno. Por fim, dissociamo-nos de avaliações externas e derrotistas pelas quais o movimento de saída do território rural teria ocasionado processos de favelização na cidade de Santarém. Pela possibilidade de interpretações alternativas e complementares sobre a construção de estratégias mediadas por famílias camponesas em Santarém, foi possível incorporar outros projetos familiares que possibilitaram a reprodução destas famílias no território destacado, ainda que, para isso, fosse necessário redefinir o futuro de seus filhos.

Dentre outras razões, a redefinição de trajetórias de vida camponesa possibilitou a incorporação de diversos lotes de terra a processos de introdução da produção de grãos no planalto santareno. Portanto, a inserção do cultivo de grãos na região estimulou, entre tantas outras alternativas, a consolidação de estratégias de reprodução autônoma dessas famílias, não apenas de seus descendentes em condições de reproduzir suas vidas mediante à inserção no mercado de trabalho assalariado, mas também pelo desenvolvimento de atividades produtivas autônomas, afiliadas a cargos em serviços públicos ou ainda como profissionais liberais.

Palavras-Chave: Cultivo de Grãos. Trajetórias Camponesas. Amazônia.

ABSTRACT

The aim assigned to this thesis text is the analysis of processes related to introducing of grain cultivation in the municipality's territory of Santarém, through narratives constructed by peasant families who settled there prior to these strategies of agribusiness expansion. In the process of constructing the analysis, strategies mobilized by peasant families have been valued. After migrating to the region, when faced with the project of access to plots of land, they boasted of the successful reproduction of their way of life. The guarantee of land ownership, followed by the qualification of the own tenure, in accordance with the judgments established by the domestic groups, enabled the construction of other strategies, which provided their descending with favorable conditions for the reproduction of a life dissociated from productive activities developed in the countryside. For this purpose, peasant families, i.e., those embraced by this field research, have mobilized resources and efforts that enabled the introduction of their descendants in professional qualification programs, later, they themselves operated in the construction of access to the paid labor market. This labor market, normally reached and reproduced by the immigration of descending of peasant families to other municipalities, was consolidated, especially in the capitals of the Northern region, allowing relative redistribution of the success that remained in the previous management of the land plot. In constructing the analysis of this object of study, bibliographic references and information built in fieldwork have been mobilized, as well as interviews were conducted with several peasant families settled in the Santareno territory. In addition, data provided by the Santarém health and education secretariats have been incorporated, which are important to understanding the contexts of constitution and reproduction of rural communities on the Santareno plateau. Finally, it dissociated itself from external and defeatist evaluations, by which the movement out of the rural territory would have caused shanty towns processes of the city of Santarém. Through the possibility of alternative and complementary interpretations about the construction of strategies mediated by peasant families in Santarém, it was enabled to incorporate other family projects, which permitted the reproduction of their in the highlighted territory, even if this required redefining the future of their children. Among other reasons, the redefinition of peasant life trajectories enabled the incorporation of several plots of land into the process of introducing the grain production of the Santareno plateau.

Thus, the insertion of grain cultivation in the region has stimulated, amid many other alternatives, the consolidation of autonomous reproduction strategies of these families, and even of their descendants who can reproduce their lives by entering the wage labor market, but also by developing autonomous productive activities, affiliated to positions in public services or even as self-employed professionals.

Keywords: Grain Cultivation. Peasant Trajectories. Amazônia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de pimenta do reino na comunidade de Ramal do Gato, planalto santareno, 2020.....	43
Figura 2 - Plantio de arroz em área recém desmatada, 2019.....	61
Figura 3 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 1981.....	64
Figura 4 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 1990.....	65
Figura 5 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 2001.....	66
Figura 6 – Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 2010.....	67
Figura 7 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da PA-370, 2017.	68
Figura 8 - Mapa de localização do território do Baixo Amazonas, Região Oeste Paraense.	96
Figura 9 - Fotografia de fubica na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dinâmica da produção de arroz e soja no estado do Pará em toneladas (2000-2018).....	60
Gráfico 2 - Produção de soja no Brasil (1952-2018).	80
Gráfico 3 - Evolução da produção de soja no Centro-oeste (1980-2018).	86
Gráfico 4 - Evolução da área plantada nos estados da região Norte do Brasil (1995-2018).	91
Gráfico 5 - Evolução da produção de soja no estado do Pará, Brasil (1997-2019). .	94
Gráfico 6 - População de Santarém segundo o local de nascimento de homens, 2000 e 2010.....	167
Gráfico 7 - População de Santarém segundo o local de nascimento de mulheres, 2010.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo da concentração de áreas destinadas ao cultivo de grãos no planalto santareno, 2020.....	118
Quadro 2 - População em comunidades do distrito de rio Curuá-Una, 2009 e 2019.	138
Quadro 3 - População residente, por sexo e lugar de nascimento, 2000 e 2010. ..	165
Quadro 4 - Perspectiva intergeracional de famílias camponesas no planalto santareno, 2020.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e taxas de crescimento populacional, 1970 e 2010.	52
Tabela 2 - Número de imóveis rurais na Amazônia brasileira, 2006.....	57
Tabela 3 - Quantidade de hectares ocupadas pela produção de grãos no Brasil,1990 a 2018.....	81
Tabela 4 - Evolução da área de produção de soja na Região Norte do Brasil, em mil hectares, 1997 a 2018.....	90
Tabela 5 - A distribuição da produção de soja em municípios do Pará, Brasil, no ano de 2015.....	109
Tabela 6 - Matrículas na escola municipal Francisco Pereira Chaves, em Boa Esperança, 2020.	131

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAC	Programas de Aceleração do Crescimento
PIC	Projeto Integrado de Colonização
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	21
1.2	PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO USO DE FONTES SECUNDÁRIAS	26
2	SANTARÉM: CRENÇAS COLETIVAS E HISTORICIDADES HEGEMÔNICAS	32
2.1	REARRANJOS PRODUTIVOS E AMPLITUDE DE ALTERNATIVAS DE VIDA.....	39
2.2	MUNICÍPIO DE SANTARÉM: ABSORÇÃO DE ESTÍMULOS PRODUTIVOS E REORDENAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSOLIDADAS	48
2.3	A EXPANSÃO DE RELAÇÕES CAPITALISTAS NO PLANALTO SANTARENO	55
3	PRODUÇÃO DE GRÃOS POR EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA ..	70
3.1	PROCESSOS DE EXPANSÃO DA SOJICULTURA NO BRASIL.....	78
3.2	PROCESSOS DE EXPANSÃO DA SOJICULTURA NA AMAZÔNIA	83
3.3	ESPECIFICIDADES RECONHECIDAS PARA O TERRITÓRIO DO ESTADO DO PARÁ	90
4	OCUPAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS EM ADESÃO DOS PRODUTORES DE SOJA.....	96
4.1	BAIXO AMAZONAS PARAENSE: ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E REARRANJOS SOCIAIS.....	103
5	CONSTRUÇÕES INTERGERACIONAIS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS....	140
5.1	O ACESSO À TERRA NO PLANALTO SANTARENO: CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS DE VIDAS	146
5.2	ITINERÁRIOS DE VIDAS: DESLOCAMENTOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS	162
5.3	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE VIDA	168
6	CONCLUSÕES	183
	REFERÊNCIAS	188

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto de tese é, valorando percepções de famílias camponesas que reconstruíram suas trajetórias de vida no território do município de Santarém, todavia mais tarde atingidas pela expansão de grãos nessa mesma região, registrar reflexivamente análises diferenciadas de tais processos de expansão da produção, neste último caso, empresarial. Inicialmente, havíamos tomado como hipótese de trabalho a valoração de algumas das estratégias traçadas por produtores de grãos. Acreditávamos que elas seriam suficientemente responsáveis por uma apriorística descontinuidade do modo de vida camponês na região. Afinal, a pressão social teria ocasionado a mobilidade espacial e social de famílias camponesas do planalto santareno para a sede municipal, diga-se, de passagem, interpretação dominante em plano local e regional.

Essa proposição interpretativa, por conseguinte, considerava análises que reconhecem a expansão da produção de grãos em Santarém como propulsora do êxodo rural no município (SOUSA, 2017; COSTA, 2012). E ainda associava esses processos expansionistas de relações capitalistas ao surgimento ou evolução demográfica de novos e precários bairros em Santarém, especialmente, os reconhecidos como periféricos, tais como Santo André, Uruará, Área Verde, dentre outros. São eles concentrações populacionais que de fato emergiram ou tiveram ampliação demográfica concomitantemente à introdução da produção de grãos no município, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990. Mas os fatores intervenientes não se superpõem.

Ao definirmos o objeto de estudo da proposta pesquisa pela compreensão do universo social de famílias camponesas, constituído nesse contexto socioeconômico, inclusas as estratégias por elas adotadas para garantir a reprodução social na posição de grupos produtivos, para tanto, valorizamos os protagonismos que relativamente garantiram a reprodução desses grupos domésticos¹. Por essa perspectiva, os processos de expansão da produção de grãos

¹ O conceito está relacionado à organização social em que se evidencia à valorização de modos e estratégias garantidoras da reprodução social e simbólica de famílias camponesas. A conjuntura interna de grupos domésticos está associada às relações de parentescos, sejam consanguíneas ou mesmo construídas após o evento do casamento, pelo qual diversas famílias são incorporadas reciprocamente a diversos universos sociais, ampliando seus próprios conjuntos de ação e relações sociais. O reconhecimento de processos de associação entre grupos domésticos permite-nos

no território santareno foram considerados como variáveis fundamentais de estudos relacionados aos sentidos de trajetórias de famílias camponesas. No entanto, nesse caso, focamos também as construções de arranjos sociais específicos, que teriam possibilitado gestão própria de mudanças nas transições dos ciclos de vida desses grupos domésticos. E ainda como haviam referenciado a construção de alternativas de inserção em atividades produtivas por eles construídas ou mesmo mais valorizadas, sem desconsiderar contextos de ampliação de postos de serviços públicos e privados na sede do município de Santarém.

No decorrer do trabalho de campo, estivemos então atentos a conflitos sociais ocasionados pela dinâmica familiar e como essas tensões favoreceram ou não a projeção de estratégias de expansão da produção de grãos para o município em foco. Em anterior pesquisa realizada para elaborar a dissertação de mestrado, em comunhão com interpretações locais consagradas, havíamos contemplado aquela perspectiva unilateral de valorização dos sojicultores como agentes dotados de capacidades para criarem estratégias e conexões políticas facilitadoras da consolidação de processos de expansão da produção de grãos integrados a pressuposta expropriação da terra de uso camponês.

Naquele momento, consideramos que somente os movimentos sociais construíram barreiras políticas e sociais com a intenção de limitar as ações dos produtores de grãos na região. E não nos ocupamos em elaborar compreensões de modos de gestão de famílias camponesas. Tanto que, naquele momento, analisamos a associação do movimento de saída do campo unicamente ao comércio de terras na região, até mesmo por reconhecer que, paralelamente ao movimento de expansão da produção de grãos, houve de fato registros de migrações de famílias camponesas para centros urbanos, a exemplo de Santarém.

Entrementes, em desdobramento daquela pesquisa, consideramos outros processos complementares e contraditórios que registraram diferenciados agenciamentos econômicos e políticos. Neste contexto, então, contemplamos diversos arranjos de enfrentamento de reprodução interna de famílias, em construção de possibilidades de acesso à terra, propiciada pelo deslocamento para área de terras consideradas livres, garantindo a reprodução do modo de vida

reconhecer que as relações, por eles estabelecidas, ocorrem em campos de ação interno e externo aos contextos em que esses agrupamentos estão inseridos, possibilitando e mediando suas próprias reproduções ou reposicionamentos sociais.

camponês. Assumimos o conhecimento, alcançado especialmente no decorrer do trabalho de campo, que esses lotes de terra são de fato cobiçados pelos produtores de grãos visando à integração deles aos campos de produção de grãos, seja pela imediata compra ou pelo arrendamento.

No decorrer do trabalho de campo que embasou as interpretações registradas neste texto, redesenhamos as proposições de análises, valorizando as trajetórias percorridas por famílias camponesas que almejavam possibilidades para seus descendentes projetarem caminhos diferentes daqueles seguidos pelos pais, conseqüentemente, em grande parte, considerando outros meios para a reprodução das projetadas vidas dos membros do grupo doméstico. Tais projeções, no contexto em causa, levavam em conta o desenvolvimento e a ampliação de outros setores produtivos pelos quais identificavam a emergência de oportunidades de inserção no mercado de trabalho assalariado, especialmente em capitais de estados da região Norte, conforme já haviam sido registradas por Neves (2014).

Abrindo-nos à compreensão analítica de outras possibilidades de inserção em diversos setores produtivos, passamos então a valorizar a criação e os investimentos dos membros do grupo doméstico para corresponderem a outras escolhas, acompanhadas de diferentes empreendimentos das famílias camponesas alcançadas pela pesquisa, que haviam, de algum tempo, se fixado no planalto santareno.

Todavia ressaltamos que tais alternativas de vida foram criadas, sobretudo, após a garantia da posse da terra, isto é, mediante processos construídos pelos pais ou pela geração antecedente. Estão elas associadas às probabilidades de exercício produtivo, por elas também demandadas e conquistadas, especialmente, para possibilitar o acesso de seus filhos à educação formal. Destacamos assim, garantias incorporadas e propiciadoras de inserções em posições existentes no mercado de trabalho assalariado. Esses caminhos, comumente, provocam movimentos de migração de descendentes para centros urbanizados, mobilizados, especialmente, pela busca da continuidade da qualificação profissional ou imediata inserção no mercado de trabalho assalariado; ou ainda para o desenvolvimento concomitante dessas duas atividades, garantindo a qualificação e as condições de sobrevivência, e considerando que nem sempre os pais possuem plenas condições para patrocinar a qualificação profissional dos filhos

sem também contarem com a contribuição destes no custeio de suas próprias despesas.

Na construção de quadros de sucessão geracional, elaborados a partir de informações obtidas em trabalho de campo, constatamos que, entre o grupo de famílias camponesas entrevistadas, há casos de migração de todos os descendentes para outras regiões, para alcançarem melhor qualificação profissional; ou de valorização da inserção no mercado de trabalho assalariado. Essas ações, por conseguinte, ocasionaram descontinuidades das condições de realização de modelos produtivos valorizados em processos de reprodução do projeto de vida camponês. No entanto, reconhecemos, também, sentidos atribuídos a outras interpretações analíticas pelas quais são valorizados padrões de fluxos migratórios entre esses grupos de camponeses.

Por tais razões, quando analisamos os fluxos migratórios de famílias camponesas para região de Santarém, principalmente para o planalto, destacamos dois recortes de tempo, que Santos (2008, p.67) denominou “pedaços do tempo”, em sua busca de construção de recursos para a compreensão de dinâmicas sociais e territoriais no Brasil. No primeiro contexto estudado, entre 1950 e 1980, as migrações eram basicamente de origem nordestina, especialmente do estado do Ceará. A partir de 1980, sobretudo na primeira metade dessa década, há registro de migração provinda da região Sul, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul.

A delimitação do recorte temporal foi importante para a elaboração da pesquisa suporte deste texto, uma vez que os migrantes, em diferenciados períodos, estiveram afiliados a movimentos de migração existentes no Brasil, nesse momento, em que diversas famílias camponesas puderam criar estratégias que possibilitassem o acesso à terra. Consideramos que importantes estratégias estiveram associadas a movimentos de migração, como demonstraram análises construídas, entre outros autores, por Woortmann (1990).

De acordo com a autora, as ações migratórias associadas a diversas famílias camponesas não podem ser compreendidas se não se alcança o entendimento de eivados significados. No geral, esses processos representam alternativas elaboradas em vista da continuidade da reprodução do modo vida camponês, em muitos casos, redesenhado quando garantido o acesso à terra e a

serviços essenciais, principalmente o de saúde e a educação formal. Ou ainda, caso do contexto inerente ao trabalho de campo que fundamenta a elaboração deste texto: a construção de outros caminhos mobilizada pela reprodução camponesa no plano local e pela intensa tecnificação ou mecanização de atividades produtivas, geralmente introduzidas pelos produtores de grãos qualificados, até pejorativamente, como *invasores*, denominados, nesses termos, de “sojeiros”.

Ao analisar movimentos de migração de famílias camponesas segundo a ideia de criação coletiva e familiar de sentidos de vida, Woortmann (1990) se contrapõe a discussões teóricas que compreendiam aqueles processos apenas como movimento inerente à expropriação e re-apropriação dos recursos naturais pelo campesinato². Em consequência, estudos para os quais, os sentidos atribuídos pelos próprios atores sociais às suas trajetórias de vidas não foram valorizados como possibilidades hermenêuticas. Em outra perspectiva, Singer (1976), ao considerar migrações camponesas no Brasil, afirmou que elas, em grande parte, foram motivadas por desigualdades regionais e por alternativas apresentadas, recorrentemente oferecidas em regiões desenvolvidas do país, ou seja, segundo juízos econômicos construídos e amplamente divulgados.

Adotamos como base essas linhas interpretativas apresentadas, mas também consideramos recortes temporais que delimitaram estratégias traçadas por famílias camponesas, em projeção de possibilidades garantidoras da reprodução da vida no campo, no caso em pauta, território onde ocorre a reprodução da vida social e simbólica. Essas premissas contribuíram para robustecer a compreensão de que não há reprodução social sem referência a atribuídos significados associados à reprodução dessas famílias. Logo, consideramos importante analisar tais processos,

² A discussão acadêmica brasileira sobre o significado de campesinato é marcada por disputas conceituais. O camponês representou, para muitos autores, agrupamentos sociais vinculados ao desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas sem grandes integrações com o mercado ou mesmo com a vida urbana. Nessa perspectiva, diferenciando-se da concepção de agricultor familiar, que mesmo em condições limitadas de produção, busca associações com mercado e com centros urbanos (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY e VEIGA, 1999; MATTEI, 2005). Todavia, a ideia de camponês se associa também à concepção de luta política objetivando garantir sua reprodução social (JULIÃO, 1962). Entretanto, em discussões recentes o campesinato tem aberto concessões a nomenclaturas como pequenos produtores, agricultores de sobrevivência, inclusive agricultor familiar, possibilitando o enquadramento da categoria em conjuntos de direitos socialmente conquistados. Para tanto, nesta pesquisa, adotamos o conceito de camponês para representar grupos de agricultores fixados no planalto santareno, construtores de alternativas de vida, por vezes garantidoras da reprodução do modo de vida valorizado por esses atores sociais.

destacando aqueles que incidiram sobre atores sociais fixados no planalto santareno.

No decorrer do trabalho de campo, pudemos documentar o quanto o acesso e o incentivo à educação formal foram alternativas de agenciamento de famílias no modo de construção de futuro plausível para seus descendentes. A expansão do ensino fundamental, concomitantemente à ampliação de espaços educacionais em localidades do universo rural, impulsionou deslocamentos para comunidades rurais que ofereciam essa modalidade de ensino. Houve também deslocamentos para centros urbanos, provocando o abandono da propriedade garantida em momento anterior ou mesmo a revitalização de sua posse, geralmente com a promoção de algum filho para assumir a posição de produtor e gestor da unidade produtiva, anteriormente ocupada pelos pais.

Nessa perspectiva interpretativa, podemos compreender que os agentes do agronegócio, em geral migrantes das regiões Centro Oeste e Sul, encontraram parte desse campesinato investindo em alternativas diferenciadas para gerir o futuro de seus filhos, muitas delas patrocinadas pelas próprias famílias. Essa diversificação em processos de construção de itinerários de vida, em certos casos, contou com a venda ou arrendamento de lotes de terra que outrora foram importantes para esses grupos, enquanto garantia o acesso à terra e reprodução de suas condições de existência.

Para além da pressão direta ou indireta dos produtores de grãos sobre a apropriação de lotes, outros processos se associaram em convergência ou complementaridade às estratégias de expansão do agronegócio no território santareno. Exemplificando, podemos citar ações planejadas de apoio ao projeto expansionista, como o financiamento público de pesquisas, a implementação de projetos pilotos de produção de grãos, o apoio político oferecido pelas esferas municipal e estadual e, mais recentemente, a flexibilização da legislação ambiental. Conseqüentemente, acrescentamos à nossa análise, certas estratégias de empresários e agentes estatais, operadas em concomitância às praticadas em projeção de trajetórias construídas pelo campesinato, neste caso, valorando alguns dos fatores que operavam no processo de consolidação de ações de agentes do agronegócio no território santareno.

Sintetizando, a percepção desse universo social foi possibilitada pela compreensão de trajetórias de famílias camponesas migrantes, formando-se perspectivas importantes para considerar a reconstrução da proposição de análise de pesquisa até então por nós desenvolvida, implicando no próprio reposicionamento referente à elaboração do projeto de pesquisa.

Consideramos ainda alternativas de análises interpretativas, pelas quais são valorizadas percepções de atores sociais amazônicos, sejam eles indígenas, negros, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, alternativas que possibilitam a criação de diversas interpretações pelas quais os modos de vida, as trajetórias socialmente construídas e os sentidos atribuídos a esses processos vêm sendo valorizados. Do mesmo modo, também podemos reconhecer que elas podem ser reveladoras da diversidade de universos sociais, ainda pouco destacados em pesquisas realizadas na região analisada.

1.1 Construção de procedimentos de pesquisa

O processo de elaboração deste tema de tese, simultaneamente à redefinição do objeto de estudo, é tarefa complexa e exigente da explicitação das condições de elaboração de itinerário de reflexão, idealmente inédito, todavia eficaz se for capaz de reorientar a pesquisa empírica nesses termos: tomada de consciência do redirecionamento de compreensões relativas à seletiva realidade social. Nestes termos, capas de considerar outras relevantes especificidades do fenômeno estudado. Para que isso pudesse ocorrer, impôs-se a necessidade de diferenciado esforço intelectual, capaz de empreender convincentes análises, somente possíveis se fundamentadas em distintos pressupostos epistemológicos.

Na construção desse processo, valorizamos o exercício de estranhamento de interpretações consideradas consagradas, objetivando trazer luz ao caminho a ser percorrido. Integramos a esse investimento, a desconstrução das primeiras impressões sobre o universo social pesquisado, em exercício de relativização até mesmo de significados atribuídos pelos próprios atores partícipes da situação social em causa.

Essa perspectiva se ampara na compreensão de universos sociais mediante específicos critérios de reconhecimento de que a ciência é uma atividade eminentemente interpretativa, conforme analisou Geertz (2008), no contexto em que

elaborou críticas ao objetivismo de práticas acadêmicas. O autor, analisando a ciência como instrumento de interpretação de universos sociais, adverte: “[...] assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p.4).

Partindo da compreensão dessa proposição do autor, as interpretações construídas neste texto de tese pautam-se no exercício hermenêutico dissociado de tratativas universalizantes. O universo social em questão, além de oferecer significados polissêmicos, também é permeado por movimentos dialéticos que agregam diversos interesses, trajetórias e projetos, tanto complementares como contrapostos.

Além dos próprios significados explicitantes do pressuposto objeto de estudo, empenhamo-nos em reconhecer e compreender os significados atribuídos pelos próprios atores sociais às suas trajetórias de vida. Ainda consideramos possíveis redefinições às quais essas trajetórias estão sujeitas ou, de outra forma, como tais redefinições podem ser resultados de investimentos dos próprios grupos domésticos em questão, segundo escolhas conscientes ou até mesmo inconscientes, empreendidas pelos próprios atores sociais. Esse cenário evidencia o dinamismo social que frequentemente marca a diversidade de trajetórias construídas por famílias camponesas.

As análises até aqui explicitadas pautam-se também em posicionamentos quanto a entendimentos, dos quais valorizamos interconexões estabelecidas entre trajetórias percorridas por famílias camponesas alcançadas pelo nosso trabalho de campo, mas não só, ainda processos de expansão capitalista da produção de grãos na região.

Considerando tais hipóteses elaboradas neste contexto de reflexão, reconhecemos o valor da adoção de conceitos e métodos como ferramentas disponíveis e indispensáveis para que pesquisadores desenvolvam seus ofícios. (BOURDIEU et al., 2005).

A compreensão dessas possíveis interconexões entre os dois campos de ação, relativamente interligados ou de interligação em curso, inicialmente gerou inquietação e estranheza, uma vez que vínhamos compreendendo essa relação segundo justificativas valorativas de conflitos sociais publicamente declarados.

Entretanto, a compreensão da diversidade de trajetórias de vida de famílias camponesas também diferenciadas, especialmente considerando os projetos construídos por pais e descendentes para projeção da família em sua intergeracionalidade, revelou que não basta pensar o campesinato como vítima passiva de interferências externas. O próprio campesinato também dinamiza alternativas de vida ou promove mudanças em diversas direções, desde que se levem em conta os múltiplos significados atribuídos às suas vidas e às de seus filhos. A correlação entre as trajetórias de famílias camponesas e as estratégias de expansão da produção de grãos possibilitou-nos então elaborar distintas interpretações sobre o tema e a questão que tomamos como objeto de estudo.

Para construção da perspectiva analítica por nós proposta, fundamentamos algumas de nossas estratégias de pesquisa em alternativas metodológicas assentadas por Neves (1997). Ao analisar as condições de intervenção do Estado na economia açucareira, bem como as alternativas criadas por mulheres santarenas no decurso de construção de outras condições de vida mediante valorização de ações de inserção delas no mercado de trabalho assalariado, a autora criou procedimentos inter cruzados de dados qualitativos e quantitativos. Por tais inter cruzamentos interpretativos, ela veio a demonstrar modos de operacionalização de vários projetos, quase sempre referenciados por concorrências políticas de inserção na vida social local. Explicitando essa perspectiva de análise mediante articulação de tais estratégias metodológicas, elaboradas no contexto de tomada de consciência da construção da pesquisa por ela elaborada, a autora interpretou:

Ao me dedicar à construção de cenários reveladores de sentidos expressos em atributos sociais e sistematizados em consonância aos diversos percursos de vida, tais como os organizados segundo os objetivos do levantamento geracional, pretendo contribuir com o registro de condições de vida que só a pesquisa no espaço local pode dar conta (NEVES, 2014, p.35).

No processo de construção de tais análises, a autora recorrentemente explicita a inversão de pontos de vista geralmente adotados para análise de tais problemáticas (NEVES, 1997). A nossa escolha por essa perspectiva metodológica se justifica por também nos encontrarmos diante de profusão de métodos de

expansão da produção de grãos no planalto santareno, todos associados, segundo políticas de ocupação territorial, especialmente aquelas que foram postas em prática pelo Estado brasileiro. Em acordo à proposição de análise elaborada pela autora, reafirmamos a necessidade de compreender os significados decorrentes dessas ações sobre universos sociais que vão sendo socialmente construídos e redimensionados na região.

Na adoção dessa perspectiva analítica, valorizamos ainda a compreensão de arranjos sociais e políticos objetivados e que, dessa condição, vieram a contribuir para a elaboração de análises sobre processos de expansão da produção de grãos. Para tanto não poderíamos nos descurar da adoção de concepções capazes de redimensionar as interconexões de agentes e instituições sociais. A produção de grãos, com base em ações produtivas mecanizadas, favoreceu transformações no uso da terra no planalto santareno, provocando alterações na cadeia produtiva na região, inclusive mais uma vez reintroduzindo a produção social no município de Santarém no mercado internacional de exportação *commodities*, conforme analisou Leão (2017).

Ao analisarmos os arranjos sociais construídos por agentes sociais envolvidos, seja em processos de reprodução do modo de vida camponês, ou mesmo de criação de estratégias que possibilitem a expansão da produção de grãos, necessariamente assumimos a compreensão das inter-relações entre agentes e projetos políticos, bem como dos confrontos de interesses pouco convergentes. Embora a constituição dessas ações estivesse relacionada a tempos históricos distintos, especialmente quando consideramos os momentos de ocupação do mesmo território por famílias camponesas, pudemos propor redefinições interpretativas quanto a extravagante presença diferencial dos produtores de grãos. A suposta descontinuidade do modelo produtivo valorizado pelo campesinato não pode ser tão somente associada à introdução da produção de grãos, razão pela qual projetamos compreender essa inter-relação como reveladora de distintos processos de constituição e reprodução de famílias camponesas anteriormente fixadas no planalto santareno.

Essa proposta assim desenhada comunga com outros exercícios interpretativos. Ao analisar cenários sociais na região Amazônica, Porto-Gonçalves (2017) construiu interpretações em conformidade às narrativas elaboradas por

atores sociais, que também criaram dinâmicas específicas a sistemas de coexistentes relações na própria região, especialmente quando ele considera os significados atribuídos por esses atores às dinâmicas inerentes aos sistemas econômicos e políticas que aí se gestam. O autor ressalta a existência de vasta produção acadêmica sobre a região, mas alerta que parte significativa dessa produção é elaborada em dissociação ao universo social construído pelos precedentes atores sociais que aí reproduziram e reproduzem modos e meios de vida.

Consideramos ser possível elaborar interpretações acerca desses arranjos sociais, fundamentando-nos no conceito de campo social³, especialmente, quando analisamos os significados atribuídos às relações elaboradas no universo destacado. Bourdieu (2004), valorizando análises sobre campo social, define-o como espaço de disputas que objetivam promover transformações sociais ou mesmo conservar os sistemas de relações anteriormente criados, portanto, em que eles podem ser apresentados como elementos estruturantes de relações sociais coletivamente construídas.

De acordo com a análise do autor, por esse prisma, as disputas são construções recorrentes, correspondem a distintas compreensões e apropriações de espaços e de sistemas de relações, demonstrando dinamismos nas relações sociais. Nessa dinâmica de disputas, o campo social se configura consoante às relações e sistemas criados pelos atores sociais. As disputas ocorrem segundo processos de apropriação ou legitimação de bens produzidos, considerando modos de vida socialmente valorizados pelos partícipes do universo social.

Nesse campo de disputas, as relações sociais se apresentam de diversas formas e, em geral, são criadas em contextos diferentes. Portanto, para compreender as representações e os arranjos criados pelos atores sociais, foi-nos necessário compreender os universos sociais construídos por eles, dando sentido aos investimentos impetrados no decorrer de suas trajetórias. Este exercício acadêmico de compreensão do mundo social se fundamenta no reconhecimento de representações sociais tecidas nos modos de reprodução de vida e em redefinições de futuros possíveis.

³ Abordaremos esse conceito segundo a teoria de Pierre Bourdieu.

Por conseguinte, analisamos processos sociais, políticos e econômicos ocorridos na região de Santarém, destacando métodos de expansão da monocultura da soja, considerando interconexões com as trajetórias criadas por famílias camponesas. A partir dessas premissas, buscamos elaborar interpretações considerando o universo social e as estratégias construídas por essas famílias camponesas presentes na região, destacando as interconexões que favoreceram processos de expansão da produção de grãos, migração dessas famílias ou de seus filhos para outros centros, ou reaproximação geracional da condição camponesa.

Por fim, advertimos que buscamos inverter recorrentes perspectivas interpretativas nas quais seus autores constroem análises sobre as ações de expansão da produção de grãos para o município de Santarém. Nesse processo de inversão, enfatizamos os singulares modos de participação e intervenção de atores sociais vinculados ao território em questão. Assim, interessamo-nos por interpretações de percepções de agentes que participam diretamente de maneiras de expansão da produção de grãos, entretanto ressaltamos, *a priori*, que definimos os processos sociais não por unilateralidade e linearidade, mas segundo diversidade de embates de atores sociais interdependentes no contexto territorial.

1.2 Procedimentos relativos ao uso de fontes secundárias

Em referência aos procedimentos da pesquisa e aos arranjos operacionais construídos, considerando processos de criação de análises relativas à compreensão do objeto de estudo proposto neste texto, tomamos como base o levantamento bibliográfico referente ao tema valorizado, a realização de trabalho de campo, a catalogação de informações em fontes primárias, o levantamento de dados territoriais, utilizando tecnologias de georeferenciamento e informações presentes no Cadastro Ambiental Rural, dados catalogados por diversos censos demográficos, e ainda dados fornecidos pelas secretarias de Educação e Saúde do município de Santarém.

Conforme procedimentos apresentados anteriormente, destacamos inicialmente o levantamento bibliográfico realizado na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em bibliotecas digitais das seguintes universidades: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Pará

(UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Também tivemos acesso à produção científica construída por pesquisadores do Museu Emílio Goeldi e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

A partir dessas bases de dados, catalogamos 26 teses e 33 dissertações relacionadas à expansão da produção de grãos na Amazônia, especialmente sobre a sojicultura. Essas pesquisas estão afiliadas a programas de pós-graduação dessas instituições citadas, com destaque para programas de Economia, Demografia, Ciências Sociais, Geografia, Desenvolvimento Rural, Ciências Florestais e Agronomia. Esclarecemos, ainda, a existência de inúmeras pesquisas relacionadas ao tema, associadas a áreas de conhecimento como Biologia, Química, Ciências do Solo. No entanto, não as associamos a este trabalho, pois compreendemos que as proposições de análises construídas pelos pesquisadores estão distantes de nossas intenções explicitadas para elaboração deste texto.

Durante as pesquisas realizadas no Instituto Boanerges Sena, contamos com o auxílio de Cristovam Sena, fundador da instituição. Ele nos apresentou dezenas de jornais, destacando notícias históricas sobre o município de Santarém, como campeonatos de futebol, festas religiosas, inaugurações de serviços de saúde, educação e eleições municipais. O arquivo histórico do instituto é um espaço privilegiado para os pesquisadores que desejam construir análises sobre processos históricos, sociais, políticos e econômicos concernentes ao município de Santarém e à região do Baixo Amazonas.

Após conhecer o rico arquivo do Instituto, segundo as explicações feitas por seu fundador, Cristovam, foram-nos apresentadas dezenas de jornais editados entre 1998 e 2010, que relatavam o processo de expansão da produção de grãos na região. O tema chamava a atenção do próprio guardião, tanto que, no decorrer de conversas empreendidas durante as visitas, fomos percebendo seu empenho em nos explicar alguns eventos elaborados por agentes políticos e empresários do município de Santarém. No decorrer da pesquisa naquele espaço, tomamos

conhecimento da participação direta do seu fundador nas estratégias construídas para verificar a viabilidade de produção de grãos, especialmente de soja, na região, dado que Cristovam era técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-Pará). Em uma das visitas ao instituto, o nosso interlocutor nos possibilitou acesso ao relatório técnico da primeira experiência de cultivo de soja em Santarém, ocorrida entre outubro de 1996 e agosto de 1997. O experimento objetivava obter informações relativas à possibilidade de introduzir o cultivo dessa espécie em larga escala em Santarém e municípios circunvizinhos.

A pesquisa em fontes primárias nos possibilitou a compreensão de estratégias construídas por agentes públicos, empresários e produtores de grãos, em vista da introdução da produção de grãos em Santarém, e foram reveladoras de cenários de tensão social nos primeiros anos do cultivo de grãos no território destacado.

Ainda no processo de construção de interpretações sobre as interconexões que supostamente foram elaboradas, relacionando trajetórias de famílias camponesas e ações de expansão da produção de grãos em Santarém, realizamos a pesquisa de campo no planalto santareno, especialmente na região influenciada pela rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370. Durante o trabalho de campo, efetuamos doze entrevistas com famílias camponesas, buscando compreender as trajetórias e os itinerários de vida por elas criados, conhecimentos dos quais vários aspectos nos chamaram a atenção.

Também, no decorrer da pesquisa de campo, realizamos visitas às seguintes comunidades: Estrada Nova, Jacamim, Tipizal, Santa Rosa, Boa Esperança, Ramal da Moça, Ramal do Gato, Boa Sorte, Castanheira, Guaraná, Valha me Deus, Poço Verde e Chapadão. Durante essas visitas, realizamos registros fotográficos e estabelecemos diversas conversas informais, posto que entrevistas formais, em muitos casos, provocavam estranhamento entre comunitários. Todavia, a estratégia da observação participante foi essencial para compreender processos e trajetórias de famílias camponesas que migraram para a região. Nessa perspectiva, referenciamos-nos, sob relatividade, por recursos de pesquisa mobilizados por Malinowski em análises de modos de vida construídos pelos trobriandeses em *Argonautas do Pacífico* (MALINOWSKI, 1998).

A partir de informações refletidas mediante conversas informais ou formais, pudemos elaborar quadros intergeracionais pelos quais buscamos analisar trajetórias percorridas por descendentes de famílias camponesas que chegaram à região entre as décadas de 1950 e 1980. Nesses quadros, identificamos fluxos migratórios dessa geração para outros estados da região Norte, com destaque para Amazonas e Amapá. Nesse contexto, analisamos os processos de qualificação de descendentes das famílias abarcadas por essa pesquisa, uma vez eles contribuíram para a construção de movimentos de saída do campo, seguindo as maneiras de reconstrução de trajetórias dessas famílias. Evidenciando, assim, as interconexões entre a reconstrução dessas trajetórias e ações de expansão da produção de grãos no território santareno.

No mesmo cenário, analisamos dados referentes às matrículas de uma escola pública localizada na Comunidade de Boa Esperança, pertencente ao planalto santareno. Essa unidade educacional possui número significativo de estudantes provindos de outras comunidades rurais, também localizadas no planalto santareno, destacando-se como centro referencial para muitas comunidades influenciadas e atendidas pela rodovia Santarém Curuá-Una.

Analisamos, também, dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelos quais podemos observar dinamismos demográficos de comunidades localizadas no planalto santareno, destacando novamente a área de influência da PA-370. Levamos em consideração que essas informações são reveladoras de processos de constituição e transformações de comunidades rurais situadas ao longo dessa rodovia.

Considerando diversos movimentos de ocupação do território, realizamos, para tanto, um levantamento no sistema de Cadastro Ambiental Rural, pelo qual pudemos obter informações sobre a posse de terras na região. A partir dos dados, observamos a extensão de lotes e seus respectivos donos, conforme informações apresentadas no cadastro da unidade produtiva junto ao sistema de dados mencionado. Durante o processo de cadastramento, há necessidade de apresentação do georeferenciamento da área, procedimento que fortalece a crença quanto à exatidão de dados referentes à localização e extensão da área de cada lote descrito nesta pesquisa. Entretanto, compreendemos que esse procedimento de georeferenciamento não inviabiliza a possibilidade de sobreposição de posse.

Embora a ferramenta de cadastro objetive mapear a ocupação do território rural, ela ainda apresenta falhas que podem, inclusive, desconhecer possíveis sobreposições de posse, contribuindo para a manutenção ou fortalecimento de conflitos decorrentes da disputa pelo uso e posse de propriedade rural.

Seguindo a lógica de estruturação deste texto, analisamos, no primeiro capítulo, a formação histórica e econômica do município de Santarém, construindo um mapeamento de análises elaboradas sobre a introdução do cultivo de grãos no território santareno, reconhecendo, assim, diversas perspectivas analíticas sobre o mesmo objeto de estudo.

No segundo capítulo, valorizamos a compreensão de movimentos de expansão da fronteira agrícola, considerando estratégias criadas por produtores de grãos, em vista da introdução e consolidação dessa atividade agrícola na região Amazônica. Nele, também evidenciamos a construção da infraestrutura regional que viabilizara o escoamento da produção de grãos.

Considerando as estratégias de expansão da produção de grãos, analisamos diversos dados relativos à produção e à área destinada ao cultivo dessas culturas. Nessa perspectiva, vislumbramos cenários em que os produtores de grãos no país foram construindo um caminho de expansão da área produtiva, possibilitando, consoante a estratégias conscientemente elaboradas, o avanço para regiões como a Amazônia brasileira.

No terceiro capítulo, analisamos itinerários de vida de famílias camponesas que migraram para o município de Santarém entre as décadas de 1950 e 1980, especialmente para o planalto santareno. Consideramos os fluxos migratórios de grupos camponesas e processos de acesso à terra na região, examinados em vista da criação de outras interpretações sobre esse universo social. Por fim, associadas ao acesso à terra, analisamos estratégias traçadas por famílias camponesas em vista da construção de planos que possibilitassem a promoção de relativa autonomia para seus descendentes vis a vis a projeção do futuro. Elas foram proporcionadoras de inserção desses atores sociais em processos de qualificação profissional, geralmente seguidos de ocupação de outros espaços no mercado de trabalho assalariado, em cargos públicos ou no desenvolvimento de atividades produtivas autônomas.

Por fim, elaborando as conclusões, associamos as estratégias de expansão da produção de grãos para região com trajetórias traçadas por famílias camponesas, considerando que o caminho adotado por famílias abarcadas em nossa pesquisa possibilitou a incorporação de lotes de terra ao movimento de expansão. Nessa perspectiva, buscamos construir proposições interpretativas dissociadas daquelas que comumente constroem compreensões externas e derrotistas sobre trajetórias de famílias camponesas.

2 SANTARÉM: CRENÇAS COLETIVAS E HISTORICIDADES HEGEMÔNICAS

A construção de interpretações de ações de expansão da produção de grãos para região de Santarém, associadas que estiveram a deslocamentos, ou ainda à integração produtiva camponesa, não é novidade na elaboração da memória de processos de formação territorial do município. Também aponta para a recorrência de lógicas de dominação e dissociação de organização local de famílias camponesas, quase sempre valorativas de algumas das estratégias criadas por esses grupos domésticos. Nosso objetivo neste capítulo é analisar, mediante certos exemplos ou algumas outras situações, a formação social, histórica e econômica do município de Santarém, destacando alguns dos movimentos de transformação construídos no decorrer do tempo.

A constituição demográfica do município de Santarém é formada por distintas gerações de habitantes autóctones e por grupos de migrantes, cuja mobilidade para região foi incentivada por políticas de implantação de assentamentos ou por movimentos espontâneos de migração. Inicialmente, sua constituição foi caracterizada pelas condições rurais e por atividades relativas à produção agrícola. Nesses contextos, o processo de urbanização do território representou mudanças em suas estruturas rurais, promovendo a inserção de serviços na cadeia produtiva e possibilitando a “modernização” de relações comerciais (CÔRTEZ, 2012).

Na colonização da região, foram construídas estratégias de ocupação que, ainda hoje, redefinem diversos processos de ocupação regional. Essas estratégias estão, de certa forma, vinculadas ao aumento demográfico na região, ocorrido em diversos momentos da história de Santarém. Ainda no início do contexto de ocupação territorial, dada a centralidade política e administrativa da sede do município e conforme outros investimentos consagrados, sejam econômicos ou políticos, concomitantemente registraram-se mudanças políticas e administrativas no território santareno, exaltadas por ocasião de elevação a outras categorias administrativas. Em 1750, Santarém foi promovida à categoria de vila, considerando que, no contexto destacado, as vilas tinham posicionamento hierárquico inferior à estrutura de cidade e superior a capelas e freguesias, sem desconsiderar a presença de centros culturais, políticos e comerciais (BUENO, 2009). Em 1848, Santarém, finalmente, foi elevada à categoria de município (MMA, 2006).

Em movimentos de ocupação e desenvolvimento da região, diversas estratégias econômicas foram traçadas no município, mobilizadoras de diferentes fluxos migratórios para região. Nesses termos, o crescimento demográfico está associado às estratégias econômicas que favoreceram a criação de relativa autonomia e hierarquização do município de Santarém em relação a tantos outros da região do Baixo Amazonas.

Inicialmente, a formação do município esteve associada às missões religiosas implementadas na região Amazônica. Os interesses dos missionários eram relativos a ações de exploração comercial, sobretudo para atender os interesses da coroa portuguesa. Em 1661, jesuítas edificaram a aldeia de Tupaius e objetivavam garantir a extração de produtos como cravo, pimenta, cacau, copaíba e guaraná. Para a execução dessa atividade, eles utilizavam a mão de obra indígena (MMA, 2006). Esse período ficou reconhecido como o Ciclo das Drogas do Sertão, que somente no início do século XIX, perdendo o interesse primordial, foi considerado sob enfrentamento de declínio do processo produtivo, isto é, extrativista.

Compreendemos que o desenvolvimento dessas atividades econômicas foi essencial para a construção de bases produtivas, ainda hoje presentes na economia regional, quando, por nosso trabalho de campo, observamos a continuidade coexistente de um sistema de coletas de produtos primários, com destaque para a coleta de castanha do Pará e para extração do látex da seringueira, e até mesmo plantio racional de cacau, guaraná e açaí.

Diante disso, a reprodução de condições de existência seguindo lógicas de extração de produtos fornecidos pela própria natureza, ainda hoje pode ser considerada a base econômica para muitas famílias residentes na região Amazônica. Entretanto, advertimos que, conjuntamente ao desenvolvimento dessas atividades econômicas, há processos de construção de estratégias que objetivam promover o cultivo dessas espécies em lotes, seguindo lógicas racionais de produção e cultivo. Nessa perspectiva, destacamos a introdução do cultivo do açaí em terra firme, pois era comum encontrar açaizeiros somente em terrenos alagados, como as várzeas. Consoante a essa prática, é possível encontrar plantios racionalizados de pupunha direcionados, especialmente, à comercialização do fruto ou mesmo à extração do palmito. Dessas dinâmicas econômicas, destacamos ainda

a produção de cacau que, entre as especiarias, era considerada a mais importante droga do sertão no período colonial. A valorização econômica da produção de cacau possibilitou a projeção da região de Santarém no mercado internacional.

Essas atividades produtivas, de modo geral, são analisadas pela perspectiva de concepção de ciclos econômicos, proposição que apaga experiências imediatamente passadas e reconhece o próximo ciclo como reinaugurador da vida social e econômica. Ultrapassando essas visões consagradas e glorificadas com seus respectivos heróis, podemos trazer à tona complementaridades hierarquizadas, tanto que a atividade anterior pode ser reordenada até mesmo em viabilidade da atividade que atrai os olhares valorativos de uma linearidade, todavia pensada em rupturas absolutas ou descontinuidades.

Na segunda metade do século XX, houve a criação de estratégias garantidoras para a ampliação da produção de cacau na região, visando à garantia da produção de amêndoas para atender às necessidades do mercado nacional e internacional. Entretanto, durante a década de 1990, essa atividade produtiva quase foi extinta, sendo retomada recentemente no contexto de implementação de outras frentes produtivas no município de Santarém (HOEFLE, 2013).

Durante o período colonial, a economia extrativista de drogas do sertão era materializada em produtos exportáveis. As atividades produtivas, desse período, eram desenvolvidas pelo trabalho não remunerado monetariamente, mas incentivadas por discursos ideológicos religiosos os quais justificavam que o trabalho coletivo e gratuito beneficiaria futuramente a coletividade local, uma vez que poderiam receber ferramentas, tecidos e, ainda, poderiam ser construídos edifícios religiosos no território, agregando-lhe valor simbólico (PRADO, 1987).

A economia extrativista desenvolvida na região Amazônica foi dinamizada pelos interesses da economia mundial e relativamente associada aos interesses do mercado europeu conforme surgia mercado consumidor na região, possibilitando a introdução de mercadorias industrializadas da Europa, fato que mais tarde mobilizaria a ampliação da produção de mercadorias em países do continente europeu.

Segundo análises construídas por Wolf (1982), a demanda da América por mercadorias provindas da Europa impulsionou a dinâmica produtiva do continente europeu, período de edificação das primeiras indústrias têxteis na

Inglaterra que, posteriormente, forneceram as bases para a Revolução Industrial (WOLF,1982). Ressaltamos que o mercado consumidor relativo ao continente americano representou apenas parte da demanda de mercadorias que viria mobilizar a produção industrial mundial.

Nesse contexto, e diante do distanciamento geográfico da sede administrativa do estado, Belém, Santarém destacava-se como entreposto comercial de cacau na região do rio Tapajós, transformando o município em uma espécie de sede administrativa para região do Baixo Amazonas. Segundo a compreensão de Reis (1979), Santarém ocupava a posição de maior centro urbanizado no Baixo Amazonas, destacando-se como unidade administrativa de transição entre a capital do estado e os municípios circunvizinhos a Santarém (REIS, 1979).

A produção de cacau destacou, economicamente, o município de Santarém, especialmente, no cenário regional. Todavia, mais tarde, a extração de borracha exporia o mesmo território a relações econômicas com o mercado internacional. O processo de vulcanização da borracha, descoberto em 1839, contribuiu para a absorção da matéria-prima das seringueiras pela indústria automobilística em desenvolvimento, o que estimulou a produção de látex na região Amazônia (HOMMA, 2003).

O município de Santarém, com seus distritos produtivos de borracha, destacava-se internacionalmente como região produtora de látex, destinando sua produção, especialmente, para indústria automobilística em ascensão. Conforme a interpretação feita por Homma (2003), o primeiro período dessa atividade ocorreu entre 1840 e 1910.

As características desse trabalho foram determinantes para impulsionar sucessivos fluxos migratórios para o território santareno, especialmente, da região Nordeste (HOMMA, 2003; SANTOS, 1971). Paralelamente à migração para a composição de mão de obra, houve a migração de estadunidenses para região para gerenciar e racionalizar a produção. De acordo com dados oficiais, a população de Santarém passou de 9.271 habitantes, em 1872, para 41.546, em 1920 (IBGE, 1920).

Os migrantes, em geral, estabeleciam residência na zona rural do município e se envolviam em atividades produtivas na região, especialmente, na extração de látex. Segundo a compreensão de Homma (2003), posteriormente,

imigrantes coletaram sementes de seringueiras e passaram a cultivá-las em regiões do sudeste do continente asiático (HOMMA, 2003). Com isso, conforme a interpretação de Santos (1971), no ano de 1913, as regiões da Ásia produziam 94,4% (noventa e quatro vírgula quatro por cento) da produção mundial de látex, percentual produzido pela Amazônia em 1908 (SANTOS, 1971).

O contexto internacional de produção no continente asiático provocou sucessivas crises na produção de borracha em toda a região Amazônica, especialmente, em Santarém. Em 1928, a implantação da Companhia Ford na região recolocou-a no cenário internacional de comercialização de látex. Nesse contexto, foram traçadas estratégias para que a produção fosse executada em larga escala (HOMMA, 2003; COLARES, 2006). Dados do período apontam que aproximadamente oito mil hectares de floresta foram desmatados e, posteriormente, destinados ao cultivo de seringueiras e para a construção das sedes da empresa em Fordlândia e Belterra. Nesse período, registram-se novos fluxos migratórios para Santarém. Em 1945, o governo brasileiro, devido às crises no mercado internacional, recebeu da Companhia Ford as áreas destinadas às plantações (MMA, 2006).

Os processos de produção de borracha na região possibilitaram transformações referentes aos números demográficos e ao crescimento econômico regional. Em conformidade com dados demográficos, havia na região 8.745 habitantes em 1883. Em 1920, a população saltou para 41.546 habitantes (MENDES; OLIVEIRA, 2010; NEVES, 2014). O crescimento populacional e econômico possibilitou o surgimento de grupos economicamente privilegiados e houve fortalecimentos de processos acumulação de políticos na região, influenciando, inclusive, o contexto regional (FONSECA, 1996).

As estratégias da produção de borracha na região não se destacam somente sob compreensão econômica, mas possibilitaram a constituição de arranjos políticos que favoreceram ao município de Santarém a ocupação de posição de destaque na região do Baixo Amazonas. Associados à projeção de Santarém, destacamos os movimentos migratórios responsáveis também pela criação de relações políticas e pela construção histórica do próprio município.

Compreendemos que há relação diretamente proporcional entre as dinâmicas econômicas da região e o crescimento demográfico. No contexto amazônico, é comum que as cidades destacadas por suas dinâmicas econômicas e

políticas sejam as capitais das unidades federativas. Entretanto, a dinâmica do município de Santarém não segue apenas essa regra por ser um centro urbano intermediador de processos econômicos e políticos na região do Baixo Amazonas.

No campo econômico, há uma relação comercial recorrente entre comerciantes de Santarém e de municípios do Baixo Amazonas. Os primeiros têm posição de fornecedores de mercadorias para os últimos. Destacamos, também, a concentração de prestação de serviços na sede do município santareno, com destaque para serviços nos setores de educação e saúde, que mobilizam grande número de pessoas de outros municípios para acessar esses serviços, especialmente, de jovens em busca de qualificação profissional viabilizada pelos acessos às diversas universidades localizadas em Santarém.

No cenário político, o município destaca-se como sede administrativa relativa ao âmbito do Oeste do Pará, mediando processos políticos na região. A atual administração do estado do Pará, em perspectiva de descentralização administrativa, estabeleceu uma secretaria administrativa regional, sediada em Santarém e responsável por gerir demandas dos municípios que compõem o oeste do estado. A própria população da região reconhece a importância política e econômica do município, em vista disso, mobilizam esforços e estratégias, buscando a conquista da emancipação da região em relação ao estado do Pará.

Ainda buscando construir interpretações em conformidade a diálogos empreendidos em sessões de orientação, portanto elaboradas em estímulos recíprocos, mas, principalmente, uma apreensão interpretativa que desde logo agradecemos, dada a larga experiência de Neves (1979, 1981, 2008a, 2008b), conjuntamente a outros autores que analisam processos socioeconômicos e seus desdobramentos políticos de formação de agentes e específicas lutas para reproduzir exportação de matérias-primas exploradas e beneficiadas pela racionalidade do enfrentamento de jogos diferenciados para manter a exportação para tantos mercados externos.

Comumente, ao tentar reconstruir analiticamente processos de formação socioeconômica do que veio a se constituir sob oscilação em termos de área de abrangência dos diferentes territórios delimitados, como o município de Santarém, adota-se uma perspectiva linear, cujo princípio determina a antecedência da ocupação por grupos indígenas, sucedida por celebrados ciclos de extrativismo e

complementada pela incorporação de trabalhadores migrantes, tanto da região Norte como das demais do país ou mesmo de países estrangeiros.

Não é nosso desejo, neste capítulo, reproduzir esse itinerário analítico relativamente consagrado, considerando que já foi significativo e intensamente documentado. Também, para efeitos de equivalência ao objeto de estudo por nós proposto para elaboração deste texto, não há qualquer sentido percorrer esse itinerário metaforizado de processos sociais que ocorreram na ampla região. Todavia, não abandonaremos o reconhecimento da importância, digamos didática, da apresentação de formas intensivas de exploração econômica, abandonadas ou secundarizadas. Ou, ainda, mais valorado para pensar as condições de dominação econômica e política de situações produtivas, esgotadas em termos de exaustão do extrativismo.

Além disso, como essa intensidade da exploração não atende a demandas de consumo interno, as atividades produtivas que assumem tais orientações foram e são constituídas por demandas de outros mercados internos ou externos. Como, na elaboração deste texto, procuramos entender processos gerais ali ocorridos do ponto de vista daqueles atingidos, mais ou menos diretamente, foram por incidência de fatores e ações externas, queremos ressaltar, sob relatividade, o agenciamento deles próprios, sem desconsiderar que alguns foram empurrados para outras inserções produtivas; outros, deslocados por expropriação de apossamentos de lotes de terra, muitas vezes, consensualmente institucionalizados; e outras tantas possibilidades abordadas mais à frente.

Se existe uma crítica generalizada à adoção de perspectiva temporal cíclica para datar e caracterizar processos, supomos que o maior problema a ela atribuído se fundamenta em pressuposta descontinuidade absoluta entre os períodos demarcados para hegemonia de certas atividades produtivas. Retomamos algumas situações em que extemporâneos estímulos ao extrativismo vegetal de produtos diferenciados foram colocados em prática, mas, logo depois, assumidos como decadentes, interrompidos, esgotados, abandonados, muitos deles por substituição de outros produtos agora consagrados às alternativas de ganhos rápidos e predatórios.

Mais que retomar essas características de hegemônicos processos produtivos, queremos valorar algumas questões como objeto de reflexão, embora

neste texto não plena ou adequadamente exploradas, melhor especificando como hipóteses de futuros trabalhos complementares, tanto por nós mesmos, como por outros estudiosos que a elas atribuírem validade: aprendizagem em flexibilidade de desempenhos, de uso da força de trabalho em adequação a métodos produtivos nem sempre conhecidos localmente, mas imediatamente assumidos, até mesmo pelas exigências adaptativas a processos de trabalho nesse ambiente ecológico.

2.1 Rearranjos produtivos e amplitude de alternativas de vida

Concomitantemente à migração para atender ao mercado da extração da borracha na região, destacamos outros movimentos migratórios, especialmente de japoneses, cujos primeiros registros remetem ao ano de 1915 (HOMMA, 2003). A presença da cultura japonesa na região mobilizou a introdução de processos que garantissem o cultivo de juta e pimenta do reino em área do município de Santarém (HOMMA, 2003; FONSECA, 1996).

Segundo interpretações construídas por Homma (2003), a produção de pimenta do reino está associada à introdução de métodos produtivos que envolvem a utilização de fertilizantes e, especialmente, a introdução de processos de mecanização de atividades produtivas. O autor considera, ainda, que anteriormente à presença japonesa na região, os métodos produtivos eram essencialmente artesanais, embora não menos importantes.

Entretanto, a introdução de técnicas e insumos não foram suficientes para consolidar o cultivo de pimenta do reino na região. O surgimento de pragas, conjuntamente à desvalorização comercial do produto, operou como fatores que contribuíram para a interrupção da atividade no território em destaque. O cultivo de pimenta do reino movimentou as atividades agrícolas na região do planalto santareno, marcado, até então, pelas atividades agrícolas de subsistência, cuja produção atendia inicialmente às necessidades do grupo doméstico, sendo o excedente comercializado em feiras populares na sede do município de Santarém.

Além de dinamizar a produção no planalto santareno, o cultivo de pimenta do reino possibilitou a produção de renda extra para famílias de agricultores residentes em comunidades próximas aos plantios. Segundo narrativas feitas por trabalhadores entrevistados no decorrer de nosso trabalho de campo, durante o período da colheita era mobilizado grande número de trabalhadores, famílias inteiras

se dedicavam às atividades de colheita. Incluindo, portanto, nesse processo, a utilização de mão de obra feminina e infantil.

O sucesso inicial do cultivo da pimenta do reino gerou expectativas em muitas famílias camponesas fixadas na região, tanto que várias delas passaram a cultivá-la em pequenas áreas de seus lotes. Entretanto, a situacional crise econômica e o ataque de pragas inviabilizaram essa atividade produtiva, fazendo com que diversos grupos de camponeses retornassem às suas atividades agrícolas costumeiras, como plantio de mandioca, frutas e legumes. Destacamos, ainda, que os campos utilizados para o plantio de pimenta do reino foram abandonados ou absolvidos por outras atividades produtivas, especialmente, pelo cultivo artesanal e mais recentemente mecanizado de mandioca (SANTOS, 2020).

Recentemente, podem ser observados processos de retomada do cultivo de pimenta do reino no planalto santareno, especialmente, na região de influência da rodovia PA-370. Grupos de agricultores, impulsionados pelo valor de mercado do quilo da pimenta, têm investido novamente em seu cultivo, com destaque para comunidades de Tipizal, São Jorge, Boa Esperança, Igarapé Vermelho e uma grande área de plantio localizada na região do Chapadão, onde foi implantado o Projeto de Assentamento Corta Corda, em área de influência da mesma rodovia.

Pela vivência em trabalho de campo, percebemos que a retomada do cultivo de pimenta do reino na região, mais uma vez, é marcada por condições precárias de trabalho. Em reprodução do movimento anterior, famílias de agricultores são absorvidas em períodos de colheitas que, ainda hoje, apresentam trabalho realizado manualmente sob as mesmas condições de antigamente.

No atual cenário, devido à restrita mão de obra presente em comunidades rurais do planalto santareno, os produtores de pimenta contratam ônibus que favorecem a constituição de rotas em várias comunidades, objetivando transportar grupos de trabalhadores até as áreas de plantio. A circulação dos transportes, geralmente, inicia suas rotas a partir das 5 horas da manhã. Para não perder o traslado, os trabalhadores precisam se organizar para estarem no ponto de passagem do transporte no horário previsto. Eles, normalmente, têm em suas mãos as refeições que foram preparadas durante a madrugada e água para consumir durante o dia, uma vez que as atividades de colheita se encerram, habitualmente, às

18 horas. Após esse horário, o mesmo transporte que os apanhou durante a manhã os conduz novamente às suas residências.

Embora haja restrições relativas à mão de obra no campo, as condições de trabalho não passaram por atualizações e nenhuma nova técnica foi introduzida na colheita desde as primeiras experiências de plantio na região. As atividades de colheita são desenvolvidas manualmente sob chuva ou sob sol. As áreas de plantio, geralmente, não têm infraestrutura para abrigar os trabalhadores. Assim, eles estão sujeitos a enfrentar condições adversas, inclusive para realizar suas refeições. Ao final do dia, o resultado da colheita de cada trabalhador ou grupo familiar (nesse caso composto, de modo geral, pelos pais e filhos) é submetido ao processo de pesagem. Eles recebem entre R\$ 0,40 (quarenta centavos) a R\$ 0,60 (sessenta centavos) por quilo colhido. Segundo relatos de agricultores entrevistados, uma pessoa adulta colhe até 150 quilos durante um dia de trabalho, aferindo um resultado financeiro que varia entre R\$ 60 (sessenta reais) e R\$ 90 (noventa reais) por diária de trabalho, com renda semanal variando entre R\$ 300 (trezentos reais) e R\$ 450 (quatrocentos reais).

Entre as narrativas de agricultores abarcados em nosso trabalho de campo, existe o consenso de que, durante a colheita da pimenta do reino, as atividades agrícolas comumente desenvolvidas pelas famílias agricultoras são interrompidas para que elas possam se envolver na atividade de colheita. Ainda conforme as narrativas elaboradas por nossos interlocutores, os produtores de pimenta do reino mobilizavam mão de obra de outros municípios, especialmente, dos municípios de Monte Alegre e Alenquer. Destacamos, também, a migração de muitos agricultores para Santarém no período da colheita da pimenta do reino acabaram fixando morada em comunidades do planalto santareno e, nos intervalos da colheita, passaram a desenvolver outras atividades produtivas, por exemplo, foram absorvidos pelas atividades de cultivo de mandioca e de produção de farinha.

A atual retomada do cultivo de pimenta do reino na região ocorre com a introdução de outras técnicas para garantir a reprodução de mudas e da produtividade. As atividades de colheita ainda são desenvolvidas manualmente, enquanto que outras atividades relativas ao cultivo da pimenta do reino foram alteradas, incluindo a introdução de métodos mecanizados na perfuração do solo para a fixação de estacas necessária para sustentar as ramas das plantas. Para

realização da limpeza de áreas plantadas, são utilizadas máquinas. Destacamos, ainda, que as atuais experiências de cultivo são abastecidas por sistemas de irrigação os quais, além de irrigar, levam adubo para as plantas, técnicas que não eram utilizadas em experiências anteriores.

Além da introdução de outras técnicas para promover o cultivo da pimenta do reino, há também a utilização de consultoria técnica, geralmente, contratada pelos produtores. Essas consultorias, visando implementar técnicas e selecionar linhagens que possibilitem a continuidade da produção, da produtividade e, principalmente, para minimizar os impactos de pragas presentes na região, em muitos casos, dizimam plantios inteiros de pimenteiros.

Na atual conjuntura do cultivo de pimenta do reino no planalto santareno, concluímos, em conformidade ao trabalho de campo, que o cultivo dessa espécie foi incorporado às áreas também associadas ao cultivo de grãos na região ou nas suas proximidades. Entretanto, destacamos a mobilização de força e recursos de diversos grupos de agricultores descendentes de famílias camponesas para prosseguirem o cultivo de pimenta do reino, especialmente, na região do Chapadão, para onde muitas famílias camponesas se deslocaram buscando acesso a lotes de terras maiores e com solo mais fértil.

Diversos produtores que migraram para essa região de assentamento são reconhecidos como descendentes de famílias camponesas que se fixaram em comunidades na área de influência da rodovia PA-370. No entanto, devido à restrição para adquirir lotes de terra com melhor localização, as atuais gerações de camponeses têm mobilizado recursos e construído estratégias garantidoras de acesso à terra em regiões mais distantes.

Nesse movimento recente de interiorização e manutenção do modo de vida camponês, o reconhecimento da posição socioeconômica ocupada pelos produtores está associado à produção de alimentos, de hortaliças e de frutas. A partir dessa posição, podemos observar maior inserção de famílias camponesas na dinâmica econômica de Santarém, considerando que parte significativa da produção é comercializada em feiras livres na sede da cidade, indicando maior aproximação entre as zonas urbana e rural do município, possibilitada, especialmente, pela ampliação de acesso ao transporte público no espaço rural.

Na figura, a seguir, destacamos uma área de plantio de pimenta do reino em comunidade localizada na área de influência da rodovia PA-370.

Figura 1 - Área de pimenta do reino na comunidade de Ramal do Gato, planalto santareno, 2020.



Fonte: Arquivos do pesquisador (2020)

Na figura 1, analisamos uma experiência de cultivo de pimenta do reino no planalto santareno localizada entre as comunidades de Boa Esperança e Ramal do Gato. O plantio foi iniciado há cinco anos e, segundo narrativa de um dos produtores, a primeira colheita ocorreu no terceiro ano do cultivo. Na área, são cultivados 11 mil pés de pimenteiros sob sistema de irrigação que alimenta as plantas, simultaneamente, com água e adubo. Destacamos o desenvolvimento das atividades para o cultivo da espécie executado por ações mecanizadas, exceto a colheita que continua sendo realizada manualmente e mobiliza grande número de trabalhadores na região.

Ainda na figura 1, podemos perceber a utilização de tratores nos processos produtivos. Entretanto, nas experiências ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, o uso de máquinas nos métodos de cultivo era menos recorrente. De acordo com as narrativas de agricultores que se envolveram na colheita da pimenta do

reino, a introdução de processos mecânicos foi mobilizada pelos seguintes produtores da pimenta: Mário Japonês, Paulo Japonês e o Massao. Esses produtores possuíam as maiores áreas de plantio no planalto santareno e foram pioneiros na introdução de procedimentos mecanizados para o cultivo dessa espécie na região.

Compreendemos que as atividades produtivas da pimenta do reino, além de possibilitarem dinâmicas econômicas no contexto do planalto santareno, proporcionaram a construção de conexões entre o planalto e a região de várzea do município, em virtude da necessidade de mão de obra para o período de colheitas mobilizava grande número de trabalhadores de outras cidades. Nesse período, a quantidade de trabalhadores residentes no planalto era insuficiente para atender à demanda. Por isso, os produtores recorriam à região de várzea em busca de trabalhadores, promovendo as conexões anteriormente mencionadas. Movimento semelhante analisamos em processos de retomada da produção de juta em Santarém, concomitantemente à mercantilização da fibra de curauá.

Observamos, então, que a compreensão de ciclos econômicos na região Amazônica é passível de questionamentos, visto que as atividades produtivas não seguem necessariamente lógicas de ciclos. Essas atividades, por fatores internos ou externos, são relativamente interrompidas no tocante à extensão de área e produtividade e podem, em momentos posteriores, serem remobilizadas. Portanto, não é muito correto afirmar que tais atividades são cíclicas quando de fato podem ser compreendidas como recorrentes alternativas econômicas para grupos de agricultores fixados na região. Ainda, podemos destacar que a reinserção de atividades produtivas no território santareno pode representar possíveis alternativas de rendas para diversos grupos domésticos, especialmente, os descendentes de famílias camponesas que se orientam por alternativas paralelas e complementares de produção de meios de vida.

A produção de pimenta do reino em Santarém ainda é um tema pouco analisado por autores que se dedicam a compreender os processos econômicos e sociais relativos à formação histórica e econômica do município. Quando recorremos à produção científica sobre o tema, encontramos poucos parágrafos dedicados a analisar ou apresentar o contexto econômico construído por diversos grupos de

agricultores fixados no planalto santareno. No entanto, podemos ainda supor a existência de produções acadêmicas, mas que supostamente não foram publicadas.

Ainda analisando o contexto de constituição de estratégias produtivas, destacamos o cultivo de juta que possibilitou a diversificação de setores econômicos e sociais do município de Santarém durante a primeira metade do século XX. Em 1930, trabalhadores da região Amazônica já cultivavam juta e a exportavam para outras regiões do Brasil, especialmente, para produzir sacos para acomodar a produção nacional de café. Novamente, os japoneses se destacaram ao introduzir a cultura da juta na região, assim como demonstrado na discussão sobre o cultivo de pimenta do reino (HOEFLE, 2013).

Inicialmente o cultivo de juta destacou-se na Vila Amazonas, localizado às proximidades do município de Parintins, no estado do Amazonas conforme análise de Tristan (2016), que elaborou compreensões sobre experiências operárias e memórias de trabalhadores associados a uma fábrica de tear instalada no município de Santarém, período em que foi mobilizado grande número de trabalhadores, envolvidos em processos produtivos da fibra.

Na região do Baixo Amazonas, o cultivo de juta adaptou-se facilmente à área de várzea, fator que possibilitou a difusão do cultivo entre os ribeirinhos da região (HOEFLE, 2013). As condições de trabalho relativas ao cultivo e colheita de juta eram difíceis, considerando que o desenvolvimento das atividades produtivas dos trabalhadores era imerso na água. Contudo, a valorização monetária do produto incentivava os agricultores a continuarem esse cultivo. A produção de juta, diferentemente de outras culturas introduzidas na região, não necessitava de grandes investimentos, dado que os produtores precisavam apenas adquirir as sementes, normalmente, fornecidas pelos compradores. A expansão da produção de juta na região foi surpreendente, possibilitando aos agentes de governos traçarem estratégias garantidoras do beneficiamento da juta na própria região.

Em 1942, a significativa produção de juta estabeleceu condições para que fosse construída uma fábrica de tecelagem em Santarém (TRISTAN, 2016). Em 1951, foi inaugurada a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta no município, objetivando confeccionar sacas que seriam utilizadas na exportação de café. A abertura da fábrica de tecelagem de grande porte recolocou o município Santarém em destaque no mercado nacional e internacional (FONSECA, 1996; MMA, 2006).

Para a instalação da fábrica na cidade, foi necessário importar máquinas da Inglaterra, demonstrando o processo de interconexão econômica e política da região com o continente europeu ou com a América do Norte, movimento que também ocorreu durante a extração de borracha na região, assim como em ações de exportação de grãos recém introduzidos no território em debate, ou seja, parte de nossa preocupação central de estudo. No decorrer dos referidos processos econômicos, grupos de trabalhadores locais foram mobilizados para trabalhar no beneficiamento da juta conforme podemos confirmar em Tristan (2016). Segundo outras análises construídas nesse contexto, a mobilização de trabalhadores locais era viável, pois as atividades desenvolvidas na fábrica de tecelagem não exigiam qualificação especializada, conseqüentemente, os rendimentos se limitavam ao teto do salário mínimo praticado à época (HOEFLE, 2013).

A gestão da produção de juta e seu beneficiamento estiveram sob a orientação de um migrante japonês, Kotaro Tuji. Ele teria introduzido o cultivo na Amazônia e, mais tarde, assumiu a condição de comerciante do produto. Consoante a compreensão de Fonseca (2006), a produção de juta na Amazônia esteve associada a estratégias elaboradas pelo Japão, buscando independência de áreas produtivas controladas pelo governo inglês. O agente japonês fez caminhos inversos do que ocorreu com a borracha, cuja exploração trouxe de fora sementes de juta e construiu condições para seu cultivo e produção na região Amazônica (FONSECA, 2006).

Consoante a dados oficiais, no contexto, houve aumento demográfico no município de Santarém, tanto na zona urbana como rural. Em 1940, havia 8.697 habitantes na zona rural e 38.862 na urbana (IBGE, 1940). Em 1970, esse quantitativo saltou para 61.324 e 73.891, respectivamente (IBGE, 1970). Compreendemos que o aumento populacional, especialmente na zona rural, esteve associado ao cultivo de juta às margens do rio Amazonas, dentre outras especificidades. A matéria-prima era transportada para a cidade de Santarém para ser beneficiada na Tecejuta. Possivelmente, a mobilização de trabalhadores para se engajar nas atividades da fábrica impulsionou o crescimento demográfico da zona urbana naquele período, também ressaltamos que esses processos econômicos fortaleceram as relações entre a unidade administrativa do município e regiões de várzea.

Apesar do sucesso do cultivo de juta na região, a partir de 1980, houve a respectiva contenção da extração dessa espécie na região Amazônica. Segundo Hoefle (2013), houve três razões para a minimização da atividade. A primeira esteve associada ao desenvolvimento de fibras sintéticas, produzidas a partir do petróleo, assim, paulatinamente, as fibras naturais foram sendo substituídas pelas sintéticas. A segunda se vinculou à introdução de navios graneleiros e outras tecnologias de transporte que dispensaram o uso de sacas. A expansão da Zona Franca de Manaus mobilizou grande número de trabalhadores, provocando a saída de trabalhadores de zonas rurais da região, essa problemática será discutida posteriormente, no contexto da construção de estratégias promovidas por famílias camponesas fixadas na região.

Em 1980, a Tecejuta interrompeu suas atividades em Santarém. Atualmente está em processo de edificação um porto de embarque de passageiros e carga, exatamente no lugar anteriormente ocupado pela fábrica. Essa interrupção desarticulou atividades comerciais às quais diversos agentes estiveram envolvidos no mercado de fibra. Consequentemente, resultou em desempregos dos trabalhadores da fábrica. Alguns agricultores que desenvolviam atividades relativas ao cultivo da juta redirecionaram suas práticas produtivas, sobretudo, para o cultivo de fruticultura e horticultura, outros ainda retornaram à prática da atividade de pesca. O retorno a essas atividades previa também atender às demandas do aumento demográfico do município que alcançava 180.018 habitantes em 1991 (IBGE, 1991).

Conforme analisamos anteriormente, esses processos produtivos geralmente são interrompidos e remobilizados em contextos diferentes. Assim como ocorreu com a pimenta do reino, que teve sua plantação retomada atualmente, o cultivo de juta foi remobilizado em 2004 no planalto santareno, mediado pela instalação da empresa Pematec Triangel do Brasil LTDA, que possibilitou a reintrodução do cultivo de juta e malva às margens do rio Amazonas. E, ainda, proporcionou a introdução do cultivo de curauá no planalto santareno, especialmente, ao longo da rodovia Santarém Curuá-Una (HOEFLE, 2013).

A remobilização dessa atividade produtiva na região possibilitou novamente a mobilização de mão de obra, especialmente, de jovens da zona de influência da rodovia PA-370, uma vez que a fábrica foi instalada no quilômetro 13 dessa rodovia, situada na atual comunidade de Estrada Nova. Além de mobilizar

trabalhadores que estiveram diretamente envolvidos com a produção de fibras, a retomada dessa atividade possibilitou a organização de cenários de cultivo de curauá no planalto santareno, propiciando que diversos agricultores pudessem cultivar a espécie e comercializar a produção diretamente com a empresa instalada na região.

Entretanto, a pouca produção de malva e juta, matéria-prima utilizada para misturar com a fibra de curauá no processo produtivo, novamente inviabilizou a continuidade dessa atividade produtiva no município. A fábrica encerrou suas atividades em 2011 (HOEFLE, 2013), e os agricultores tiveram que abandonar o cultivo de curauá, retomando às atividades produtivas anteriormente praticadas ou reinventar formas de produção de condições materiais de existência, inserindo-se especialmente, no mercado de trabalho assalariado, seja na sede do município de Santarém ou em outras cidades, especialmente, de Juruti e Oriximiná, cujos mercados de trabalho se expandiam pelas atividades de extração de minérios.

2.2 Município de Santarém: absorção de estímulos produtivos e reordenação de atividades econômicas consolidadas

Dos processos de composição de estratégias de desenvolvimento, destacamos a extração de pau-rosa na região de influência rodovia Santarém Curuá-Una. As atividades de retirada do extrato de pau-rosa foram desenvolvidas no território santareno durante a década de 1930. Inicialmente, projetavam atender às necessidades da indústria de cosméticos do continente europeu. No período, foram construídas usinas de beneficiamento no planalto santareno, ocupando espaços relativamente próximos às áreas de extração de árvores de pau-rosa, geralmente, associadas às áreas de floresta até então pouco explorados (SANTOS; FRANCO, 2010).

Segundo relatos aos quais tivemos acesso durante o trabalho de campo, os exploradores abriram ramais na mata, projetando encontrar árvores de pau-rosa. Nesse contexto, eles construíram a estrada utilizada para o escoamento do óleo dessa árvore em uma dinâmica de exploração da própria região em destaque. Inicialmente, eles abriram veredas na mata e, nos caminhos, destacavam as árvores de pau-rosa. Após a localização delas, regressavam para extraí-las. Ressaltamos que a então estrada de escoamento corresponde atualmente à rodovia Santarém

Curuá-Una, hoje em destaque devido a sua utilização para escoamento da produção de grãos e da produção de famílias camponesas fixadas em sua zona de influência.

Conforme relatos alcançados em nosso trabalho de campo, na década de 1940, o senhor Elias Jorge Hage estabeleceu uma usina de extração do óleo essencial, localizada na atual comunidade de Paxiúba, no quilômetro 50 da rodovia Santarém Curuá-Una. De acordo com as narrativas construída por Raimundo Alberto dos Santos, compunham a usina: uma máquina a vapor, uma caldeira de 350 libras, um triturador de três lâminas, duas serras circulares, sendo uma de 1,6 metros e a outra de 0,8 metro, e seis tanques com capacidade para armazenar três mil e seiscentos quilos de madeira extraídos de árvores derrubadas na região.

Após a extração de árvores de pau-rosa, caminhões as transportavam até a usina. No método de beneficiamento, a madeira era lascada e triturada, otimizando seu aproveitamento. Somente as folhas não tinham destinação comercial. Os cortes nas árvores eram rasos, visando aproveitar todos os pedaços da madeira. Após a trituração, o material era colocado em caldeiras para realizar a extração do óleo essencial. Ao final do processo, o óleo era armazenado em tambores de 200 litros, transportados até a sede do município de Santarém. A partir da qual, empresas especializadas comercializavam a produção para o mercado europeu, especialmente, para atender demandas do mercado de cosméticos, como ressaltamos anteriormente.

De acordo com a compreensão de Santos e Franco (2010), o traslado até a usina demorava cerca dois dias. Os trabalhadores extrativistas saíam de Santarém por volta de seis horas da manhã. No início da noite, do mesmo dia, eles chegavam à atual comunidade de Curupira, localizada no quilômetro 38 da rodovia PA-370 onde havia uma imensa castanheira, ponto de referência para a parada, e em sua proximidade há um igarapé, que servia como suporte para higienização, abastecimento de água e como espaço apropriado para pernoitar. No dia subsequente, o grupo caminhava, aproximadamente, mais 12 quilômetros até chegar à sede da usina de beneficiamento.

Os processos de extração de pau-rosa, nas proximidades da usina de Paxiúba, ocorreram até o ano de 1948 e mobilizaram uma quantidade relativamente grande de trabalhadores, distribuídos nos serviços de extração, beneficiamento na usina, armazenagem e transporte da produção. Entretanto, o esgotamento de

árvores de pau-rosa na região provocou a transferência da usina para o rio Moju em 1949, encerrando o período de extração na região de influência da rodovia PA-370.

Destacamos que a extração de pau-rosa no planalto santareno possibilitou o reconhecimento de uma região dotada de um rio corrente que, mais tarde, possibilitaria a construção da rodovia Santarém Curuá-Una e de uma usina hidrelétrica. Permitiu, então, o acesso a diversas comunidades da região, bem como viabilizou o escoamento da produção de famílias camponesas. E, mais recentemente, da produção de grãos. Atualmente, a rodovia em destaque é referência para interligação entre as regiões do Tapajós e Xingu, ambas no estado do Pará.

As sucessivas crises em diversas atividades produtivas desenvolvidas na região possibilitaram o aprendizado coletivo de projeções de outras estratégias indutoras do desenvolvimento regional. Nesse contexto, agentes de políticas estatais estabeleceram padrões de ocupação, alterando as dinâmicas demográficas e produtivas. Em meio a essas estratégias, ocorreu a interligação do território santareno com outras regiões por meio de rodovias, hidrovias e por via aérea. Além de uma integração econômica considerada, houve a implantação de assentamentos rurais conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Esse cenário mobilizou outros tantos movimentos migratórios para Santarém.

A implementação de estratégias políticas, como a construção da BR-163, rodovia que interliga Cuiabá a Santarém, transformou os movimentos de ocupação na região (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Essas estratégias políticas projetavam a integração de projetos de colonização na área de influência da Transamazônica, interligando-os ao Centro Oeste brasileiro (ALENCAR et al., 2004; ALENCAR et al., 2005). Entre as décadas de 1960 e 1980, diversas famílias foram assentadas na região por meio de políticas conduzidas pelos agentes do Incra (SABLAYROLLES et al., 2008).

A construção da rodovia BR-163 possibilitaria a introdução de outras dinâmicas econômicas na região, dentre elas, destacamos a extração de minério de ouro, movimento que atraiu outros migrantes os quais projetavam trabalhar em garimpos na região. Nesse contexto, o município de Santarém ocupa novamente posição de destaque, figurando como unidade de negócios e abastecimento (MMA, 2006). A extração de ouro, dissociada de outras dinâmicas econômicas frequentes

na região, necessitava de conhecimento prévio e de introdução imediata de motorização dos processos de extração do minério.

Nesse contexto, ocorreu um significativo aumento demográfico nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém (CORTES, 2011; SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Segundo os dados apresentados pelos autores, o município de Santarém apresentou taxa de crescimento de 3,6% no decorrer da década de 1970. O crescimento demográfico do período está associado às taxas de natalidade e a processos de migração motivados pela extração de ouro e por políticas de assentamentos rurais (CORTES, 2011).

Conforme análise de Cortes (2011), houve a padronização de movimentos de migração na região nesse período. Para a autora, a composição da zona rural do município de Santarém era fundamentalmente de migrantes nordestinos e de centros urbanos, especialmente, de Belém e Macapá, ao mesmo tempo que a composição da zona urbana de Santarém demonstrava a presença marcante de pessoas provindas de municípios do interior do estado do Pará, com destaque para os de Alenquer e de Itaituba, além dos provindos de capitais da região, como Belém e Manaus (CORTES, 2011).

Os processos econômicos do município de Santarém estiveram mais associados às atividades agrícolas. As ações de urbanização do território da cidade não alteraram significativamente as dinâmicas do espaço rural. Nesse contexto, analisamos que as taxas de urbanização, durante a década de 1970, destacam-se em relação ao crescimento da população rural. Pela tabela 1, a seguir, construída a partir de informações extraídas de censos demográficos, analisamos processos de ocupação de zonas urbanas e rurais do município de Santarém, relacionando-os com cenários nacional, regional e estadual.

Advertimos que o crescimento demográfico esteve associado à criação de estratégias produtivas implementadas ou mesmo introduzidas, a exemplo da extração de minérios. Todavia, assinalamos também que o desenvolvimento de atividades produtivas em outros municípios, como Manaus e Macapá, provocou movimentos de emigração do município de Santarém, especialmente, de descendentes de famílias camponesas que mobilizaram forças e recursos em vista da qualificação profissional, ou ainda, mesmo sem a qualificação profissional, desenvolveram estratégias garantidoras do ingresso no mercado de trabalho

assalariado. Dentre essas estratégias, podemos destacar o próprio processo de emigração.

Conforme anunciamos anteriormente, na tabela 1, a seguir analisaremos dados referentes à população, interacionando informações gerais do Brasil, passando pelos dados de região Norte, do estado do Pará, e finalizando com informações analisadas quando ao município de Santarém, considerando especialmente as taxas de crescimento relativas ao recorte temporal destacado.

Analisamos também a variação da taxa de crescimento demográfico, considerando a relação existente entre as zonas urbanas e rurais em discussão, o aumento populacional em zonas urbanas e o decréscimo demográfico em espaços rurais. No decorrer do texto relacionaremos essas informações com o aumento da concentração de terras na zona rural do município de Santarém.

A seguir analisamos as informações relativas à tabela 1:

Tabela 1 - População e taxas de crescimento populacional, 1970 e 2010.

	População Total			Grau de urbanização (%)			Taxa de crescimento da população (% a.a)					
							Total		Urbana		Rural	
	1970	1991	2010	1970	1991	2010	1970/80	2000/10	1970/80	2000/10	1970/80	2000/10
Brasil	93.134.846	146.825.475	190.755.799	55.9	75.6	84.4	2.5	1.2	4.4	1.6	0.6	0.7
Norte	3.603.679	10.030.556	15.864.454	45.1	59.0	73.5	5.0	2.1	6.4	2.6	3.7	0.8
Pará	2.166.998	4.950.060	7.581.051	47.1	52.5	68.5	4.6	2.0	5.0	2.3	4.2	1.4
Santarém	135.215	265.062	294.580	45.4	67.9	73.3	3.6	1.2	6.2	1.5	0.9	0.3

Fonte: IBGE (1970;1991; 2000; 2010).

No cenário de crescimento demográfico, a cidade de Santarém apresentou média de crescimento de 3,6% no decorrer da década de 1970. No mesmo período, a população na zona urbana do município foi de 6.2%. Na

interpretação de Neves (2014), o recorte temporal de 1970 teria demarcado mudanças na estrutura produtiva do município, destacando a fixação de famílias camponesas na região, especialmente, de origem nordestina e sulista, que buscavam garantir acesso a lotes de terra objetivando produzir os meios e modos de sobrevivência.

Conforme a análise da autora, conforme os dados apresentados, há significativa ampliação do número de trabalhadores associados às atividades agrícolas, à pecuária e à silvicultura. Ainda vinculado a esse marco temporal, ocorreu a expansão das atividades extrativistas nas quais muitos trabalhadores estiveram envolvidos. O processo acelerado de urbanização possibilitou a ampliação da inserção de trabalhadores no comércio de mercadorias, transporte e armazenagem. Essas dinâmicas econômicas transformaram as relações de trabalho e de produção no próprio município de Santarém, possibilitando a inserção de outras atividades produtivas.

O aumento demográfico permitiu condições para ampliação de atividades agrícolas que estiveram diretamente associadas à instalação de famílias camponesas, sobretudo, no planalto santareno. Dessa forma, o aumento da taxa de urbanização de Santarém possibilitou a ampliação do setor de serviços conforme analisado por Neves (2014).

As dinâmicas econômicas sincronicamente ao cenário geopolítico, tendo o município de Santarém como unidade referencial para região, impulsionaram as transformações de processos produtivos, destacando-se as atividades agrícolas, assim como possibilitaram o surgimento de novos postos de serviços na zona urbana do município, destacando inclusive atividades sociais e administrativas vinculadas à administração pública (NEVES, 2014).

Diante disso, destacamos que ações de urbanização do município de Santarém, no decorrer da década de 1970, eram semelhantes ao do próprio estado do Pará, apresentando uma taxa de urbanizado de 45,4%, enquanto a taxa estadual foi de 47,1%. Em virtude dessa dinâmica demográfica, ao longo da década, a população urbana ultrapassara a rural, computando percentual de 58% (IBGE, 1983).

A expansão demográfica do município mobilizou, também, a elaboração de estratégias que garantissem a ampliação da zona urbana. Nesse contexto,

rodovias secundárias foram construídas e direcionaram processos de expansão territorial. A criação da rodovia Santarém Curuá-Una marcou o crescimento em direção à região leste. A rodovia Santarém-Cuiabá, BR-163, possibilitou a ocupação central da zona urbana. Enquanto, a abertura das rodovias Fernando Guilhon e a Everaldo Martins garantiu o acesso à região de Alter do Chão. A abertura dessas rodovias estabeleceu direcionamentos e processos de ocupação e urbanização de diversos setores do município (PEREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2008).

O recorte temporal da década de 1970, conforme analisado por Neves (2014), marca transformações na cadeia produtiva, assim como apresenta condições para a implementação de novos serviços. No entanto, compreendemos também que, consorciados às transformações produtivas, houve processos de urbanização de Santarém, possibilitando sua ampliação. A abertura de rodovias, possivelmente, proporcionou a elaboração de outros arranjos sociais na zona rural, considerando que o aumento demográfico pressionaria a cadeia produtiva na região, exigindo dela maior produtividade, associada, especialmente, ao fornecimento de alimentos.

Seguindo essa perspectiva de transformações, a década de 1990 foi marcada pela introdução de outros arranjos sociais e políticos. As atualizações políticas democráticas, ocorridas no decorrer da década de 1980, possibilitaram a elaboração de rearranjos territoriais, econômicos e políticos. Nesse contexto, destacamos a emancipação de Placas e Belterra, ocorridos, respectivamente, nos anos de 1993 e 1995. O desmembramento desses territórios impactou diretamente no cômputo demográfico, especialmente, o rural de Santarém (CORTES, 2011). No mesmo cenário de emancipação territorial, o então distrito de Mojuí dos Campos concluiu seu processo de municipalização no ano de 2010.

A construção de relativas autonomias territoriais e administrativas das unidades municipais destacadas promoveu a dispersão de processos de urbanização desses territórios, criando outras dinâmicas econômicas e sociais. A urbanização possibilitou o surgimento de novos serviços e postos de trabalho nas unidades territoriais emancipadas, mas a centralidade de Santarém foi mantida em diversos aspectos, principalmente, na utilização de serviços de saúde e educação. Os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, devido à proximidade geográfica, mantêm relações cotidianas com populações do município de Santarém e até relativa dependência.

2.3 A expansão de relações capitalistas no planalto santareno

As transformações socioeconômicas do contexto da década de 1990, associadas às dinâmicas econômicas historicamente constituídas no município de Santarém, são evidentemente marcadas por processos de introdução da produção de grãos. A partir dessas dinâmicas, diversos autores buscaram construir interpretações centralizadas em impactos ocasionados pela produção de grãos na região.

A criação dessas interpretações seguiram percursos distintos nos quais estiveram associadas metodologias e temáticas vinculadas às escolhas teóricas eleitas pelos autores, bem como opções epistemológicas, contribuíram para a construção do quadro teórico, propiciando a amplitude de compreensão de tais processos nos quais destacamos os debates e pressupostos que fundamentam as discussões elaboradas e constatamos a existência relativa de sete caminhos caracterizados por temas gerais, analisados pelos autores que serão discutidos.

Inicialmente, destacamos construções de compreensões associadas, relativamente, a ações de expansão da produção de grãos no Brasil. A expansão produtiva é compreendida consoante a concepção que há um caminho percorrido pelos produtores de soja, iniciado na região Sul, prosseguindo para o cerrado brasileiro e, recentemente, ocupando espaços no bioma amazônico (DOMINGUES; BERMANN, 2012). Segundo tais perspectivas, o avanço da produção de grãos está associado a duas questões centrais.

A primeira questão ressalta que a produção de grãos possibilita a concentração fundiária brasileira. Nessa perspectiva, os autores afirmam que entre 1996 e 2006 ocorreu significativa diminuição de imóveis rurais inferiores a 100 hectares, conseqüentemente, ocorreu o acréscimo no cômputo geral de imóveis rurais entre 100 e 1000 hectares. Esse movimento, para certos analistas, indicaria processos de concentração de áreas agricultáveis a partir da incorporação de lotes menores. A incorporação, pelo prisma desses autores, está associada à grilagem de terras, compra de imóveis e até mesmo arrendamentos (OSÓRIO, 2018; DOMINGUES; BERMANN, 2012).

A segunda interpretação feita por outros autores afiliados a esse campo temático, associa-se à compreensão de que o avanço da produção de grãos se tornou viável devido a ações de modernização da produção agrícola, mediante

estratégias de mecanização de processos produtivos, desenvolvimento de novas linhagens de grãos e ampliação da infraestrutura. Esses recursos foram introduzidos na cadeia produtiva e possibilitaram o seu desenvolvimento. Associado a essas estratégias, ocorreu a inserção da produção brasileira no mercado internacional.

De acordo com essa compreensão, há uma relação direta entre o cultivo de grãos e os processos de concentração fundiária. Por essa perspectiva, a introdução de métodos químicos e mecânicos na cadeia produtiva teria influenciado a apropriação de terras, destacando-se, basicamente, a região Amazônica (COSTA, 2000; CASTRILLON FERNANDEZ, 2007). Na citação oficial transcrita a seguir, podemos considerar essa proposição analítica:

Pode-se afirmar que a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, reforçou a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultra extensiva. Assim, ao contrário das áreas do Rio Grande do Sul e do Paraná, precursoras da introdução e consolidação da agroindústria da soja no Sul do País, a partir dos anos de 1970, na Região Centro-Oeste a lavoura de soja alcançou uma escala de tecnificação que influenciou a concentração fundiária nestes recortes. (IBGE, 2010, p. 111).

A construção dessa perspectiva interpretativa se fundamenta em dados produzidos por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os quais revelam significativa concentração fundiária na região Amazônica. A introdução de técnicas, segundo essa compreensão, teve relativa influência nos processos de concentração de terras, destacando-se recortes geográficos como os correspondentes às regiões Centro-Oeste e a Amazônia.

Os obstáculos de incorporação de lotes às ações de desenvolvimento da agroindústria de soja, geralmente, impulsionam outras frentes de expansão pelas quais outras áreas são incorporadas ao projeto de expansão da produção de grão no país. A frente de expansão da produção de grãos, além de promover desmatamentos desses territórios, ela também desarticulou outras atividades produtivas, a exemplo da ocupação de áreas na Amazônia que anteriormente estiveram associadas à pecuária extensiva.

A seguir, conforme a tabela 2, reproduzimos índices expressivos de processos de concentração fundiária em estados da região Amazônica, em períodos caracterizados por sucessivas estratégias de ocupação territorial em vista de garantia da produção de grãos nesta região.

Tabela 2 - Número de imóveis rurais na Amazônia brasileira, 2006.

UF	Número de imóveis		>100 hectares (%)		100>1000 ha (%)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
AC	23.788	29.482	21,16	19,2	39,2	47,77
AM	83.289	66.784	34,42	24,61	29,38	33
MA	368.191	287.037	22,24	21,5	41,41	42,38
MT	78.762	112.978	3,28	5,52	14,52	16,96
PA	206.404	222.028	19,22	18,38	29,91	32,48
RO	76.956	87.077	21,46	26,84	31,2	39,29
RR	7.476	10.310	6	22,78	20,3	31,76

Fonte: IBGE (2009).

No cômputo geral da tabela 2, analisamos pequenos decréscimos entre 1996 e 2006 de quantidade de imóveis rurais com extensão inferior a 100 hectares. Entretanto, os estados de Mato Grosso e Rondônia apresentaram um leve crescimento no percentual referente ao número de imóveis com extensão inferior a 100 hectares. Enfatizamos, ainda, que o estado de Roraima apresentou significativo aumento no número de imóveis com extensões territoriais inferiores a 100 hectares. No mesmo quadro, analisamos que o cômputo de imóveis com extensão territorial, entre 100 a 1000 hectares, apresentou, no mesmo período, generalizado aumento, fortalecendo a discussão acerca da concentração fundiária na região Amazônica.

O cenário de concentração fundiária teria ocasionado uma série de conflitos e impactos sociais. A partir dessa perspectiva de compreensão, diversos autores construíram suas interpretações partindo de premissas de que a expansão da produção de grãos seria relativamente responsável por movimentos de deslocamento de famílias camponesas da zona rural da região Amazônica. Esses deslocamentos representavam migrações para centros urbanizados da própria região Norte (MUELLER, 1992; SOUSA, 2017).

Além desse deslocamento, as estratégias de expansão da produção de grãos, segundo essa vertente analítica, possibilitaram a descontinuidade da reprodução do modo de vida valorizado por grupos de camponeses. Os autores associam esses processos de diminuição de atividades produtivas relacionadas ao modelo de agricultura familiar (OSÓRIO, 2018; CARVALHO; TURA, 2006), sem incluir a distinção sobre a denominação de agricultores familiares e camponeses, em que nessas discussões, comumente, são enquadrados como populações tradicionais.

Ao percorrer essa perspectiva analítica, os autores ainda analisaram que a expansão da produção de grãos, paralelamente à concentração fundiária, seria responsável pelo desaparecimento de agrupamentos rurais (DANTONA et al., 2007). De acordo com essa análise, pequenos agricultores teriam vendido seus lotes, iludidos pelo valor monetário por eles recebidos, conseqüentemente, após a venda, esse grupo migrou especialmente para as zonas urbanas (PEREIRA, 2004; DANTONA et al., 2007). Ainda, concernente a esse percurso interpretativo, as análises construídas por Sá, Costa e Tavares (2006) articulam as ações de venda e mobilidades de agricultores à contribuição relativa à expansão de periferias urbanas, processos em que revelariam o aumento de desempregos na sede de municípios como o de Santarém (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006).

Analisando os mesmos processos de expansão do cultivo de grãos, um conjunto de autores, diferentemente, dedicou-se a elaborar compreensões valorizadoras de impactos ocasionados ao meio ambiente e à saúde humana devido à introdução de defensivos agrícolas nos métodos produtivos de grãos. Os compostos químicos, segundo os autores, causariam danos tanto ao meio ambiente quanto à saúde humana.

Nessas discussões, incluem-se questões referentes à segurança alimentar nas quais existem contrapontos sobre a gestão da produção agrícola, considerando que há grupos de produtores caracterizados pela ampla utilização de defensivos químicos para garantir a produção e elevada produtividade. Em movimento oposto, outros produtores adotam métodos biológicos de controle de pragas em suas produções. Esses modos de fazer representam não apenas as estratégias produtivas utilizadas por diferentes agentes, mas caracterizam discussões ideológicas divergentes que valorizam formas distintas para a reprodução de condições materiais de existência (ALTIERI; PENGUE, 2006; BERGER; ORTEGA, 2010; MOREIRA et al., 2010; OLIVEIRA; HECHT, 2016).

As condições de produção e de seu escoamento figuram como temas analisados por diversos autores no contexto da agroindústria de grãos na região Amazônica. Conforme as análises, o aumento e a consolidação da produção de grãos na região Norte estão associados à implementação da infraestrutura garantidora do cultivo que necessita de aberturas e melhorias de estradas e ramais para possibilitar o acesso às áreas cultivadas, assim como do escoamento da

produção. Nesse contexto, podemos destacar a construção dos portos em Santarém e em Itaituba, que são não apenas pontos de recolhimento da produção na região, mas também são viabilizadores de processos de exportação da produção para os diferentes mercados consumidores (RIBEIRO, 2014; RIBEIRO, 2009; LEÃO, 2017).

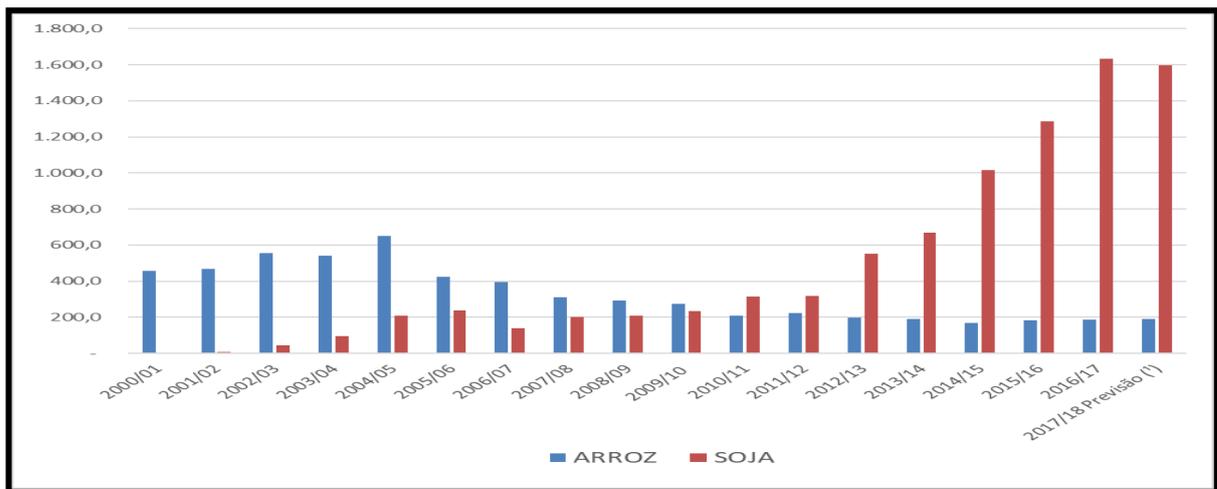
Essas perspectivas analíticas ressaltaram que a edificação dessa infraestrutura foi mediada por relação estabelecida entre a iniciativa privada e repartições públicas, considerando que essas mediações estabeleceram condições importantes para a implementação de empreendimentos privados relativos à produção de grãos, inclusive promovendo a flexibilização de legislações ou, ainda, incluindo a produção de grãos em objetivos de planos diretores municipais, conscientemente elaborados em vista de garantir a introdução ou consolidação de agroindústria de grãos.

As condições favoráveis de cultivo e o estabelecimento de condições de escoamento da produção possibilitaram a criação de estratégias para a ampliação do território destinado ao cultivo de grãos, inclusive, promovendo a substituição de outras atividades produtivas agrícolas ou de pecuária. A hegemonia do binômio milho e soja impactou diretamente diversas outras atividades produtivas, que cederam espaço para essas atividades em processos de introdução na região. Os autores explicam que, após a construção da infraestrutura necessária para o escoamento, houve rápida substituição de outras atividades produtivas, incluindo a rizicultura pela sojicultura (RIBEIRO, 2014; RIBEIRO, 2009; LEÃO, 2017).

No Gráfico 1, podemos ratificar dados relativos à tendência de substituição de diversas atividades produtivas, especialmente, da produção de arroz, contribuindo para a incorporação de áreas ao cultivo de soja e milho. Entretanto, destacamos que o cultivo de arroz por diversas décadas foi a base para muitas famílias camponesas fixadas no planalto santareno. O arroz, além de compor a dieta alimentar diária dessas famílias, permite que a comercialização do excedente da produção garantisse a aquisição de outros produtos, como açúcar, sabão, óleo e ferramentas de trabalho, habitualmente, utilizadas no desempenho de atividade agrícolas.

No gráfico 1, a seguir, analisamos relações no processo de substituição da produção de arroz pelo cultivo de soja entre anos de 2000 e 2017.

Gráfico 1 - Dinâmica da produção de arroz e soja no estado do Pará em toneladas (2000-2018).



Fonte: CONAB (2018).

Conforme os dados do gráfico 1, a partir da safra 2010/2011, a produção de soja ultrapassou a de rizicultura. A alteração de culturas está associada à garantia da comercialização da produção de grãos, vinculando-a, notoriamente, ao mercado internacional. No atual contexto, o cultivo de arroz é realizado, especialmente, em áreas recém desmatadas. Entretanto, diante do projeto de ocupação territorial pela agroindústria de soja, a rizicultura é substituída nos primeiros anos de cultivo pelo binômio soja e milho (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2006).

A figura 2 representa determinada área por nós valorizada pelo conhecimento adquirido no decorrer do trabalho de campo. As representações tematizam sobre a introdução da rizicultura, em grande parte, a ser substituída pelo binômio soja e milho, resultado racionalmente esperado segundo as próprias proposições construídas pelos produtores de grãos.

Consoante relatos de agricultores entrevistados durante o nosso trabalho de campo, nos primeiros anos, após a abertura da vegetação, geralmente, são estabelecidos os métodos de introdução do cultivo arroz em processo de preparo da terra. O preparo da terra consiste em estabelecer condições favoráveis à cultura vindoura. Para tanto, conjuntamente à rizicultura, são aplicados adubos e corretivos de solo, buscando garantir a fertilidade necessária para alcançar bons índices de produtividade nas culturas de soja e milho.

Figura 2 - Plantio de arroz em área recém desmatada, 2019.



Fonte: Arquivos do pesquisador (2019).

Outras questões debatidas por estudos quanto às ações de expansão da produção de grãos na região Amazônica estão relacionadas a problemas ambientais, refletindo em diversos outros conflitos sociais. Os autores engajados nessa vertente interpretativa advertem que o ritmo de apropriação de novas áreas destinadas ao cultivo de grãos é superior ao de médias nacionais. Exemplificam que estão envolvidos nesses processos, especialmente, os estados do Maranhão, Tocantins e Pará (SAUER; PIETRAFESA, 2013).

De acordo com esses autores imediatamente citados, as atividades produtivas de grãos impulsionaram partes da degradação ambiental, assim como promoveram diversos conflitos sociais decorrentes da apropriação de terras ou mesmo da distinção dos significados atribuídos por diferentes grupos sociais à perspectiva de desenvolvimento socioeconômico. O modelo de agricultura defendido pelos produtores de grãos, além de amplamente modificar o meio ambiente, está atrelado aos interesses do mercado de *commodities* (MATOS, 2015).

Em relação ao debate no campo temático, a produção de grãos está relativamente associada à lógica de produção capitalista, inserindo a região Amazônica no contexto do mercado internacional de grãos, processo financiado por grandes grupos de circulação de *commodities* no mundo, a exemplo da Cargill, Bunge e ADM. Esses grupos controlam a comercialização da produção de sementes na região estudada e mantêm sob seu controle o mercado relacionado a insumos, fertilizantes e sementes (OLIVEIRA; HECHT, 2016).

Por esse prisma interpretativo, diversos autores constroem análises seguindo a premissa de que a produção de grãos reflete a lógica de reprodução capitalista, gerando riquezas e desigualdades no contexto regional. A inserção da produção de sementes na região Amazônica desembocou, assim, na constituição de cenários marcados pelo controle de comercialização da produção por sucessivos processos de concentração fundiária, construindo significativos patrimônios individuais baseados na apropriação de terras, antes apossadas por outros modelos de agricultura e agricultores (D'ANTONA; VANWEY; LUDEWIGS, 2011).

Associadas à compreensão de lógicas de produção capitalista, há análises que vinculam os índices de desmatamento à expansão da produção de grãos. O conjunto de autores relacionados à discussão compreende que a área de influência da BR-163 possibilita a expansão do desmatamento na região, uma vez que a própria rodovia é considerada o corredor de escoamento na região Norte (ARIMA; VERÍSSIMO, 2002; LAURANCE et al., 2001; ALENCAR et al., 2004). Segundo esses autores, a conclusão do asfaltamento da rodovia possibilitaria a abertura de outras viciniais, garantindo a ampliação da área destinada à produção de grãos na região.

Na perspectiva de associação dos índices de desmatamento a processos de introdução da produção de grãos, realizamos um levantamento e elaboramos mapas pelos quais analisamos dados de desmatamento na área de influência da rodovia PA-370 entre os anos de 1981 e 2017.

Para a elaboração dos mapas que serão apresentados a seguir, utilizamos diversas técnicas de geoprocessamento, bem como nos apropriamos de imagens anteriormente elaboradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A partir dessas imagens, construímos o georreferenciamento e implementamos ajustes necessários. Em seguida, realizamos, a partir dessas

imagens, classificações das informações contidas em cada mapa e sua referência ao recorte temporal.

Dentre as classificações podemos destacar: a de vegetação densa, naturalmente caracterizada por vegetação densa e alta, nos mapas, representada pela cor verde escuro e rugoso. Em seguida, temos área desmatada com vegetação secundária ou área de plantio. Essas áreas destacam-se por sua vegetação baixa, considerando, ainda, que podem estar em processo de regeneração ou representam áreas de solos expostos e, nos mapas, estão representadas pela cor verde claro ou magenta.

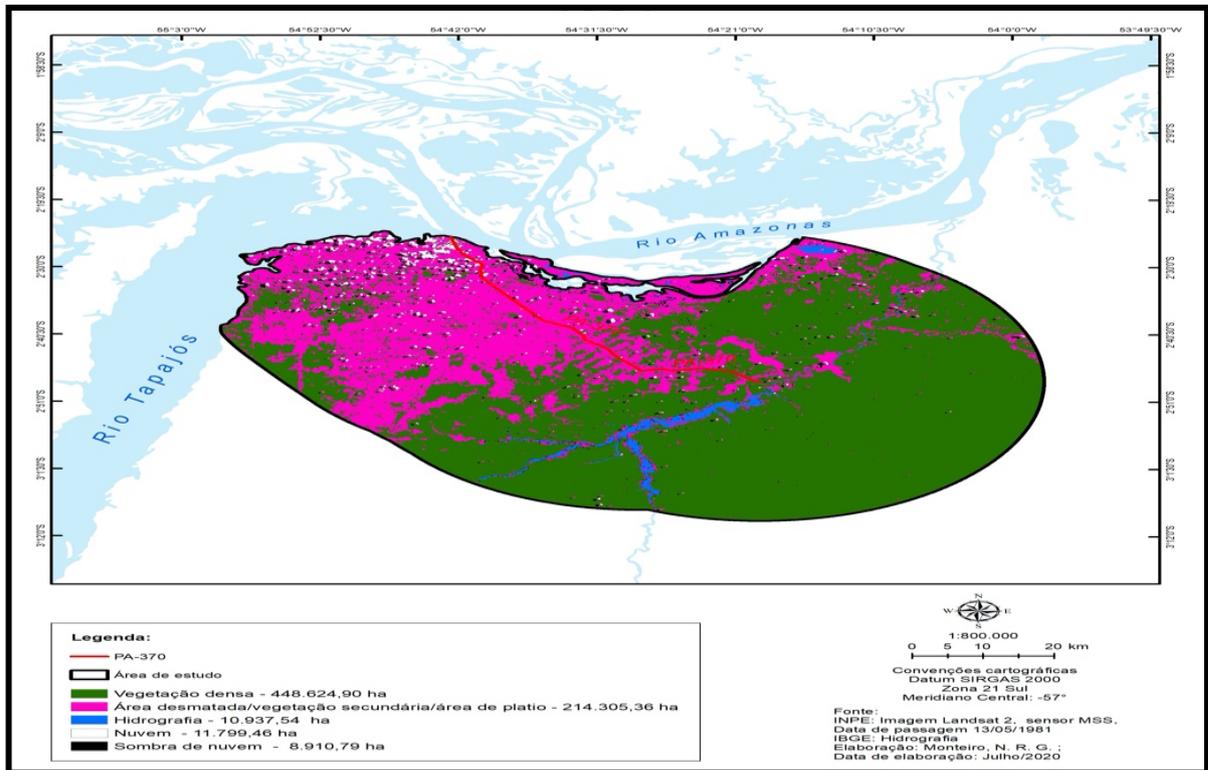
Realizamos também o recorte de áreas relativas à hidrografia da região. Entretanto, advertimos que as imagens também são suscetíveis à presença de nuvens ou ainda de sombras produzidas por elas e, de alguma maneira, precisam ser consideradas ao analisarmos as informações cartográficas. Nas próprias figuras, existem legendas explicativas.

Referente ao desmatamento, na figura 3, analisamos processos de uso da terra ao longo da rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370, considerando primordialmente, as áreas desmatadas até o ano de 1981. Ressaltamos que, no ano de 1981, a região ao longo PA-370 apresentava área de 448.624,90 hectares de vegetação densa, considerada, naquele período, como área ainda sem suposta intervenção humana, especialmente, para fins de desenvolvimento de atividades agrícolas ou de pecuárias, práticas relativamente comuns na região do planalto santareno.

No mesmo recorte temporal, a região, ao longo da rodovia, apresentava 214.305,36 hectares de áreas desmatadas, sem desconsiderar que essa área pode estar relacionada a solo exposto, em geral, utilizado para fins agrícolas. Podemos ainda aferir que esses territórios podem estar associados às áreas em processo de regeneração da vegetação, caracterizadas inicialmente por plantas baixas e tendem, inicialmente, a manterem um curso de regeneração caracterizada por vegetação densa caso não haja outras intervenções no transcorrer do tempo. Ademais, podemos considerar que parte dessa área pode estar destinada ao desenvolvimento de atividades relativas à prática da pecuária, geralmente caracterizada por vegetação baixa.

Na figura 3, a seguir, analisamos as informações relativas a essa discussão, considerando o recorte temporal relativo ao ano de 1981, conforme advertimos anteriormente.

Figura 3 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 1981.

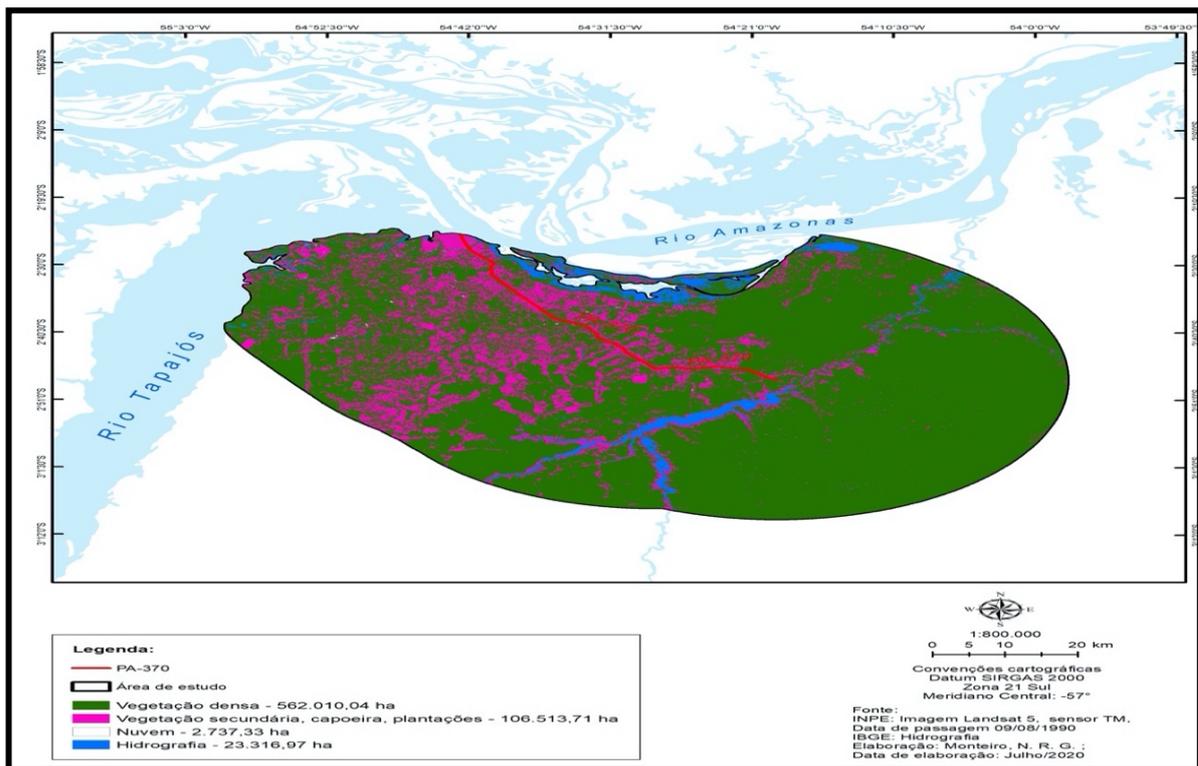


Fonte: Sousa e Monteiro (2020).

Consoante às análises referentes à série histórica de desmatamento ao longo da rodovia Santarém Curuá-Una, no contexto da década de 1990, concluímos que na região havia área de vegetação densa de 562.010,04 hectares em demonstração do aumento da descrita vegetação no território destacado. Associado ao acréscimo, observamos que áreas relativas à vegetação secundária retraíram e perfizeram um total de 106.513,71 hectares no ano de 1990.

No entanto, as alterações nos índices e quantitativos dos dados podem representar não somente processo de regeneração da vegetação secundária, mas também um controle sobre o desmatamento ao longo da rodovia. Precisamos, todavia, observar que as imagens capturadas, nesse período, apresentam menor quantidade de nuvens em relação ao período anterior, fator que pode ter contribuído para o aumento referente à vegetação densa. De toda forma, houve retração na área de vegetação secundária conforme podemos analisar pela figura 4, a seguir:

Figura 4 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 1990.

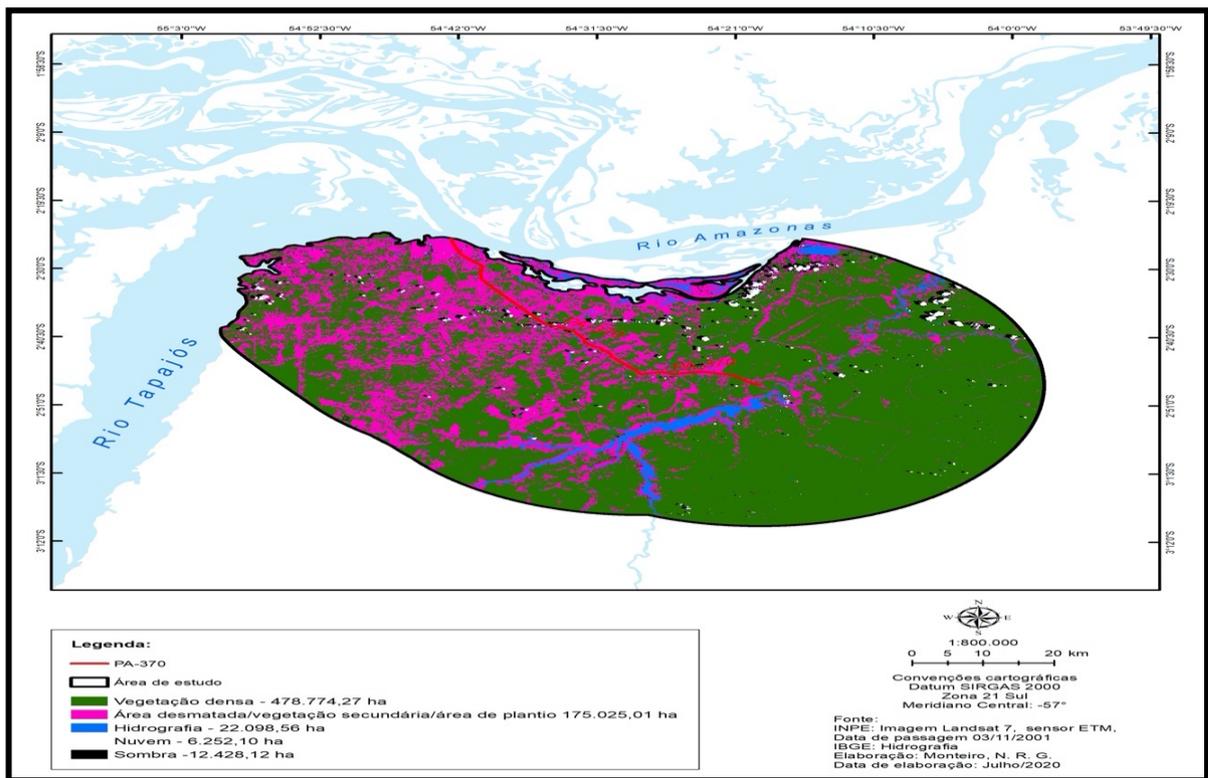


Fonte: Sousa e Monteiro (2020).

Em movimento oposto aos dados referentes às décadas de 1981 e 1990, a partir da primeira década do século XXI, conforme os dados apresentados na figura 5, houve contínua diminuição da área de vegetação densa e aumento de área desmatada. No ano 2001, a área de vegetação densa recuou para 478.774,27 hectares. Em movimento de retomada do desmatamento, demonstrou que a área relativa ao plantio ou à vegetação secundária evoluiu para 175.025,01 hectares.

Ao analisamos os dados desse período, não podemos correlacioná-los diretamente à introdução da produção de grãos na região. No entanto, podemos inferir que há uma retomada do desmatamento da vegetação densa ao logo da PA-370 justamente no recorte temporal que marca os processos de introdução do cultivo de soja na região. Os dados representados nas figuras demonstram a ocupação de áreas possibilitada pelos acessos garantidos por vicinais que partem da rodovia Santarém Curuá-Una, possibilitando que esses territórios sejam também explorados, conforme constatamos nos dados presentes na figura 5, marcada por pontos de ocupação em ambos os lados na extensão territorial influenciada pela rodovia PA-370.

Figura 5 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 2001.



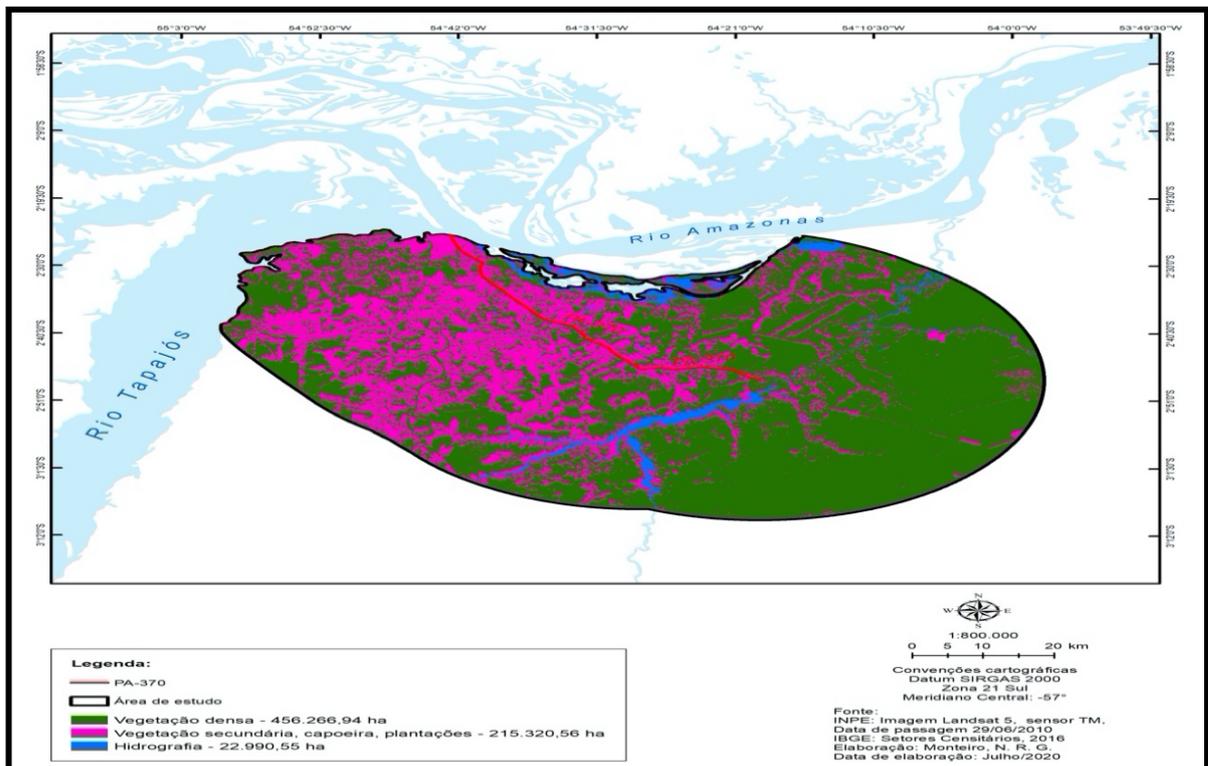
Fonte: Sousa e Monteiro (2020).

A partir de 2010, conforme podemos analisar as informações presentes na figura 6, os índices de desmatamento ao longo da rodovia superaram a quantidade de hectares desmatados no ano de 1981, perfazendo um montante de 215.320,56 hectares. Conseqüentemente, no mesmo período, há diminuição da área classificada pela vegetação densa, retraindo para 456.266,94 hectares.

Analisando as imagens configurantes desse período, presumimos que há concentração de desmatamento e ocupação em certas regiões do território analisado. Possivelmente, esse fato esteja correlacionado ao processo de aquisição de lotes pelos produtores de grãos fixados na região, posto que esses produtores, geralmente, mobilizam estratégias e recursos para absolver lotes vizinhos aos seus. Por essa incorporação, criaram grandes campos de cultivo de grãos, inclusive como política de contenção de custos nos métodos de plantio e colheita da produção. A concentração em área extensa possibilita a diminuição de deslocamentos de equipamentos e trabalhadores. Nessa perspectiva, as práticas de arrendamento de lotes contribuem para minimização de efeitos formais da concentração de área produtiva.

Na figura 6, analisamos a expansão de áreas desmatadas, em contexto marcado pela abertura de grandes extensões territoriais que foram incorporadas aos campos destinados ao cultivo de grãos.

Figura 6 – Mapa referente ao desmatamento ao longo da Pa-370, 2010.



Fonte: Sousa e Monteiro (2020).

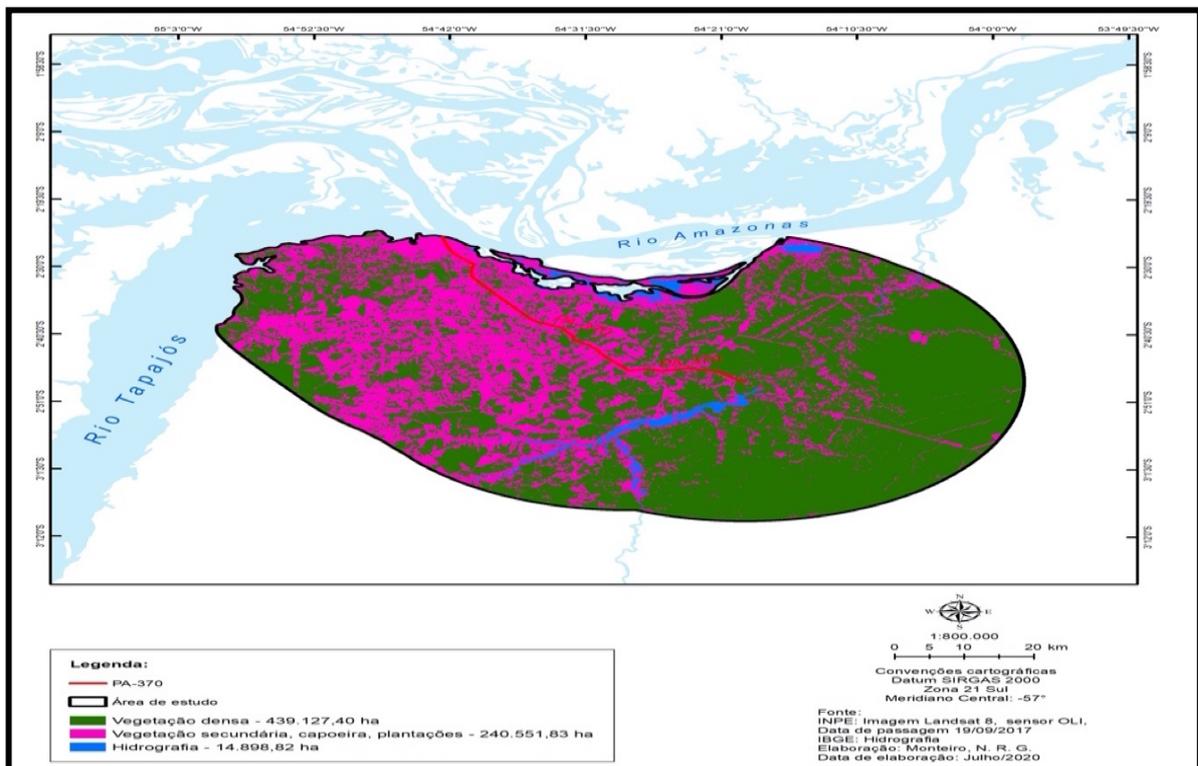
Em sequência, a nossa reconstrução de ações de desmatamento ao longo da rodovia Santarém Curuá-Uma, no ano de 2017, registra a continuidade do processo de diminuição da vegetação densa e o aumento de áreas destinadas à produção agrícola, em relação inversamente proporcional. Podemos inferir das vertentes interpretativas e dos dados representados na figura 7 a ocorrência de movimentos de concentração fundiária que ganhou força com a introdução do cultivo de grãos na região.

Nessa perspectiva e correlacionando as imagens dessa série histórica, não afirmamos que o desmatamento analisado na região por si só esteja relacionado à introdução do cultivo de grãos na região, até porque muitos outros problemas sociais estejam diretamente relacionados a essa atividade produtiva. Entretanto, o desmatamento e a ocupação da região são motivados por diversos fatores, muitos

dos precisem ser avaliados, considerando que eles favoreceram a ocupação e o uso da terra anteriormente à introdução da agroindústria da produção de grãos.

Na figura 7, a seguir, analisamos a continuidade de processos de ocupação territorial operados para garantir a implementação do cultivo, reivindicando e promovendo a inviabilidade da manutenção de áreas de vegetação densa. Esse movimento de incorporação de áreas destinadas ao cultivo, seja de grãos ou mesmo de retomada de outras atividades produtivas, como o da produção de pimenta do reino e de mandioca, também caracteriza um período em que a introdução dessas atividades agrícolas impulsionou o desmatamento de grandes extensões territoriais no planalto santareno.

Figura 7 - Mapa referente ao desmatamento ao longo da PA-370, 2017.



Fonte: Sousa e Monteiro (2020).

Nessa perspectiva, a ocupação de outros territórios segue tanto a lógica de compra e venda, quanto a de apropriação ilegal, todavia seguida de processos de legalização da posse, mediada, em muitas ocasiões, por relações políticas que, em diversos casos, são garantidoras da obtenção de título legal da terra (FEARNSIDE, 2006). Por esse aspecto, não se pode secundarizar a evidência de que o desmatamento da floresta está também associado a ações de grilagem de terra.

Ressaltamos, relativamente às interpretações sobre processos de expansão da produção de grãos na região, que estas também estão relacionadas às escolhas teóricas e metodológicas que orientam as interpretações dos autores discutidos. Além dos interesses específicos, elas se relacionam a diversas ciências e disciplinas, conseqüentemente, as diferenciadas abordagens que seguem parâmetros epistemológicos concernentes às áreas de conhecimento dedicadas a análises sobre o mesmo objeto de estudo. Em diálogo com ele, buscamos problematizar as análises apresentadas para elaborarmos pontos de vista metodológicos próprios.

Portanto, na tentativa de construir um quadro teórico para a análise do tema, buscamos apresentar distintas perspectivas de análises, agrupadas conforme discussões emergidas pela problematização dos dados elaborados em trabalho de campo, por vezes contraditórias ou complementares às proposições dos autores citados. Temos consciência da importância de tantas outras perspectivas propostas por outros trabalhos de pesquisa relativos à mesma temática. De todo modo, reafirmamos que, diante dessas construções, apresentamos análises voltadas à mesma temática, mas segundo as percepções de famílias camponesas, direta ou indiretamente afetadas por estratégias de expansão da produção de grãos na região do município de Santarém.

3 PRODUÇÃO DE GRÃOS POR EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O pressuposto vazio demográfico, as reservas minerais e a biodiversidade são temas comumente mobilizados para construção de imagens relativas à região Amazônica. Desde a década de 1930, aí ocorreram intervenções governamentais, com a intenção de preencher o suposto vazio e promover a integração efetiva da região ao restante do território nacional (STELLA, 2009; COSTA, 2012). Esses pressupostos estariam associados a proposições políticas que poderiam garantir a unificação territorial nacional e fundamentar o discurso oficial.

Diante dessas imagens construídas sobre a região, diversos governos formularam programas para incentivar sucessivos movimentos de migração. Os programas de incentivo à migração para a região estavam associados ao conjunto de políticas que projetavam o crescimento demográfico regional e o processo de unificação territorial sob a ideologia do controle estatal frente à região Amazônica.

Com relação ao conjunto de políticas de incentivo migratório, podemos demarcar diversos registros de fluxos migratórios para a Amazônia. Entretanto, por este texto consideraremos, especialmente, dois movimentos. O primeiro ocorreu na década de 1950 com a migração, essencialmente, de pessoas vindas do Nordeste. Esse fluxo foi impulsionado, sobretudo, em períodos marcados por secas que atingiram aquela região, impossibilitando a garantia da reprodução de condições materiais de existência para muitas famílias. Diante desses processos, o (atual) município de Mojui dos Campos, Oeste do Pará, é caracterizado pela presença nordestina, majoritariamente, cearenses na constituição de sua população.

O segundo fluxo migratório corresponde à década de 1970, praticado por grupos domésticos de origem marcadamente sulista, em especial provindos do estado do Rio Grande do Sul. Ele ocorreu concomitantemente aos diversos incentivos propostos pelos governos militares, prevendo a ocupação demográfica da região. No mesmo período, a região de origem desses grupos de migrantes foi marcada por disputas por lotes terras.

Em referência a recortes de temporalidade referentes aos diversos fluxos migratórios destinados a Santarém, destacamos outros deles ocorridos a partir da década 1990, período em que houve a introdução do cultivo de grãos em diversos estados da região Amazônica. Diferentemente de outros fluxos migratórios, esse foi mobilizado pela possibilidade de reprodução de relações de produção capitalista,

diretamente associadas à incorporação de terras, seguida de estratégias de implementação da agroindústria da soja.

Consoante aos fluxos de migração e ao contexto de programas de ocupação, os governos objetivaram, independentemente da migração, integrar a Amazônia às outras regiões do Brasil, fundamentando-se em discursos de promoção de desenvolvimento socioeconômico dessa região. Em processos de efetivação dessa política de integração econômica, houve investimentos em diversos setores relativos à infraestrutura, dos quais destacamos a construção da BR-010 que, além de interligar a capital paraense ao planalto central, possibilitou conexões com outras regiões do Brasil.

As ações de integração da Amazônia às demais regiões do Brasil foram acompanhadas por conjuntos de projetos de intervenção política, organizados, especialmente, por agentes representantes do Estado brasileiro e, por vezes, supostamente, influenciados por políticas externas. Essas políticas, inicialmente, previam estabelecer condições estratégicas para explorar o potencial econômico do território. Entretanto, os discursos se pautavam pelo fundamento da integração regional e valorização social, cultural e econômica da região. Acentuamos que o planejamento elaborado em vista dessa promoção regional, contou com pouca participação de atores sociais já fixados na região, tanto que o planejamento regional no período pode representar a construção exógena de políticas de desenvolvimento socioeconômico para Amazônia. Na bibliografia concernente a esses processos, há diversos registros, todavia, indicando a participação de governantes em busca dessa intervenção, dissimulando, em muitos casos, acordos prévios formulados em gabinete.

Quanto ao processo de construção de interpretações sobre a integração da região Amazônica, Stella (2009) também destacou que ela só foi associada à economia nacional após a reorientação das atividades mercantis. Inicialmente, a produção regional estava associada ao mercado externo, adotando uma posição de base primário-exportadora no cenário internacional. Entretanto, crises econômicas e políticas, como a depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, constituíram-se em eventos proporcionadores de reconstrução de arranjos locais, valorizando aspectos sociais e econômicos, viabilizando a projeção regional no mercado nacional.

A crise de 1929 provocou mudanças políticas e econômicas em diversos países, inclusive no Brasil, exigindo adaptações ou mesmo inserções de diversas atividades produtivas em território nacional. A partir desse período, as bases primário-exportadoras foram parcialmente substituídas por métodos industrializantes, promovendo incentivos de integração e complementação de atividades produtivas em processo de consolidação ou introdução no mercado nacional. Essas transformações em bases produtivas possibilitaram absorção de mercadorias produzidas na região Amazônica, especialmente pelo mercado brasileiro. A autora exemplificou, para esse cenário, a produção de borracha, de juta e pimenta do reino, dentre outras (STELLA, 2009).

Sobre a reconfiguração de atividades produtivas no Brasil, Stella (2009) ainda considerou que agentes do Estado brasileiro construíram políticas de ampliação de presença interventora na região, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1946, posto que a partir de então foram assegurados recursos para região e constituído, em 1953, o plano de valorização econômica. Tais políticas de desenvolvimento econômico foram então implantadas a partir da segunda metade da década de 1950. Elas foram responsáveis pela criação de estrutura viária na região, ainda hoje, em processo de construção ou ampliação, carente, inclusive, em muitos casos, de plena pavimentação.

Ainda de acordo com análises elaboradas por Stella (2009), diversos governos brasileiros construíram estratégias, sob justificativas de articulações, que possibilitariam a elaboração de projeto de planejamento regional, acompanhadas de processos de industrialização, inclusive mediante incentivos fiscais, especialmente, ao capital privado, representado por empresas nacionais ou internacionais, que mais tarde instalariam suas sedes ou filiais em cidades localizadas na região Amazônica.

Nesse contexto, a implantação da Zona Franca em Manaus representou a materialização de ações relativas à introdução de diversas atividades industriais nessa região, Com isso, de certo modo, promoveu mudanças referentes à posição praticada de país primário-exportador, pautado em espacialidade específica, até então ocupada por muitas praças de mercado das cidades localizadas na região Amazônica. Consequentemente, possibilitou a abertura de diversos postos de trabalho assalariado, especialmente no município de Manaus, de cujos efeitos neste

texto abordaremos, diante de interseções com as decisões de apoio a filhos dos grupos domésticos migrados para Santarém.

Se há recorrente referência à destinação de produtos para exportação, há também, de acordo com a compreensão construída por Stella (2009), a implementação de políticas mobilizadas visando à integração e ao desenvolvimento regional entre os anos de 1970 e 1980. Mesmo que de menor impacto financeiro na composição de receita local, as alternativas melhor praticadas pela população local em apreço, possibilitaram maior integração política e comercial da região, especialmente com mercados regionais e o nacional. Quando da retomada da integração com o mercado internacional, sob exportação, especialmente, de minérios, registra-se a presença de diversas multinacionais que se instalaram em Manaus, atraídas, em particular, pelos incentivos fiscais e pela possibilidade de mão de obra barata. Esse processo de integração regional, acompanhado da retomada de interconexões mercantis internacionais, possibilitou transformações na estrutura produtiva, associando-a a ações econômicas de reprodução capitalista (STELLA, 2009).

Em criação de análises complementares, de certo modo divergentes em relação às anteriores, Oliveira (2009) compreendeu as ações de construção de planos de desenvolvimento regional pela fundamentação por hermenêuticas valorativas de concepções relativas aos princípios gerais orientadores das políticas de intervenção na Amazônia. Nesse cenário, o autor caracteriza essas perspectivas como processos de reconquista, assim qualificados pela ideia de revelação do mundo social, “[...] revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos” (OLIVEIRA, 2009, p. 83-84). Valorizando essa vertente interpretativa, este texto toma como demonstração, o caso dos grupos domésticos do planalto santareno.

Na compreensão deste último autor, “o desconhecido” pode ser representado por universos sociais pouco valorizados por estratégias de políticas de desenvolvimento regional. Quanto a esse contexto, Oliveira (2009) considerou a recorrência de estratégias propiciadoras de movimentos de ocupação territorial, comparando-as a procedimentos adotados pelos europeus no século XVI, procedimentos pelos quais, agentes objetivavam mecanismos de colonização, julgando ter descoberto outro universo social, desabitado, contudo e de fato,

organizado pela ausência de propriedade privada, por pressuposto, sem historicidade reconhecida e ainda afastado de suas concepções religiosas.

Em associação, o autor insiste, valorando revisão de pressupostos interpretativos dos sucessivos processos de ocupação, muitas vezes repetitivos, mas reafirmados como recorrentes iniciais conquistas operadas na região Amazônica. Demonstrou que esses pressupostos estariam relativamente vinculados à reprodução de lógicas adotadas pela colonização europeia (OLIVEIRA, 2009), fundamentadas em buscas de legitimação de estratégias construídas pelos agentes migrantes colonizadores em diversos contextos históricos. Considerando a valoração de situações anteriores e novas investidas, ele preferiu categorizá-los como reconquista.

Referenciados por essa perspectiva, atores sociais migrantes de outras regiões do país criaram discursos justificadores de suas ações; e associaram a mobilização pela crença em viabilidades de implementações de planos de desenvolvimento, projetando estratégias mobilizadoras do aumento demográfico e garantidoras, assim, da materialização de planos de desenvolvimento regional. De fato, eles se configuravam por eivados interesses exógenos às intenções de atores sociais autóctones ou anteriormente fixados no território (STELLA, 2009).

Ainda sobre esse contexto, Oliveira (2009) analisou movimentos redefinidos por reconquista da Amazônia, que também podem ser associados à elaboração de outras estratégias de reocupação regional. Elas, no contexto analisado pelo autor, representaram a adoção de perspectivas afiliadas à reprodução de relação de produção capitalista.

Para as reflexões aqui apresentadas, compreendemos que a ideia de reconquista representa, hipoteticamente, não só o reconhecimento de processos de ocupação anteriormente ocorridos na região, mas também a produção de imagens de referentes aos sucessivos planos de desenvolvimento regional e à ampliação demográfica que, todavia, não atingiram ampliada ou maior aproximação aos seus objetivos. A se considerar essa perspectiva analítica, é fundamental considerar a reavaliação constante de estratégias adotadas no contexto regional. Como eles não possibilitaram cenários socioeconômicos de crenças que redimensionavam horizontes de melhorias de condições da reprodução da vida pela população local, aqui considerando condições dignas de renda e rendimento, moradia e acesso a

serviços públicos essenciais à maioria da população fixada na região, não podemos deixar de inferir que essas estratégias de desenvolvimento, de qualquer modo, afetaram diretamente modos de vida de diversos grupos familiares, em especial no tocante à reprodução de condições materiais de existência. Portanto, os métodos elaborados para garantir a integração, o desenvolvimento regional e ampliação demográfica, recorrentemente marginalizaram interesses da população autóctone, negando-lhes potenciais meios endógenos de desenvolvimento regional.

Firmando convergência de interpretações sobre o Estado autoritário e burocrático, em atrelamento com interesses da elite nacional controladora do território e definidora de políticas nacionais, levamos em conta as ações dirigidas a afastar possíveis interferências de agrupamentos sociais menos influentes. Excetuando a adesão desejada, em termos de decisões políticas ou em elaboração de planos de desenvolvimento regional para o espaço amazônico, como analisado anteriormente, podemos confirmar a quase insignificância social, até bem pouco, dada a ausência de representação de grupos menos influentes politicamente em esferas de decisões, especialmente quanto às concernentes políticas constituídas como estratégias de desenvolvimento socioeconômico da região. Entretanto, relevamos que a construção de outras estratégias empreendidas por esses agrupamentos sociais, de alguma forma e em alguns momentos, influenciou em tomadas de decisões em relação à região, especialmente porque diversos agrupamentos vieram a ocupar lugar de destaque na cadeia produtiva regional.

Destacamos a contribuição de Alencastro (1987) no tocante à formulação de políticas públicas e implementação de programas estatais, pela ampliação de preocupações interpretativas inclusivas dos *bacharéis*, mentores intelectuais da estruturação e formulação do Estado autoritário, cujas ações contribuíram para a manutenção da unificação territorial brasileira. O autor compreende que somente os *bacharéis*, representantes da elite brasileira, teriam condições para formular ideias relativas à extensão territorial, conjuntamente à sua unificação. Em contraponto, os agrupamentos regionais teriam influência apenas em questões socioeconômicas em níveis locais, sem interferir diretamente em estruturas políticas nacionais. Nesse contexto, segundo o autor, as elites brasileiras exerciam a tarefa de “[...] civilizar a população brasileira” (ALENCASTRO, 1987, p. 70).

Na concepção elaborada pelo autor, o processo de “civilização” preexiste às construções e implantações de modelos ideológicos pelos quais são objetivadas por estratégias e mecanismos de dominação social. A elaboração de planos de desenvolvimento regional e a ampliação demográfica na Amazônia puderam representar políticas ideológicas de civilização, caracterizadas, especialmente, pela concessão de direitos aos diversos grupos sociais, razão pela qual não reconhece o universo social dos grupos silenciados pela literatura oficial.

No Estado autoritário e burocrático brasileiro, a cidadania fora um direito relativamente concedido pelo poder estatal, motivo pelo qual traz consigo limites referentes à amplitude desse conceito, mesmo diante de pressões contínuas para ampliação dos direitos. No entanto, o abandono não é absoluto, tanto que, nesse contexto de dominação, os setores marginalizados foram continuamente recriados ou reconquistados e hierarquicamente enquadrados.

Paralelamente, nesse processo de construção e reformulação do Estado brasileiro, a região Amazônica também se constitui, em discursos oficiais, como marginalizada, mas continuamente reconquistada devido à importância do seu bioma, da extensão territorial e de seu posicionamento geográfico, ultimamente apresentado como estratégico. Nessas intenções, esse amplo espaço regional fora também valorado pela proximidade com a América do Norte e a Europa, fatores importantes e garantidores do escoamento de mercadorias produzidas na região, especialmente quando se acionam justificativas para diminuição de custos com transportes.

Ainda nessa perspectiva de integração regional, conjuntamente à concepção de desenvolvimento da região, Castro (2001) ressaltou que processos de ocupação da Amazônia apresentam outras proposições de desenvolvimento regional, especialmente mobilizando esforços garantidores da ampliação de fronteiras agrícolas, pelas quais advogam a valorização econômica da produção nacional destinada ao mercado internacional, assegurada especialmente pela inserção no mercado de *commodities*, circuito pelo qual a produção de grãos é valorizada.

Retomando interpretações divergentes sobre tais processos, integro a discussão elaborada por Oliveira (2009), que se contrapõe à perspectiva analítica de Castro (2011). Este último compreendeu que o movimento de ocupação da região se

estabeleceu segundo políticas de exploração da capacidade produtiva regional e de seus recursos naturais, sem elaborar projetos que garantissem processos de emancipação regional e, conseqüentemente, renda ou alternativas de vida à população aí territorializada. Essas, ao serem impactadas pelos projetos de desenvolvimento implementados na região, construíram outras estratégias garantidoras da reprodução de seus modos de vida em plano local ou regional. Muitos destes segmentos vieram a ocupar postos secundários de trabalho, geralmente possibilitados pela abertura de outros leques de serviços que também se articularam aos projetos de desenvolvimento regional.

Os investimentos em planos de desenvolvimento regional afetaram, em muitos casos, direta ou indiretamente, as comunidades tradicionais fixadas na região, impondo-lhes a construção ou acréscimo de diferenciadas alternativas de vida. Famílias camponesas, buscando garantir as condições materiais de existência, adotaram diferenciadas práticas produtivas ou investiram em outros projetos garantidores da sobrevivência e do futuro desejado aos seus descendentes. Nesse contexto, conforme analisamos no capítulo anterior, diversas zonas rurais passaram por processos de urbanização sem, necessariamente, apresentar às populações outras formas de reprodução da vida material (PORTO-GONÇALVES, 2017).

A seguir, embora dotada de literatura amplíssima, analisamos, mas para não sermos repetitivos, em sintonia com o nosso proposto objeto de estudo, alguns processos de expansão da produção de grãos no território nacional, demonstrando essa pujança por vezes de rapina, para se aquilatar a força social em jogo, caso se projete limitações alimentadas por outros interesses articuladores de específico campo de lutas sociais. Destacamos então, que no contexto da realização da pesquisa que fundamenta este texto, a produção de soja se destaca no mercado internacional e por ambição por terras na Amazônia, fatores fundamentais à contínua reprodução ampliada da produção. A intenção que baliza a criação desse caminho analítico é oferecer ao leitor não especializado, alternativas para compreender a trajetória do avanço da fronteira agrícola, como a que ocorreu e vem ocorrendo no planalto santareno para, posteriormente, acompanhar a análise dos impactos nos modos de vida de agricultores autóctones da região de Santarém, especialmente entre famílias camponesas, nesta perspectiva considerando, de modo especial, as construções de alternativas para relativamente refundar a vida, mormente da

geração que se constitui agente produtivo para construção e reprodução da condição assalariada.

3.1 Processos de expansão da sojicultura no Brasil

As análises aqui apresentadas não pretendem tomar essa questão em grande amplitude interpretativa. Como advertimos, elas visam tão somente permitir encadeamento de interpretações elaboradas para esta textualização de pesquisa.

De acordo com informações históricas, os primeiros registros de produção de soja em território brasileiro ocorreram entre o fim do século XIX e o início do século XX. Indicadores apontam que o primeiro relato do cultivo de soja ocorreu em 1882. Essa experiência produtiva teria sido praticada no estado da Bahia, onde um professor da Escola Agrícola da Bahia havia desenvolvido estudos sobre o cultivo de soja, intencionalmente visando possibilitar a difusão dessa cultura junto aos agricultores daquele estado. No início do século XX, os japoneses vieram a se destacar pelo implemento ao cultivo da oleaginosa em territórios do estado de São Paulo (HASSE, 1996; CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007).

Posterior àquele primeiro registro, agricultores começaram a cultivar soja no estado do Rio Grande do Sul. Segundo análises construídas por Costa (2012), até a década de 1940 a produção de soja apenas atendia a demandas relativas à alimentação de animais domésticos. Entretanto, ao término da Segunda Guerra Mundial, aumentou sobremaneira a demanda por óleo vegetal porque as colheitas passaram a ser associadas às demandas da alimentação animal. Impulsionaram-se então os processos de expansão da produção de grãos em território nacional.

Castrillon Fernández (2007) reafirma essa interpretação acentuada pela ideológica procurar de um início histórico, quando nada para atender a perspectivas de interpretação de processos por visões unilineares, a Segunda Guerra Mundial possibilitou o aumento da demanda de grãos de soja e seus derivados. Para atender a essa demanda comercial, houve a necessidade de ampliação de áreas destinadas ao seu cultivo. Nesses termos, o autor registrou que a área cultivada no Rio Grande do Sul passou de 650 hectares, em 1940, para 600 mil hectares em 1960. Em movimento constante de ampliação de área destinada à produção, em 1980, houve expansão para 8 milhões de hectares destinados ao cultivo de soja. Em consequência a esse movimento, houve mudanças em práticas agrícolas locais e,

ao mesmo tempo, na dinâmica social, econômica e ambiental, conforme a expansão dessa produção avançava no território daquele estado.

Conforme dados apresentados pelo autor, em 1950, o Rio Grande do Sul concentrava 99% da produção de soja do Brasil. Em seguida, agricultores dos estados do Paraná e Santa Catarina introduziram essa cultura em seus respectivos territórios. Não obstante, fora a introdução de métodos de mecanização da produção e de defensivos agrícolas que permitiu o aumento da produtividade em áreas recém ocupadas (MUELLER; BUSTAMANTE, 2002).

Construindo demandas e mercados específicos, a produção de soja no Brasil se dirige a duas importantes finalidades:

- A primeira consiste em atender ao mercado internacional, para o qual são destinados 90% (noventa por cento) da produção nacional. Esse quantitativo destina-se à produção de óleo, entre outros derivados, outra parte desse percentual, em continuação, sendo usado para a alimentação animal.

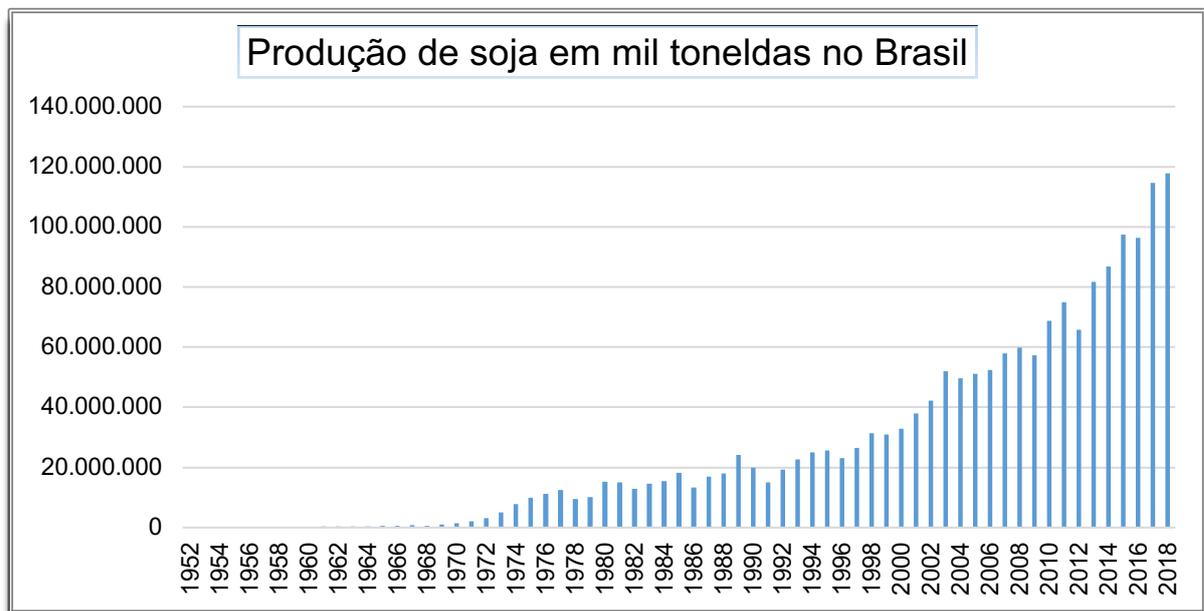
- A segunda finalidade consiste em destinar 10% (dez por cento) da produção para garantir sementes necessárias para reprodução do ciclo produtivo.

Em face a esse crescimento em avalanche, há diversos investimentos no sentido de sistematizar índices quantitativos de produção, produtividade, área, entre outros itens. Estudos, por isso mesmo, descrevem não apenas o crescimento do cultivo de soja em território nacional, bem como o aumento de área destinada à produção da monocultura, mas acrescentam dados apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018), não sem razão glorificados em sintéticas expressões: o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo. Atualmente, os Estados Unidos têm a maior produção mundial. Mas as informações extraídas desses dados sugerem a tendência de aumento da produção no Brasil, que poderia ultrapassar os Estados Unidos em relação à quantidade de toneladas produzidas em cada safra.

Para exemplificar essa concorrência e glorificação desse setor produtivo, reproduzimos dados altamente recorrentes nessa produção bibliográfica, por exemplo: na safra de 2013/2014, foram colhidas 85,65 milhões de toneladas de soja no Brasil, cultivados em 30,13 milhões de hectares (EMBRAPA, 2015). Enquanto nos Estados Unidos, na mesma safra, foram produzidos 89,50 milhões de toneladas em uma área de 30,703 milhões de hectares (USDA, 2019). Na safra 2018/2019, os

Estados Unidos colheram 123,66 milhões de toneladas em uma extensão territorial de 35,65 milhões de hectares (USDA, 2019), e o Brasil aumentou sua produção para 114,84 milhões de toneladas, seguida, conseqüentemente, de expansão da área plantada. Para dados correspondentes a 2017/18, houve evolução para 35,82 milhões de hectares (CONAB, 2018), demonstrando, exemplarmente e projetando referente, que o país concorrente ao Brasil apresenta maior produtividade por hectares cultivados.

Gráfico 2 - Produção de soja no Brasil (1952-2018).



Fonte: IPEADATA (2019).

Correlacionado ao crescimento analisado no gráfico 2, está o processo de apropriação de outras áreas, mediante o qual podemos verificar o aumento relativo da produção de soja no Brasil, também tomando como referência o ano de 1997, talvez ponto de inflexão demonstrativo da consolidação e expansão de áreas tomadas para este cultivo. Podemos então inferir relação diretamente proporcional entre o aumento de áreas destinadas ao cultivo de grãos e o aumento da produção de soja no país.

Na perspectiva produtiva de análise da cultura de soja, autores como Macedo e Nogueira (2005) compreenderam esta cultura como uma atividade econômica já consolidada no país. Segundo eles, seria possível, no território nacional, expandir para outros 100 milhões de hectares de terras disponíveis e, caso ocorresse, haveria aumento significativo da produção nacional de grãos. No entanto,

o aumento de áreas destinadas ao cultivo de grãos, proporcionando ao país a posição de maior produtor de soja do planeta, também colocaria em xeque outras produções e direcionamentos de atividades econômicas, posto que também fortaleceria a expansão do consumo de agrotóxico e incorporação, mesmo que por vezes consentida, a expropriação de terras cobiçadas e a inviabilidade da vida econômica, por contaminação e desestruturação de outros vínculos de trabalho.

Focalizando a década de 1990, a área destinada ao cultivo de grãos era de 11.487.303 hectares no Brasil. Entre esse período e o ano de 2018, o cômputo geral evoluiu para 34.771.690 de hectares. Nesse recorte temporal, a área destinada ao cultivo de soja no país representou acréscimo de 202,6% conforme podemos ratificar nos dados constituintes da tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Quantidade de hectares ocupadas pela produção de grãos no Brasil, 1990 a 2018.

ANO	ÁREA	ANO	ÁREA	ANO	ÁREA
1990	11.487.303	2000	13.656.771	2010	23.327.296
1991	9.616.648	2001	13.985.099	2011	23.968.663
1992	9.441.391	2002	16.359.441	2012	24.975.258
1993	10.635.330	2003	18.524.769	2013	27.906.675
1994	11.525.410	2004	21.538.990	2014	30.273.763
1995	11.525.410	2005	22.948.874	2015	32.181.243
1996	10.299.470	2006	22.047.349	2016	33.183.119
1997	11.486.478	2007	20.565.279	2017	33.959.879
1998	13.303.656	2008	21.246.302	2018	34.771.690
1999	13.061.410	2009	21.750.468	2019	

Fonte: IBGE (2019).

Conforme a interpretação apresentada por Wesz Junior (2014), os processos de expansão da produção de soja no Brasil ocorreram durante os últimos 40 anos. No entanto, considerando a análise construída pelo autor, advertimos sobre o recorrente crescimento de incorporação de área cultivada, movimento de continuidade expansionista.

Analisando cenários de expansão e ocupação de outros territórios, e segundo estratégias criadas pelos produtores de grãos, o autor considera que:

Ao longo desse período, ficam evidentes dois processos correlatos: a expansão para novas regiões e a intensificação em algumas áreas mais “tradicionais”. No que se refere à expansão, é evidente o avanço do cultivo

ao longo dos anos. Na safra de 1972/73, a soja encontrava-se no Sul do país, além de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em 1980/81, já se pode ver a presença em Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Bahia e, no início do século XXI, em Rondônia, Amazonas, Pará e Piauí. Na safra de 2010/11, Acre e Roraima passam a fazer parte do grupo, restando “fora” do cultivo da soja na Região Norte apenas o Amapá. Em suma, além do avanço sobre as áreas de Cerrado nos estados do Centro-Oeste, Nordeste e Minas Gerais, é evidente a sua expansão na região amazônica (WESZ JUNIOR, 2014, p. 33).

Este e outros autores, da perspectiva da pujança ou dos riscos em sustentabilidade ambiental e social, destacam o processo expansionista da produção de grãos que avança para as macrorregiões do país, destacando sua reprodução nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A partir da safra de 2010/11, quando se iniciam os registros da produção de grãos na região Norte, ficam então evidentes, segundo compreensão desses dados, os dois movimentos complementares que fundamentam a reprodução ampliada em torno dessa produção. Reconhecido em concomitância, o movimento de expansão da produção de grãos é caracterizado por dois processos referentes e por diferenciação de regiões - consolidada e em expansão, nesse caso podendo contrapor regiões sul e sudeste e região norte, esta reconhecida em consoante ideia de fronteira agrícola.

Analisando dados oficiais, compreendemos que há crescimentos contínuos na produção de grãos em território nacional, associados a progressivas ações de expansão territorial, acompanhados de transformações sociais em regiões do interior do Brasil, especialmente, na Amazônia. No gráfico 2, a seguir, analisamos processos referentes ao crescimento da produção de oleaginosa no cenário nacional entre as décadas de 1950 e 2018.

Entretanto, afirmamos que outros fatores podem estar associados a esses processos, como o desenvolvimento de novas linhagens de soja adaptáveis aos diversos solos e climas presentes no país e as políticas de ocupação e desenvolvimento de regiões como a Amazônia. Ainda, de certo modo em contra-mão de interpretações consagradas, podemos, mediante inferências fundamentadas em estudo de caso e valorando a perspectiva de entendimento dos agenciamentos de produtores locais, destacar a construção de alternativas de vida empreendidas por famílias camponesas, tanto que também colocaram em prática meios de incorporação de outros lotes de terras na esteira das alternativas de redefinição de infraestrutura para expansão da produção de grãos.

Se a construção da infraestrutura, especialmente a de escoamento, foi fundamental para a introdução do cultivo de grãos em diversas regiões do Brasil, importante, não obstante e para se manter como tema de discussão conclusões diferenciadas sobre o hegemônico projeto econômico e político, considerar o desenvolvimento de outras estratégias que garantiram o transporte e circulação da produção em diversas partes do país, a exemplo de portos construídos como partes dos processos implantação do cultivo da soja no âmbito do Oeste do Pará, argumento muito bem defendido por Leão (2017). No quadro das ações dedicadas à melhoria da infraestrutura, podemos inferir que nos próximos anos haverá a ampliação de fronteiras agrícolas na Amazônia, acenando com muitos fatores orientados para a expansão dos campos de cultivos de grãos.

Diante da perspectiva expansionista e da elaboração de bases de apresentação dos dados da pesquisa em questão, tais como registrados na tabela 3, vamos finalizando esta seção analítica de informações sobre o processo de evolução da ocupação territorial pelos produtores de grãos no Brasil. Os dados apresentados são relativos a pesquisas realizadas pelo IBGE, cujo recorte temporal corresponde ao intervalo de tempo entre 1990 e 2018. No momento da realização desta pesquisa, dados referentes a anos posteriores não haviam sido publicados. Enfim, diante dessas informações que nos permitem entender o alto grau de correlação e complementaridade das áreas de cultivo vis-a-vis a produção nacional, passamos às considerações sobre as condições de produção e expansão na região Amazônica.

3.2 Processos de expansão da sojicultura na Amazônia

Nesse cenário de expansão de produção de grãos, a região Amazônica ocupou a posição mediadora de processos de reprodução de relações capitalistas de produção associada à agroindústria da soja. Nas duas últimas décadas, modelos de produção mecanizada, simultaneamente à utilização de mecanismos de melhoria da qualidade de solo, têm possibilitado movimentos de ocupação de terras localizadas em diversas regiões do país, como as do Cerrado e da Amazônia. Conseqüentemente, têm possibilitado modificações em modos de reprodução de vida, recorrentemente mobilizando produtores fixados nessas terras, antes mesmo da introdução do cultivo de grãos.

Segundo análises construídas por Costa (2012), existem múltiplos fatores mediadores de processos de expansão do cultivo de soja em território nacional. Dentre esses fatores, podemos, a partir da contribuição do autor destacar os seguintes:

- (I) Adaptação de linhagens de soja ao ecossistema brasileiro, mesmo em solos e climas distintos;
- (II) Investimentos em tecnologia corretiva de solo, sobretudo para conter a acidez e favorecer a adubagem;
- (III) Incentivos fiscais e investimentos na produção de trigo, que favorecem a produção da soja, uma vez que as áreas de plantio de trigo foram redirecionadas ao cultivo de soja, inicialmente intercalando uma cultura com a outra;
- (IV) Utilização da mesma estrutura de máquinas no plantio e na colheita das culturas de trigo, milho e soja;
- (V) Parcerias estabelecidas entre governo federal e governos estaduais, que viabilizaram a criação de parques industriais de máquinas, insumos e processamento da soja;
- (VI) Experiência de trabalhadores rurais na utilização de máquinas e defensivos que, associada a essas estratégias, contribuíram para a expansão da soja.

No tocante às situações por nós privilegiadas para análise e em demonstração de processos articulados que se autoalimentam, vale destacar que os produtores do estado do Rio Grande do Sul receberam incentivos do governo estadual para produzir soja naquela região. Entretanto, a estrutura fundiária existente aí inviabilizou a expansão do cultivo da espécie, tendo em vista a organização da produção social em pequenas propriedades. Esse cenário de pequenos lotes de terra possibilitou que a produção de soja expandisse, em momento inicial, para outros estados da região Sul. Ali esgotadas a eficácia das estratégias de reprodução ampliada, esses agricultores se expandem para o Centro-oeste e Amazônia.

Em convergência aos interesses de incorporação de mais meios de produção agrícola, os processos de expansão de produção de soja no Brasil são, relativamente, determinados pela balança comercial e pelo mercado internacional. O

aumento da demanda de soja no mercado internacional pressiona a cadeia produtiva nacional; e a produção nacional, pressionada, exige que novos territórios sejam incorporados aos processos produtivos. Portanto, o aumento da produção e da produtividade não está tão somente relacionado à ação de expansão da fronteira agrícola em grande parte das regiões do Brasil. Fundamenta-se também em processos gerais de ampliação de demandas e no desenvolvimento e adoção de novas tecnologias, que comprovadamente contribuem para o aumento de produtividade por hectares cultivados.

Conjuntamente à ampliação de áreas destinadas ao cultivo de grãos, associa-se à construção de infraestruturas destinadas ao atendimento de armazenagem e de escoamento da produção agrícola, processos que também contribuem para modificações no universo social de regiões cultivadoras de grãos. As mudanças são empreendidas de forma a alterar as dinâmicas de territórios ocupados, modificando modos de vida e suas respectivas formas de reprodução social, material e simbólica.

Na interpretação construída por Leão (2017), reconhecido estudioso dessa produção na Amazônia, o aumento da área ocupada, bem como o da produtividade de soja no Brasil, está associado “à expansão da oferta e à explosão da competitividade” (LEÃO, 2017, p.35) que seriam proporcionadas por dois fatores:

O primeiro, a desvalorização do Real em 1999; e o segundo, o aumento do consumo interno dos países asiáticos, principalmente a China. Os ganhos em competitividade tornaram o país um dos maiores exportadores de *commodities* agroindustriais. A competitividade está relacionada com o nível de câmbio real e as condições de infraestrutura. Essa última é peça-chave para o sucesso das operações envolvendo o “agronegócio” brasileiro (LEÃO, 2017, p. 35).

O autor, analisando esse cenário de expansão, compreendeu que dois fatores impulsionam o processo de ocupação de novos territórios no Brasil: a desvalorização da moeda nacional e o aumento de consumo, sobretudo, no continente asiático. Esses fatores, associados à disponibilidade de terras, conjuntamente à mobilização de produtores de grãos, teriam possibilitado a ocupação de grande área territorial em todo o país,

Ainda analisando o processo de expansão, destacamos que, ao final da década de 1980, produtores associados ao agronegócio desenvolveram projetos de ocupação do cerrado brasileiro nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato

Grosso. Neles, implantaram diversas estruturas produtivas que garantiram a produção naquela região. Nesse contexto, analisamos o processo de evolução da produção na região Centro-Oeste, conforme podemos analisar no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Evolução da produção de soja no Centro-oeste (1980-2018).



Fonte: IPEADATA (2019)

Ao analisarmos a produção de soja nessa região, observamos uma contínua ascensão produtiva a partir de meados da década de 1990. Esse fator é importante, pois, a partir da consolidação da produção na região Centro-Oeste, o projeto expansionista da produção de grãos seguirá rota em direção à Amazônia brasileira, reforçando nossa hipótese de que há dois momentos no percurso de expansão da fronteira agrícola: a consolidação e a expansão.

Relativos a processos de expansão agrícola no Brasil, o autor Castrillon Fernández (2007) analisou três períodos distintos correspondentes às estratégias de expansão do cultivo da monocultura da soja no país. O primeiro é relativo à concentração da produção na região Sul do país que persistiu até o final da década de 1960, período em que o cultivo de soja foi introduzido em outras regiões.

O segundo está associado à introdução da modernização de atividades produtivas na agricultura com a implementação de máquinas, de fertilizantes e defensivos agrícolas, permitindo a formação de “complexos industriais”⁴, caracterizados conforme pesquisas que objetivavam o desenvolvimento de linhagens de soja adaptáveis às condições de climas e solos brasileiro.

⁴É o conjunto de indústrias especializado na produção de soja. As indústrias não estão necessariamente ligadas ao processo de produção, mas fornecem mercadorias vinculadas à atividade produtiva, como: tratores, insumos, sementes, corretivo para o solo, defensivos agrícolas. Esse conglomerado industrial compõe os complexos industriais.

A partir de 1985, ocorreram processos de construção estratégicas para a modernização tecnológica da agricultura, garantindo a implementação de tecnologias avançadas na ação produtiva, estabelecendo bases para a consolidação ascendente dessa atividade na região Centro-Oeste, e possibilitando o investimento em outras estratégias garantidoras da reprodução dessa atividade produtiva em outros territórios brasileiros.

Essas transformações na estrutura produtiva, na infraestrutura e no melhoramento genético de linhagens representam investimentos feitos, no decorrer desses anos, pelos quais a produção de grãos tem se consolidado no Brasil. Além disso, essas relações reprodutivas são viabilizadas, economicamente, em diversas regiões do país e nelas têm ocupado posição de destaque na economia de diversos municípios.

Paralelamente a esses processos de ocupação territorial para o desenvolvimento do cultivo de grãos, houve movimentos para construção de infraestrutura rodoviária e hidroviária destinada ao escoamento da produção agrícola, constatamos, ainda, que houve a abertura de estradas e ramais, em muitos casos, patrocinados pelos próprios produtores de grãos. Também observamos, nesse cenário, a edificação de silos para armazenamento da produção (LEÃO, 2017).

Neste contexto de ocupação de outros territórios para o desenvolvimento de atividades relativas ao cultivo de grãos, a seguir analisamos movimentos de ocupação da região Amazônia. A intensificação desses processos possibilitou a construção de imagem indicativa de que a região Amazônica poderia ser a nova fronteira agrícola brasileira, tanto do ponto de vista de expansão dos desmatamentos como dos meios aplicados para atingir substituição de cultivos e para expropriação, consentida ou não, neste caso sendo importante destacar as inviabilidades dos cultivos dos camponeses diante da aplicação de agrotóxicos pautada no uso de aviões.

Os processos de expansão da fronteira agrícola são comumente apresentados como política de ocupação territorial. Estiveram diretamente associados às políticas econômicas de desenvolvimento do país e à construção de planos de desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, as atividades agrícolas e pecuárias são planejadas para atender, prioritariamente, às necessidades do mercado internacional e parte do mercado nacional. Essas necessidades externas à região Amazônica foram transformando-a em significativo centro produtivo, considerando seu potencial econômico, especialmente, em contextos garantidores da reprodução de relações de produção capitalista.

Para implementar as atividades produtivas de reprodução de relações capitalista de produção, foi necessário criar Infraestrutura que viabilizasse o transporte e a circulação na região, por exemplo, a construção da rodovia Transamazônica, aberta, mas ainda carente de pavimentação (SAUER, 2005). Houve também investimento em hidrovias e portos asseguradores de fluxos de pessoas e de mercadorias.

Entretanto, os problemas referentes à infraestrutura de escoamento da produção e os fluxos de pessoas na região Amazônica ainda são apresentados como problemas regionais (LEÃO, 2017). Consonantes às dificuldades de infraestrutura, existem os conflitos fundiários no território, sobretudo em áreas em que a produção de grãos, soja, milho e arroz, impulsionou o desmatamento de florestas que, conseqüentemente, ocasionou mudanças sociais, políticas e econômicas, principalmente em comunidades rurais que ali estavam anteriormente estabelecidas.

Segundo Gama, Alencar e Ferreira (2006), esses conflitos na Amazônia foram provocados pela “apropriação generalizada” de terras públicas, comumente reconhecidas como *devolutas* por parte do setor privado da sociedade. Mais recentemente, essas áreas foram sendo ocupadas para a produção de grãos, em especial a soja. Conseqüentemente, isso tem gerado na região um fortalecimento da concentração fundiária.

Os autores acima citados esclarecem que grupos privados foram apoiados financeiramente pelos governos brasileiros e obtiveram flexibilização referente a legislações fundiárias e ambientais na região. Essas ações dos agentes públicos geraram privilégios e asseguraram facilidades em processos de ocupação e exploração de recursos no território. A flexibilização jurídica possivelmente viabilizou atividades ilícitas de apropriação de recursos e uso ilegal da terra que ainda são

questionados por representantes de coletividades, sobretudo, daquelas do universo rural da região.

A partir dessa análise, compreendemos que a apropriação do bem público por vezes foi incentivada por ações de agentes de governos que viabilizaram subsídios e financiamentos ao setor privado, com o objetivo de ocupar territorialmente a região Amazônica, possibilitando, inclusive, o desenvolvimento de certas outras atividades produtivas.

Ações dos agentes de Estado constituíram e reproduziram a imagem de vazio demográfico, reafirmado pela flexibilização das leis, e confeccionaram a ilustração de “terra sem lei”. Após essas construções, foram elaboradas as políticas para preencher o suposto vazio. Mesmo em cenários de incentivos oferecidos por governos brasileiros, produtores rurais autóctones e até mesmo migrantes têm encontrado dificuldades para ter acesso aos mesmos incentivos. Em diversos casos, agricultores tiveram dificuldades para reproduzir suas vidas na região ou mesmo para garantir o acesso a lotes de terra, uma vez que esses incentivos dificilmente são alcançados por esses grupos de trabalhadores.

Os processos de ocupação desta região, em conjunção com as políticas de incentivos oferecidas por diversos governos brasileiros, têm se constituído em recorrentes objetos de críticas e debates acadêmicos, conforme podemos constatar a seguir:

Infelizmente, este processo de saque ao patrimônio público em prol do benefício privado foi por muitos anos incentivado pelas políticas de ocupação da região. Historicamente, o Estado, de certa forma, passou a permitir a legitimação e a legalização da grilagem de terras na Amazônia, tornando legal a aquisição de terras demarcadas ou compradas fraudulentamente, muitas delas já aquinhoadas com incentivos fiscais, reforçando a concessão de empréstimos e financiamentos a exemplo da SUDAM. (GAMA; ALENCAR; FERREIRA, 2006, p. 8).

Os agentes de Estado, segundo a análise desses autores, legitimaram e, por vezes, legalizaram processos de grilagem de terras na região Amazônica. Destacamos o favorecimento por agentes da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) de empréstimos a grupos privados que, em atos supostamente ilícitos, possibilitaram a grilagem de terra. Nessa perspectiva analítica, o Estado apresenta-se como o demiurgo da sociedade amazônica, sem

necessariamente verificar movimentos de ocupação de agentes sociais que antecederam as políticas intervencionistas de governos brasileiros.

Nessa mesma lógica de organização política, agentes de governos dos estados da região Norte, nas últimas duas décadas, têm investido e incentivado a produção de soja nos correspondentes territórios e, para isso, têm patrocinado, inclusive, publicidade sobre a viabilidade do cultivo de grãos, como a soja, em regiões de outros estados do Brasil.

Na tabela 4, a seguir, analisamos dados do processo de evolução da produção de soja na região Norte entre 1997 e 2018.

Tabela 4 - Evolução da área de produção de soja na Região Norte do Brasil, em mil hectares, 1997 a 2018.

Estados	1997/98	2000/01	2003/04	2006/07	2009/10	2012/13	2015/16	2018/19	2019/20 Previsão
RR	-	-	12,0	5,5	1,4	12,0	24,0	40,0	50,0
RO	4,7	25,0	59,5	90,4	122,3	167,7	252,6	333,7	348,4
AC	-	-	-	-	-	-	-	1,5	4,0
AM	-	-	2,1	-	-	-	-	2,2	2,4
AP	-	-	-	-	-	-	-	20,9	20,9
PA	2,6	0,7	35,2	47,0	86,9	172,2	428,9	561,4	591,7
TO	40,1	66,0	243,6	267,7	364,3	549,6	870,8	1.028,6	1.074,2
TOTAL	47,4	91,7	352,4	410,6	574,9	901,5	1.576,3	1.988,3	2.091,6

Fonte: Série Histórica, BRASIL/CONAB (2019).

A área destinada à produção de soja na região Norte, entre os anos de 1997 e 2018, apresentou um crescimento de 4.115,8%. Esse percentual representa aspectos do avanço dessa atividade agrícola em estados que compõem a maior extensão territorial da região amazônica.

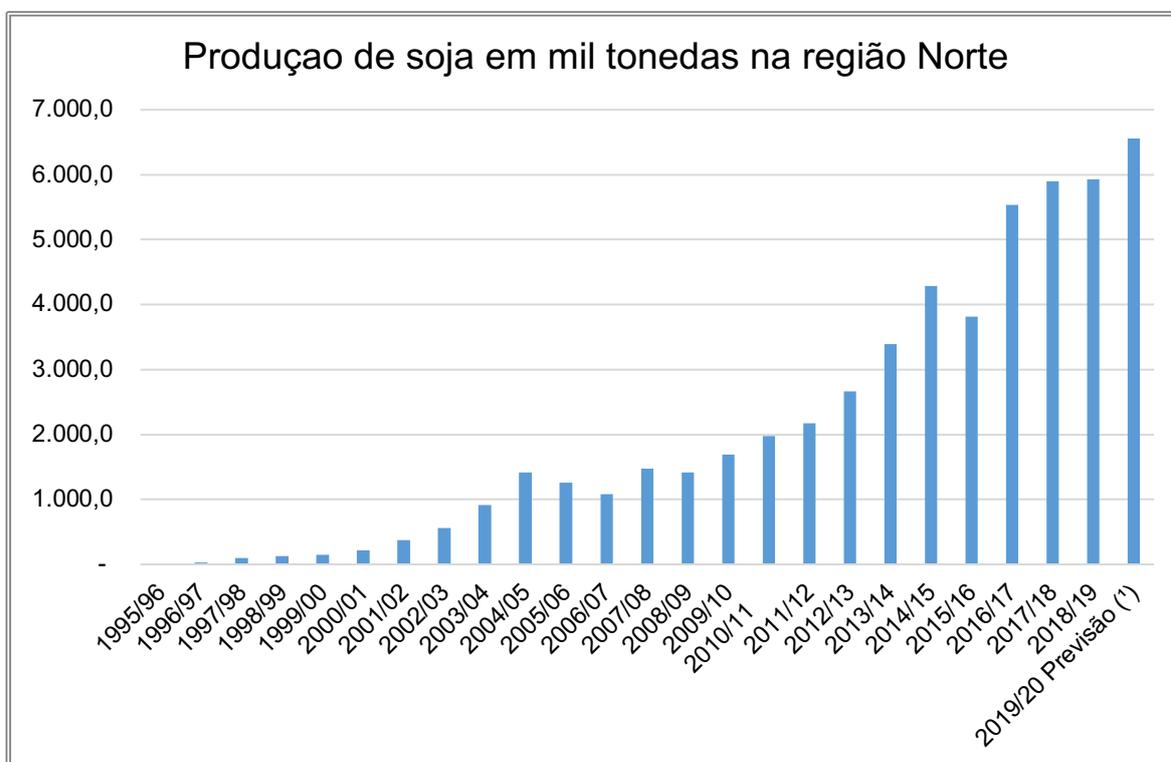
3.3 Especificidades reconhecidas para o território do estado do Pará

A extensão territorial no estado do Pará, espaço sobre o qual este estudo melhor incide, no caso referente ao cultivo de soja, apresentou um crescimento de 21.592,30%, configurando-se em maior percentual de crescimento da região Norte. Dos dados apresentados, há destaque para o estado de Tocantins, especialmente, pela quantidade de extensão territorial destinada à produção de grãos. No entanto, o

percentual de crescimento consiste em 2.565,08%, sendo inferior ao do estado do Pará no mesmo período.

Ainda, em referência aos dados numéricos dessa expansão na região Norte, analisamos informações sobre aumento da produção de soja entre os anos de 1995 e 2018, intervalo de tempo consoante ao do crescimento da extensão territorial (gráfico 4). O aumento da produção de soja está associado a dois fatores: a quantidade de hectares destinada ao cultivo e a produtividade do cultivo da soja por hectare. Este último fator está vinculado ao uso de técnicas e insumos que podem garantir maior produtividade durante o cultivo.

Gráfico 4 - Evolução da área plantada nos estados da região Norte do Brasil (1995-2018).



Fonte: IPEADATA (2019).

De acordo com Gama, Alencar e Ferreira (2006), há relação entre o grau de produtividade e o mercado de grãos. Relativamente, este último determina a produção da soja e seu crescimento. Esses autores constroem suas análises relacionando a produção de soja às estratégias para sua comercialização que, conseqüentemente, apresentam reflexos no processo de grilagem de terras no estado do Pará:

No caso da economia da soja, as influências da macroeconomia brasileira e do mercado externo têm influenciado diretamente na dinâmica de avanço da fronteira e grilagem de terras no Pará. Isso acontece, pois quanto mais favorável for o mercado externo para a exportação de produtos como a soja, mais capitalizado o produtor será. A tendência deste é procurar novas áreas para expandir seus investimentos. Quanto mais barata a terra mais atrativa fica para o produtor que procura investir em regiões onde a viabilidade de melhoria de infraestrutura no futuro possa tanto favorecer a valorização do seu investimento como também possibilitar a futura expansão de sua produção. Em geral as terras que reúnem estas características estão localizadas nas regiões de fronteira onde a União em geral é a dona absoluta, mas o Estado é pouco eficiente para aplicar políticas de ordenamento territorial e monitoramento da situação fundiária. Assim, estes produtores que investem em terras a baixo custo conseguem fechar o ciclo de enriquecimento à custa da apropriação de terras e recursos naturais públicos. Outros autores citam o fato de que ter terras mais baratas na região de fronteira também atrai pequenos investidores que não se adaptaram às novas tecnologias do agronegócio e foram obrigados a vender suas terras e partir para o Norte, onde as terras têm um custo menor. (GAMA; ALENCAR; FERREIRA, 2006, p. 9).

Destacamos, também, que o processo de expansão da fronteira agrícola no Pará está vinculado aos interesses de mercados nacional e internacional, pois, se há maior procura pelo produto em nível internacional, é necessário produzir mais e, para aumentar a produção, no caso da soja, são necessárias maiores extensões territoriais, concomitantemente ao desenvolvimento de linhagens adaptáveis e produtivas.

No caso do estado do Pará, três fatores têm contribuído para o avanço da fronteira agrícola. O primeiro está associado à vasta extensão territorial que poderia ser incorporada aos campos de cultivo de grãos. O segundo está vinculado, ainda, à extensão territorial e o custo pecuniário do hectare que, geralmente, é inferior ao de outras regiões onde a produção está em processo de consolidação. Por fim, o terceiro fator é relativo à garantia de venda e de escoamento da produção, posto que o porto da Cargill, instalado em Santarém, e, mais recentemente, o porto em Itaituba, têm garantido tanto a comercialização como o escoamento da produção.

Essas condições, mais facilitadas diante da ação conjunta pautada em incentivos de governos estaduais e municipais, possibilitaram a elaboração de processos garantidores de fluxos migratórios para a região Norte, objetivando introduzir o cultivo de grãos nesta região. Nesse cenário otimista, diversos produtores de grãos alienaram suas propriedades localizadas, sobretudo, nas regiões Sul e Centro-Oeste do país e, posteriormente, migraram para a região Norte,

vislumbrando a possibilidade de comprar áreas mais extensas, localizadas em região reconhecida por eles como “nova fronteira agrícola do Brasil”.

Geralmente, esses produtores de grãos, enquanto migrantes, são descendentes de famílias camponesas de estados da região Sul do país. A migração estaria associada à continuidade do processo de reprodução da vida no campo, já que a permanência na região de origem não garantiria a suposta continuidade diante das pequenas e insuficientes extensões territoriais para garantir a herança aos descendentes. A preocupação com o futuro dos descendentes é frequente no discurso dos produtores e camponeses por nós estudados, como detalharemos mais adiante, caracterizando os caminhos trilhados pelos descendentes desses agentes sociais.

Contudo, somente isso não seria suficiente para explicar o fenômeno, pois há necessidade de infraestrutura tanto para produzir como para escoar a produção. Nesse sentido, a promessa recorrente de apoio de governos e da iniciativa privada impulsionou a migração de produtores de soja, que decorre de interdependências entre decisões políticas e econômicas, causando impactos sobre a estrutura fundiária em comunidades e cidades da região, estimulando mudanças sociais e conflitos pela posse da terra, acentuados pela frente de expansão.

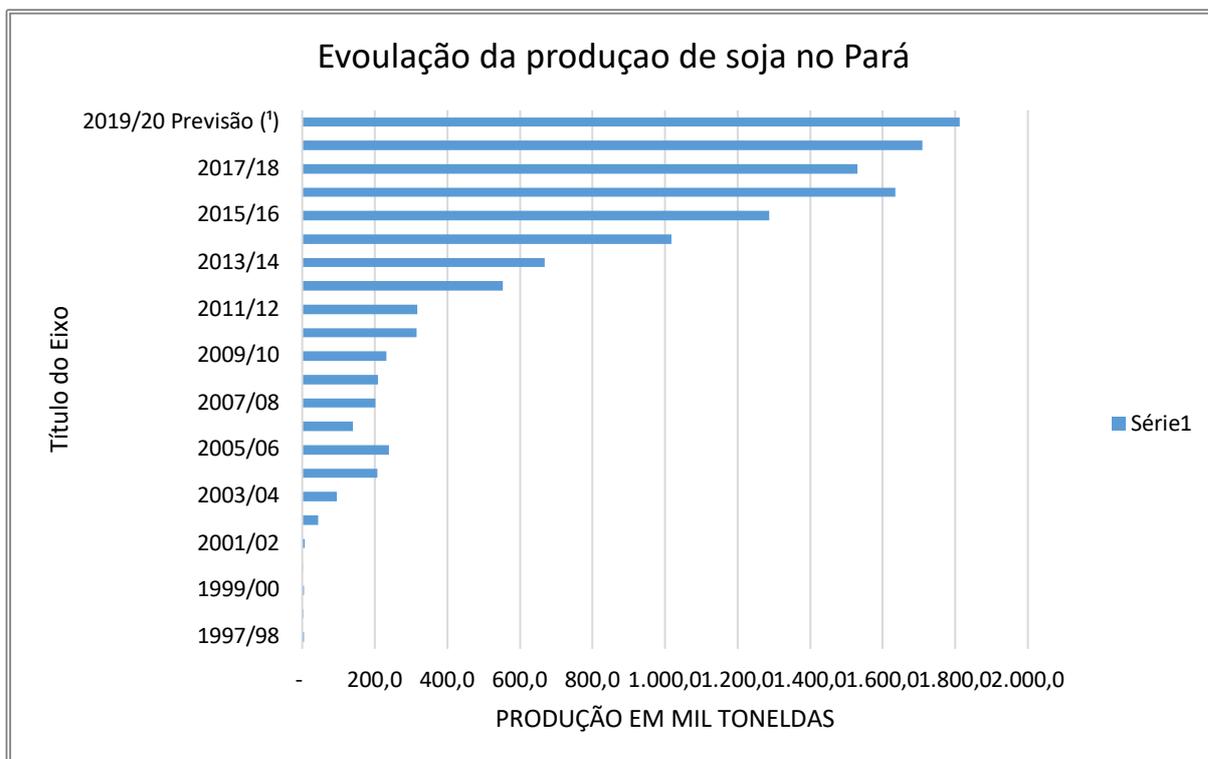
O avanço da produção de soja no território do Pará ocorreu a partir da segunda metade dos anos de 1990 e essa expansão está associada ao aumento de áreas destinadas ao cultivo de grãos, conforme dados anteriormente analisados na tabela 4. Esse avanço da fronteira agrícola tem ocasionado transformações em comunidades rurais e nos modos de vida de agentes ali presentes, alterando a conformidade de zonas rurais de municípios onde ocorrem processos de expansão do agronegócio.

No Gráfico 5, analisamos que, a partir da safra de 2013/14, houve um significativo crescimento da produção de soja no estado do Pará, ressaltamos, novamente, que a evolução da produção está diretamente relacionada à incorporação de outras áreas destinadas ao cultivo de grãos.

Além disso, a partir da safra 2013/14, a evolução da produção, possivelmente, representou processos de consolidação da produção no estado do Pará, como podemos inferir valendo-nos de dados indicativos dos aumentos da produtividade em safras subsequentes. O aumento da produção, a partir da safra

2015/16, foi superior aos períodos anteriores e representou crescimento em ritmo acelerado, conforme podemos analisar a partir das informações contidas no gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 - Evolução da produção de soja no estado do Pará, Brasil (1997-2019).



Fonte: Série Histórica, CONAB (2019).

A expansão produtiva ocorrida no estado do Pará, acrescentamos, é subsequente às mudanças na legislação ambiental brasileira, rediscutida e redefinida a partir da aprovação do novo Código Florestal em 2012. Embora estudos apontassem que as mudanças na legislação dificultariam a expansão da produção agrícola, os agentes do agronegócio, muito pelo contrário, construíram estratégias para garantir espaços de ação na legislação aprovada (IPEA, 2017). A própria legislação, em termos gerais, flexibilizou o controle de impactos ambientais, especialmente no decorrer do governo de Michel Temer e mais recentemente de Bolsonaro.

Para chegar a esse resultado, de acordo com a análise construída por Costa (2012), foram realizadas comparações entre as áreas de plantio dos municípios de Paragominas e Santarém. Em Paragominas, o experimento empreendido, entre os anos de 1997 e 1999, apresentou produtividade de 3,0 toneladas de soja por hectare. No município de Santarém, o estudo atestou

produtividade de 3,4 toneladas por hectare. Os dados indicaram melhor capacidade produtiva no município de Santarém.

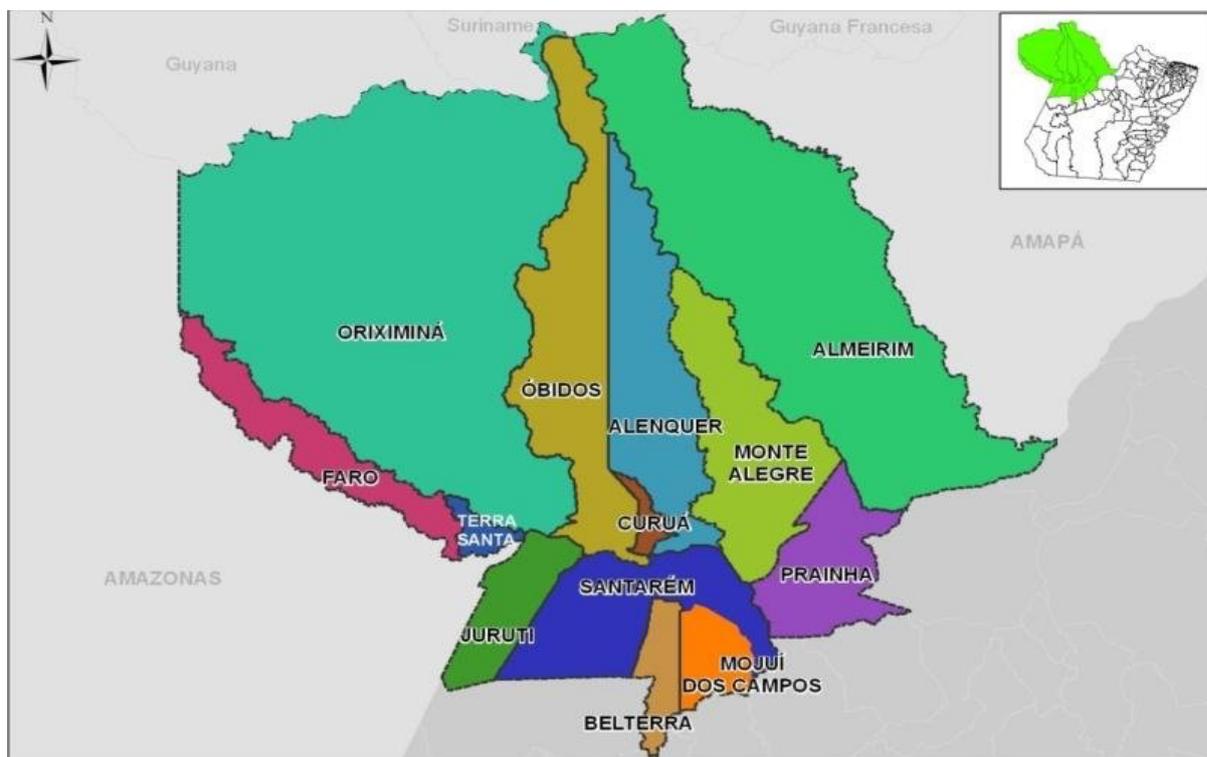
A divulgação dos resultados desses experimentos contribuiu para a intensificação do processo de migração para Santarém. Diante disso, consideramos que a capacidade produtiva atestada pelo experimento valorizou o desenvolvimento de espécies adaptáveis às condições da região, a construção de infraestrutura para o escoamento, bem como a possibilidade de adquirir maiores extensões de terra que garantissem efetivamente a produção de grãos na região, paralelamente à reprodução de relações capitalistas.

4 OCUPAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS EM ADESÃO DOS PRODUTORES DE SOJA

A região do Baixo Amazonas é mesorregião do estado do Pará, abarcando treze municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Mojui dos Campos e Terra Santa. Conjuntamente, eles possuem aproximadamente 317.273,50 km² de área e apresentam um baixo índice demográfico, com 705.737 habitantes na mesorregião (IBGE, 2019).

Na análise da figura 8 a seguir, relativa à cartografia da região em discussão, podemos observar o posicionamento dos municípios que compõem a área em que alguns deles têm seus territórios diretamente envolvidos na produção de grãos, especialmente aqueles que possuem infraestrutura que possibilita o escoamento da produção e relevo favorável à utilização de máquinas agrícolas.

Figura 8 - Mapa de localização do território do Baixo Amazonas, Região Oeste Paraense.



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS-BAM, IPAM (2011).

O município de Santarém pode ser caracterizado como sede administrativa dessa mesorregião, com destaque para sua posição geográfica, sua estrutura econômica e a diversificação de serviços nas áreas da educação e saúde.

Há, nessa região, investimentos de cooperação dos municípios e complementaridades de serviços, todavia centralizados no município de Santarém, mesmo com enfrentamento de dificuldades de locomoção devido à preponderância do transporte fluvial.

Na configuração dessa região, convergiram processos históricos de ocupação do Baixo Amazonas que podem ser associados às estratégias de colonização empreendida pelos portugueses. Dados históricos, inclusive os referentes à arquitetura, demonstram atributos da intervenção da igreja católica por meio da Companhia de Jesus. A arquitetura nos municípios da região tem características semelhantes aos edifícios europeus dos séculos XVII e XVIII, embora existam poucos estudos que analisem processos de construções históricas nesse território (COUTO, 2013).

Sobre os meios de transporte na região, Leroy (1991) analisou que as hidrovias que cortam os rios marcam essa modalidade de locomoção na região do Baixo Amazonas. Os rios subsidiam a organização social e produtiva de grupos sociais fixados às suas margens. Nesses territórios, agentes sociais reproduzem suas condições de vida, transformando as águas em caminhos e, ao mesmo tempo, em espaços onde se reproduzem condições materiais de existência, principalmente as relacionadas às atividades de pesca.

Segundo o autor, o Baixo Amazonas é caracterizado por duas regiões distintas: a de “várzea” e a de terra firme, as quais apresentam singular interdependência, diretamente ligada às mudanças climáticas que, anualmente, possibilitam cenários de enchentes e vazantes. A primeira corresponde às áreas alagadas periodicamente nas enchentes dos rios, estando associadas ao período das chuvas que, anualmente, atingem a região Amazônica, em geral entre os meses de dezembro e julho.

Subsequente ao “período de cheias”, há a estiagem, caracterizada pela vazante dos rios, fazendo emergir área propícia para a produção agrícola e para a prática da pecuária. Essa alternância entre períodos de cheia e vazantes modela o modo de vida da população fixada na região de várzea. Durante a cheia, parte da área destinada à produção agrícola e à pecuária é invadida pelas águas, condicionando a sobrevivência e modificando as formas de reprodução de vida em contexto que favorece fluxos migratórios para a “terra firme”. Evidenciam-se

processos de migração interna à região do Baixo Amazonas, conforme aludimos no capítulo anterior, especialmente no contexto de cultivo de pimenta do reino.

A terra firme está associada à área que não é atingida pelas enchentes periódicas. Nessa área, são continuamente desenvolvidas atividades agrícolas. No caso específico, a extensão territorial do planalto santareno, além de possibilitar o desenvolvimento de diversas atividades relativas à agricultura, também é utilizada para receber rebanhos de gado no período chuvoso, considerando que, durante esse período, pecuaristas costumam migrar suas criações de regiões alagadas para pastos localizados na terra firme. Entretanto, esclarecemos que muitos outros pecuaristas desempenham suas atividades de pecuária exclusivamente em regiões de planalto.

A região de “terra firme” está localizada, geograficamente, no planalto dos municípios da região e, em períodos de enchentes, uma parte dessa área é destinada à prática da pecuária. Essa extensão territorial de “terra firme” é geralmente plana, fator morfológico que possibilitou a expansão da produção de grãos. Associada também aos fatores morfológicos, a grande extensão territorial foi relevante para garantir o cultivo de grãos na região. O relevo favorável à implementação de processos de mecanização da produção e, sobretudo, a possibilidade da continuidade de expansão agrícola, assim como o investimento na construção da infraestrutura necessária para o escoamento da produção, esses fatores conformam condições que atraíram produtores de grãos para reproduzir suas atividades produtivas no planalto santareno.

Ainda sobre processo de ocupação da região do Baixo Amazonas, Almeida (1974) analisou a estruturação segundo o modelo de “territorialização” colonial, associando-o a mecanismos de exploração de recursos naturais da região, justificados pela concepção de desenvolvimento socioeconômico do território explorado. De acordo com o autor, esses foram mecanismos para manter controle sobre a área na qual foram construídos “fortes militares” e fortalecidas algumas missões religiosas, especialmente as conduzidas pelos jesuítas.

No início do século XX, houve registro de fluxos migratórios para a região do Baixo Amazonas incentivados, principalmente pela produção de borracha na região Amazônica, implementada consoante as estratégias produtivas desenvolvidas

por Henry Ford, com destaque para a produção realizada no atual distrito de Fordlândia, município de Aveiro, e do município de Belterra (PEREIRA, 2012).

A partir da metade do século XX, esse modelo produtivo associado à extração de borracha teve sua demanda enfraquecida no mercado internacional. Consequentemente, foi aparentemente sucumbindo em território nacional. Todavia, a atividade também correspondia, em menor escala, às necessidades do mercado local. Entretanto, fluxos migratórios filiados à produção de borracha na região foram registrados até meados da década de 1960 (ALMEIDA, 1974). Segundo o autor, os migrantes eram especialmente de origem nordestina, pois as diversas secas ocorridas entre os anos de 1919 e 1959 no Nordeste, entre outros fatores, impulsionaram fluxos imigratórios para diversas regiões do Brasil. Nesse cenário, a região do Baixo Amazonas foi instituída em espaço em que a reconstrução de condições materiais de existência poderia ser tentada e consolidada.

Acrescentamos que a colonização oficial do Baixo Amazonas pode ser reconhecida pelos projetos de ocupação territorial, como o Projeto Integrado de Colonização (PIC), implantado pelo Incra. Nesse contexto, Almeida (1974) enfatizou que a construção de rodovias possibilitou o acesso a diversas localidades da região. A partir desse investimento, outros migrantes passaram a ocupar espaços supostamente concebidos como vazios demográficos. Nesse cenário, migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná instalavam-se às margens das rodovias, a exemplo da cidade de Rurópolis e Novo Progresso, unidades administrativas com marcante presença de migrantes oriundos dos estados destacados.

A vivência nesse contexto pode ser ilustrada por relatos alcançados em nosso trabalho de campo junto aos produtores rurais, atualmente fixados no distrito de Boa Esperança, município de Santarém. Relatam eles que migraram do estado do Rio Grande do Sul para o Pará, vislumbrando a aquisição de lotes de terra, justificando-se que o lote pertencente à família no estado de origem era insuficiente para garantir a reprodução do modo de vida valorizado pelos descendentes. Para tanto, inicialmente quatro irmãos migraram para a comunidade de Boa Esperança; um quinto para o atual município de Rurópolis. Segundo relatos de irmãos, membros dessa família, “no início eles trabalhavam para terceiros”. Conforme foram se

estruturando, conseguiram adquirir seus próprios lotes e iniciaram suas próprias atividades agrícolas, às quais até hoje estão associados⁵”.

Ainda conforme relatos desses agricultores alcançados em nosso trabalho de campo, muitos que migraram para região retornaram ao estado de origem, uma vez que as dificuldades encontradas na região santarena desestimulavam a permanência nela. As famílias recém-chegadas se depararam com as dificuldades presentes na região, mas, pior que isso, não conseguiram ser amparadas por políticas de incentivos previstas segundo estratégias elaboradas pelos governos brasileiros. A evasão entre os agricultores que migraram espontaneamente foi menor, possivelmente porque esses últimos construíram suas próprias estratégias de reprodução da vida, independentemente de políticas de incentivos promovidas por governos.

Posteriormente a esse movimento de evasão de agricultores migrantes de outras regiões, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) construiu outros processos de ocupação territorial regional, assegurando facilidades de acesso a incentivos como possível estratégia de manutenção dos migrantes. Associados a essa estratégia, em 1975, foram desenvolvidos e subsidiados oitenta e nove projetos vinculados a atividades agrícolas e à pecuária no Baixo Amazonas paraense (LEROY, 1991).

Complementarmente, as estratégias construídas pelos agentes de Estado para manutenção de migrantes ocorreram tardiamente, uma vez que muitos agricultores já haviam regressado ou mesmo migrado para outras regiões, considerando que não conseguiriam reproduzir seu modo de vida nesse território. Diante disso, políticas efetivas de incentivos se sucederam para atender aos interesses do capital empresarial, admitindo-se mesmo o fracasso da colonização oficial na região.

Em meio a esse cenário, houve o fortalecimento de políticas que promoveram a ocupação do Baixo Amazonas pelo capital empresarial privado. O apoio do Estado e os incentivos fiscais oferecidos às empresas favoreceram investimentos em projetos de extrativismo, de agricultura, de mineração, de pecuária e, mais recentemente, da agroindústria. Destacamos, nesse processo, as ações dos agentes do Banco da Amazônia que construíram políticas de financiamento para

⁵ Entrevista concedida por H. F. na comunidade de Boa Esperança, em 20 de novembro de 2019.

incentivar e viabilizar atividades produtivas, concedendo facilidades financeiras para os projetos empreendidos na região do Baixo Amazonas paraense.

Devido aos incentivos para a entrada do capital privado na região, os migrantes que nela resistiram encontravam dificuldades para receber o título de suas terras, documento essencial para conseguir financiamento junto às entidades financiadoras, especialmente no Banco da Amazônia.

Entretanto, empresários encontraram processos simplificados para regularização da posse de suas terras; em muitos casos eles alienaram-nas para obter financiamentos demandados para custear a implementação de atividades produtivas na região. Nesse cenário, podemos destacar o caso da Permatec, analisado no capítulo anterior deste texto, pelo qual empresários, além de encontrarem facilidades na legalização de suas terras, contraíram empréstimos junto aos bancos e, atualmente, pelos limites à continuidade das atividades produtivas, enfrentaram o bloqueio do patrimônio pela justiça, transformado que foi em garantias do pagamento de dívidas tributárias, trabalhistas, além do próprio empréstimo.

Essa reconstrução de estratégias de ocupação, viabilizando o capital privado para acesso a terras, trouxe aos produtores migrantes e autóctones maiores dificuldades de reprodução de suas vidas na região. Essas políticas de incentivos foram direcionadas sobretudo aos interesses dos projetos empreendidos pelas empresas. Os próprios agentes do capital privado propuseram condições para ocupar a região, dentre elas estavam a regulação do território ocupado e o acesso a incentivos.

Nesse cenário político de disputas, os produtores que persistiram em reproduzir suas vidas no território tiveram que reconstruir estratégias segundo as formas de reprodução da vida na região, especialmente porque as promessas de incentivos de governos estiveram cada vez mais distantes.

Martins (1997) analisou o processo de federalização de terras, ocorrido após 1974, quando houve abertura da região ao capital privado, como descrito anteriormente, mas que resultou em ações de expropriação na região, em virtude da constituição de latifúndios pela agregação de posses de grupos locais, deslocados de pertencimentos para assegurar os interesses do capital privado. Esses processos de deslocamento da posse de terra na região foram seguidos de estratégias de

ocupação de outros territórios e de reconstrução do tecido social, conforme podemos registrar a seguir:

As áreas prioritariamente destinadas à ocupação por pequenos produtores foram ampliadas; a espontaneidade da ocupação extravasou os travessões, as estradas vicinais, ampliando a área do projeto de colonização. Ao lado das agrovilas e agrópolis planejadas surgiram novos núcleos, agora de caráter espontâneo. (FUNAGRI; EMBRAPA, 2006, p. 21).

Diante de tantos desencontros e contradições, as estratégias de ocupação na região são repensadas pelos produtores rurais a partir da modificação no modo reprodução da vida; ou segundo os desafios provocados por mudanças em políticas de ocupação territorial da região, geralmente empreendidas por governos brasileiros em diferentes períodos históricos.

Ressaltamos que não se trata de movimento espontâneo, mas provocado. O deslocamento para o interior do território está associado às políticas construídas para atender às exigências de agentes do capital privado. Trata-se, de fato, de movimento de contraposição dos produtores rurais para garantir a reprodução do modo de vida mesmo diante de forças e estratégias políticas as quais lhes empurravam para o interior do município onde, impositivamente, tiveram que reconstruir as condições materiais de existência e seus modos de vida.

Essa configuração fundiária impulsionou os produtores rurais a organizarem as primeiras organizações sociais que os representassem, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O autor Leroy (1991) ressaltou que o objetivo dessas organizações estava associado à criação de estratégias que garantissem autonomia ao grupo e assegurassem o acesso à terra, bem como a continuidade da reprodução do modo de vida por eles valorizado. Para o autor, os trabalhadores, a partir dessas alterações, passaram a construir condições de sobrevivência segundo suas próprias proposições.

Nesse contexto de eclosão de movimentos de resistência, surgiram as primeiras agrovilas na região do município de Santarém, a exemplo de Boa Esperança, comunidade inicialmente formada por migrantes nordestinos, notoriamente provindos do estado do Ceará; e também por alguns migrantes do estado do Rio Grande do Sul. Nela foram construídas relações socioeconômicas que, no decorrer do tempo, favoreceram à constituição de relativa autonomia aos

seus moradores ou comunitários, inclusive colocando-a em relativa posição de destaque no planalto santareno influenciado pela PA-370.

De acordo com moradores, por anos a comunidade foi essencialmente habitada pelos dois grupos originários de regiões distintas do país. Ainda hoje se reconhecem que os padrões sociais de referência de formas de sociabilidade são baseados em experiências culturais vividas nas duas regiões do Brasil, como a festa junina, significativamente festejada no Nordeste brasileiro, e a festa da integração gaúcha, evento anual da comunidade.

Podemos inferir que esse processo migratório específico teve seu auge durante as décadas de 1980 e 1990. Até o início nos anos 2000, reconhecia-se um surto migratório. Dados do censo de 2010 apontam que, aproximadamente, 57 (cinquenta e sete) mil pessoas migraram para o território santareno (IBGE, 2010). O incentivo do governo e a promessa da viabilização da estrutura logística para o escoamento da produção de grãos podem, inclusive, ter impulsionado a migração de produtores de soja. Esse recente fluxo migratório possibilitou mudanças no método de ocupação e uso da terra e nos modos de reprodução da vida. Tais mudanças são delimitadas pela introdução do cultivo de grãos, acompanhada de processos de mecanização de atividades produtivas e de movimentos relativos à aquisição de lotes de terra que seriam, paulatinamente, incorporados aos campos de plantio de grãos.

4.1 Baixo Amazonas Paraense: estratégias econômicas e rearranjos sociais

Os representantes de governos do estado do Pará construíram políticas de incentivo para a implementação da produção de grãos no Baixo Amazonas paraense. Dentre os municípios do estado, em que elas foram aplicadas, podemos destacar Santarém, cujo prefeito, entre os anos de 1996 a 2004, realizou diversas viagens ao estado do Mato Grosso, elaborando e promovendo discursos justificadores de que território santareno apresentava viabilidade para o cultivo de grãos e garantidor de boa produtividade.

No ano de 1996, os agentes do governo do Estado elaboraram o projeto do Polo Agroindustrial, objetivando realizar estudos para verificar a viabilidade da produção de soja no estado do Pará. Em dossiê construído por agentes da Comissão da Pastoral da Terra, grupo vinculado à igreja católica (CPT, 2004), foi

analisado que, seguida à implantação do Polo Agroindustrial, houve contratação de uma empresa especializada em agricultura empresarial que forneceu consultoria visando estudar a viabilidade da produção de soja no planalto santareno, dentre outras áreas.

Desses estudos, resultou um relatório intitulado “Soja em Santarém”. O primeiro experimento foi conduzido à margem direita da Rodovia Santarém Curuá-Una, especificamente, no quilômetro treze. Os resultados preliminares foram propositivos para o cultivo de soja no planalto de Santarém. Autoridades políticas do município e empresários estiveram diretamente envolvidos no projeto. Após os primeiros resultados, o então prefeito de Santarém proferiu o seguinte discurso:

A única solução era atrair produtores de outras regiões para investir no município. A conclusão dos estudos do PRIMAZ realizado numa parceria entre a Prefeitura e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e, também, da primeira etapa do nosso zoneamento agroecológico, feito em parceria com a EMBRAPA, nos forneceu os subsídios necessários para divulgar as potencialidades do município. De posse desses valiosos estudos, realizamos várias visitas ao Estado do Mato Grosso, bem como a outros centros produtores do país, para a divulgação do potencial agrícola do município. Logo após a visita passamos a receber diversas caravanas de produtores desses locais. (JORNAL IMPACTO, 2004, p. 23).

Houve incentivos para a migração provinda do Mato Grosso e do Sul do Brasil para Santarém, uma vez que os resultados dos estudos atestaram viabilidade da produção em que o experimento no território santareno apresentou condições garantidoras para a produção de soja. Diante disso, o então gestor do município, de posse dos resultados desses estudos, realizou diversas viagens para regiões produtoras da oleaginosa no Brasil para apresentar o suposto potencial produtivo do planalto santareno. Os sojicultores mostraram interesse em migrar para região, tanto que, em resposta ao discurso, diversos grupos de produtores chegavam à cidade a fim de fazer o reconhecimento do potencial agrícola do município.

As narrativas do então prefeito justificavam que etapas relativas ao zoneamento agroecológico foram elaboradas. Possivelmente, a intenção do gestor seria convencer que a expansão da produção de grãos para o território santareno não geraria impactos ambientais, assim como não promoveria conflitos relativos à apropriação e uso da terra. Entretanto, grupos de atores sociais relacionados à ocupação territorial e aos impactos quanto aos modos de uso dos recursos naturais elaboram críticas e barreiras de contenção ao projeto expansionista da monocultura

da oleaginosa e estabeleceram na região uma zona de conflitos e embates de discursos sobre o uso dos recursos naturais.

Os estudos realizados sobre a capacidade produtiva foram determinantes para a construção de políticas de incentivos em vista do fluxo migratório e da ocupação territorial por produtores de grãos. Os resultados apontaram ser mais viável produzir grãos em Santarém do que no estado do Maranhão onde, mais tarde, essas atividades produtivas também ocupariam grande extensão territorial. No território maranhense, havia registro de produção anterior ao de Santarém. No entanto, havia somente uma linhagem de soja, fator que tornava a produção suscetível ao ataque de pragas.

A conclusão do relatório referente ao cultivo de grão no território santareno apontava para condições garantidoras para produção de soja, assegurando, ainda, importante produtividade por hectares, inclusive, semelhante à encontrada em regiões em que a produção estaria supostamente consolidada. Entretanto, o desafio imposto à região seria a construção da infraestrutura necessária para o escoamento da produção.

A partir das visitas realizadas às regiões mencionadas anteriormente, um dos agentes vinculado a processos de expansão da soja apresentou o discurso a seguir, objetivando convencer parte da sociedade santarena em torno da introdução do cultivo de soja no município. A justificativa adotada pelo agente esteve fundamentada na ideia de que o cultivo de grãos, especialmente de soja, poderia mobilizar recursos para o município, garantindo a criação de um projeto de desenvolvimento socioeconômico para o município de Santarém e região. A seguir podemos analisar o discurso construído e publicado em jornal local:

Fiquei impressionado com o que vi. Os produtores do Mato Grosso não têm dúvidas de que Santarém será o maior exportador de grãos do Pará, da região Norte e do Brasil. A afirmação é do gerente do Banco do Brasil em Santarém, César Carneiro, que participou de 18 a 22 deste mês, de uma série de reuniões nos municípios de Sorriso, Sinop, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Ele voltou do Mato Grosso entusiasmado com o interesse demonstrado pelos grandes produtores de vir para Santarém investir na produção de soja. “Eles já mostraram que a soja é uma cultura promissora, tanto que a cidade de Sorriso é uma organização e um desenvolvimento econômico exemplar. Lá não se vê gente pedindo esmola, as casas são verdadeiras mansões, quase todo mundo tem carro novo. Então, penso que Santarém pode muito bem ficar desse jeito, desenvolvida e próspera”, enfatiza César Carneiro (JORNAL IMPACTO, 1999, p. 26).

Os processos de expansão da produção da soja para Santarém apresentavam-se como alternativas sociais e econômicas para o município, de acordo com narrativas construídas especialmente pelos gestores. O discurso do gerente da referida instituição bancária apontou que a produção de grãos foi responsável pelo desenvolvimento econômico e social de algumas cidades do estado de Mato Grosso, expondo que as atividades agrícolas poderiam desencadear ações semelhantes de desenvolvimento no município de Santarém.

Contudo, a narrativa apresentou possibilidades da construção do pretense desenvolvimento social e econômico para a região. Entretanto, ela ignora os possíveis impactos sociais e ambientais que poderiam ser causados pelo projeto de expansão da produção de soja para o território santareno. Acrescentamos, ainda, a possibilidade de modificar e impactar a produção de diversos produtores rurais autóctones e de migrantes fixados na região nos últimos 50 anos.

A lógica de discursos feitos por agentes associados ao agronegócio se fundamenta na concepção determinista de que atividades econômicas relativas à produção de grãos, por si só, são promotoras de planos de desenvolvimento socioeconômico. Assim, se os municípios do estado do Mato Grosso se desenvolveram em decorrência da produção de grãos, o município de Santarém poderia construir estratégias de desenvolvimento, reproduzindo as mesmas lógicas adotadas por cidades localizadas no Mato Grosso.

Dessa forma, conforme analisamos, não foram construídas reflexões que considerassem possíveis impactos na estrutura social, econômica e ambiental. Também, conforme anunciado pelos discursos, outros fatores que poderiam inviabilizar a introdução dessa atividade produtiva não foram considerados, como o próprio advento de condições adversas não registradas no relatório divulgado, assim como a impossibilidade de incorporação de lotes de terras aos campos de cultivo de grãos, caso famílias camponesas não abrissem mão de suas terras ou não tivessem investido anteriormente em alternativas de vida.

No entanto, após as seguidas apresentações da viabilidade produtiva em Santarém, não tardou o início do fluxo migratório dos primeiros produtores de grãos à região. Inicialmente, esses produtores realizaram contratos de arrendamento de terras, mas, em seguida, ocorreu o processo de compras de lotes, sobretudo, nos territórios de influência das rodovias PA-370 e BR-163. Todavia, no contexto atual, é

recorrente a combinação entre compras e arrendamento de lotes de terra, conforme foi analisado.

Analisando o relatório elaborado pela Comissão da Pastoral da Terra, entre anos de 1997 e 2000, o valor médio de um hectare de terra era de aproximadamente R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais). Em nosso trabalho de campo, tomamos conhecimento que, em 2018, houve comercialização de áreas em que o hectare de terra custou R\$ 45.000 (quarenta e cinco mil reais). Entretanto, esse valor pecuniário é relativo ao hectare de terra em que foram agregadas horas de trabalho humano (SANTOS, 2020) e, muitos deles, inclusive, já são utilizados no cultivo de grãos.

Nesse intervalo de duas décadas de processos de expansão da produção de grãos em Santarém, houve, simultaneamente, a valorização monetária do hectare de terra e a limitação de acesso à terra pelos pequenos produtores. Esse aumento no valor da terra impulsionou pequenos agricultores a realizarem movimentos de interiorização. Parte de grupos de agricultores autóctones migraram para regiões mais distantes nas quais há dificuldades de acesso à água, à energia elétrica, aos transportes e a serviços, como educação e saúde. Por exemplo, o Chapadão, assentamento rural localizado entre os municípios de Santarém e Uruará no estado do Pará, para o qual ocorreram fluxos de migração a partir da década de 2010.

Nesse contexto de aquisição dos primeiros lotes destinados ao cultivo de grãos, as primeiras atividades consistiram no preparo do solo no qual métodos mecânicos e químicos foram introduzidos. Entendemos, como mecânico, processos de mecanização de preparo da terra, de cultivo e de colheita. E químico, a introdução de insumos para corrigir a acidez de solos, supostos defensivos agrícolas e adubos industrializados com intuito de garantir a produtividade desejada, processos que, segundo os produtores de grãos, “amansaria” a terra. Enquanto, supostamente, a terra era “amansada”, os produtores construíram as teias de relações políticas que possibilitaram o acesso a financiamento/investimento, importantes para custear as despesas ocasionadas pela introdução do cultivo de grãos no município de Santarém.

Após a construção de mediações políticas associadas à implementação do projeto de produção de grãos e de reprodução de relações capitalistas, o Banco da Amazônia ocupou posição de destaque como instituição financiadora de

estratégias de reprodução do agronegócio em Santarém, pois, mediante recursos provindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), financiou diversos projetos de cultivo de grãos no planalto santareno. Para tanto, diversos produtores de grãos foram atendidos com empréstimos, utilizando-os para aquisição de máquinas agrícolas, como: tratores, colheitadeiras e acessórios para o plantio, para a aplicação de defensivos e para a adubagem (COSTA, 2012).

Seguindo os procedimentos iniciais de introdução da produção de soja no Baixo Amazonas, a partir do ano de 2003, houve crescimento na área plantada em sete municípios do Baixo Amazonas: Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Mojuí dos Campos, Placas e Santarém, com destaque para os municípios de Belterra e de Santarém (COSTA, 2012). Nesses municípios, houve crescimento significativo de índice de área plantada. Fatores como incentivos concedidos pelos gestores dos municípios, o valor do hectare, as condições do relevo com características de planície e a localização, foram decisivos para assegurar confiança nos primeiros produtores de grãos. As rodovias BR-163 e PA-370 passaram a ser utilizadas frequentemente para o abastecimento de campos de plantio com adubos e defensivos agrícolas e, também, para o escoamento da produção.

Nesse movimento de expansão, os agentes do agronegócio foram incorporando outras áreas às suas fazendas cultivadoras de grãos. Para tanto, foram construídas estratégias para garantir esse movimento, dentre elas, destacamos a aquisição de lotes que foram propriedade de camponeses da região, sobretudo, daqueles que não conseguiram continuar a reprodução de suas vidas como produtores agrícolas na zona rural do município ou daqueles que redefiniram suas trajetórias de vida. Em consequência e paralelamente, emergiram outros arranjos sociais que discutiremos posteriormente.

Provavelmente, os agentes do agronegócio encontraram produtores rurais predispostos a migrar para zona urbana ou em movimento para o interior da região, ou, ainda, foram empurrados para regiões mais longínquas de Santarém. Esses movimentos foram oportunos para incorporação de lotes de terra aos campos de cultivos de grãos.

Valorizamos, também, a reconstrução de trajetórias de vida de famílias camponesas pela qual ocorre a remodelação de projetos de vida, especialmente, para os descendentes. No processo de remodelação do modo de vida,

normalmente, os descendentes são incentivados a valorizar ou mesmo criar alternativas diferentes daquelas valorizadas pelos pais. Nessa perspectiva, os filhos de camponeses, geralmente, são incentivados a ingressar na educação formal e, por meio da qualificação adquirida, são possibilitados a construir alternativas de vida para si, especialmente, ocupando posições em atividades produtivas dissociadas de práticas desempenhadas na produção agrícola.

Consideramos também processos migratórios de descendentes de camponeses para capitais, como Manaus e Macapá, movimentos pelos quais esses descendentes buscam construir espaços garantidores de acesso ao mercado de trabalho assalariado, passando a reproduzir condições de existência, ocupando posições em cadeia produtivas, em particular, como mão de obra em empresas que reproduzem relações de produção capitalista na região Amazônica. Embora nem sempre a posição ocupada no mercado assalariado seja de destaque, especialmente, considerando a hierarquia estabelecida pelas próprias empresas, para as famílias camponesas, cada espaço ocupado por seus descendentes é valorizado e associado diretamente ao esforço familiar.

Nesse cenário de expansão, analisamos informações sobre aumento da produção de soja em municípios do estado do Pará, conforme a tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - A distribuição da produção de soja em municípios do Pará, Brasil, no ano de 2015.

Municípios	Toneladas	%
Paragominas	275.500	30,6
Dom Eliseu	231.00	25,6
Santana do Araguaia	135.000	15,0
Ulianópolis	106.224	12,0
Santarém	43.980	4,9
Belterra	41.016	4,5
Rondon do Pará	39.600	4,4
Mojuí dos Campos	36.600	4,0
Santana das Barreiras	33.480	3,7
Outros municípios paraenses	30.956	3,3
Cumarú do Norte	23.400	2,5
Altamira	13.813	1,5
Tailândia	11.799	1,3
Total	901.188	100

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (2016).

Destacamos, quanto ao índice de produção, os municípios de Belterra e Santarém, na região do Baixo Amazonas. Associado ao aumento da produção, está o crescimento de áreas destinadas ao cultivo de grãos. Segundo análise de Puty (2007), esse movimento foi possível porque, além de incentivos assegurados pelas gestões dos municípios e, posteriormente, pelo Banco da Amazônia, foi edificado um porto de escoamento em Santarém, o Porto da Cargill, cuja construção foi iniciada em 2003. Esse empreendimento motivou o aumento da produção de grãos em suas proximidades, com destaque para os municípios de Belterra e Santarém, inclusive, a própria Cargill passou a financiar o cultivo de grãos na região e possui exclusividade na compra da produção.

Concomitantemente a essas estratégias adotadas para garantir o escoamento e a expansão da área destinada à produção, havia um suposto enfraquecimento de processos de reprodução de vida dos camponeses na região se levarmos em consideração movimentos de imigração de descendentes dessas famílias para regiões urbanizadas em busca de estudos acadêmicos ou vínculos de trabalho assalariado. Ademais, o próprio envelhecimento da primeira geração dos camponeses migrantes figura como questão relativa à dificuldade da reprodução intergeracional dessas famílias, além de que muitos dos filhos investem em condições de assalariamento e em migrações provisórias para garimpos.

O aumento da circulação de dinheiro, advindo de atividades de extração de minério de ouro, acarretava aumento de consumo no comércio santareno. Esse processo possibilitou a diversificação e expansão do comércio em Santarém, fatores que contribuíram para a ampliação de vagas de emprego ou prestadores de serviços na cidade. Nesse cenário, muitos filhos de camponeses encontraram espaços para trabalhar sob assalariamento no mercado local ou migrando para regiões de garimpos.

Analisando esses movimentos distintos nas ações de esvaziamento do mundo rural, o primeiro se associa às estratégias criadas pelos agentes do agronegócio para pressionar os produtores rurais autóctones a migrarem de seus territórios, provocando movimentos de imigração para regiões do interior ou mesmo o êxodo rural. O segundo movimento de saída da zona rural se articula às novas trajetórias construídas pelas famílias camponesas, sobretudo pelos descendentes, como a opção por estudos acadêmicos e a inserção no trabalho assalariado,

considerando supostas garantias e conquistas pela legislação trabalhista. Com menor peso, destacamos, ainda, o ciclo de vida das famílias pelo natural envelhecimento dos chefes de famílias camponesas.

Enfim, diversas estratégias para a consolidação da expansão da soja no Baixo Amazonas paraense foram colocadas em prática, conjuntamente ao cenário de enfraquecimento do campesinato, fator que contribuiu para o processo de expansão da produção de grãos. Para uma melhor compreensão dessas ações, analisamos, posteriormente, o universo rural do planalto santareno em vista do entendimento das relações sociais construídas diante do cenário de expansão do cultivo de grãos na região.

Também destacamos que, ainda ao final da década de 1990, o movimento de ocupação territorial passou por sucessivas transformações. A implementação de novas técnicas e investimentos públicos e privados construíram condições para cultivar grãos na região Oeste do Pará, seguindo processos de produção que garantissem a sua exportação para o mercador internacional. De acordo com a análise apresentada por Venturieri et al. (2007):

Uma combinação de fatores, endógenos e exógenos à região, tais como o elevado preço internacional da soja, excelente aptidão agrícola com baixo preço das terras e incentivos governamentais, contribuíram para uma onda de imigração de produtores oriunda do norte do Mato Grosso, que detinham experiência e capital para iniciar um processo de utilização da terra de forma intensiva e tecnificada. (VENTURIERI et al., 2007, p. 704).

Os processos de migração para Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, municípios que formam o epicentro da produção de soja na região Oeste do Pará, ocasionaram mudanças na organização social e econômica de seus territórios. Esse movimento migratório provocou, na região, o aquecimento do mercado de terras e a disputa por terras. Consequentemente, ocorreu um modo de acúmulo ou concentração de terras amparado pela mecanização de métodos de produção. A adoção de técnicas em processos produtivos agrícolas possibilitou a produção em larga escala e de forma intensiva, construindo condições necessárias para que os produtores de grãos ingressassem no mercado de exportação de *commodities*.

O movimento de expansão territorial mobilizou processos de apropriação de novas áreas, algumas delas foram adquiridas de pequenos camponeses e outras estavam vinculadas à apropriação de terras públicas. Diante desse cenário,

Venturieri et al. (2007) analisaram que as transformações econômicas e sociais provocaram alterações na paisagem da região Oeste do Pará perceptíveis conforme aumenta o desmatamento da floresta, tema discutido no capítulo anterior.

Reafirmamos a importância do estudo do movimento de expansão da produção de grãos que causou impactos sociais, econômicos e ambientais no processo de reorganização do território e implementou outros modos de uso da terra. Esses são temas que ainda carecem de análises acadêmicas, especialmente, se devotadas a compreender as relações construídas no mundo rural, gerando mudanças no uso da terra e riquezas em patamar até então não muito explícitos, principalmente, para os agentes do agronegócio.

Concomitantemente, eles provocaram a reestruturação de comunidades rurais e alterações nos modos de reprodução da vida de seus moradores, a exemplo das comunidades de Boa Esperança, Jacamim e Tipizal que, consoante ao movimento expansionista, apresentaram ampliações, especialmente, no setor de serviços em que foram oferecidos serviços relativos à construção civil, reparos de automóveis, motocicletas e máquinas pesadas, implantação de postos de gasolina. Nessas localidades, surgiram outras atividades conforme o processo de expansão da produção de grãos se consolidava e demandava por outros serviços.

Ainda, devido às necessidades de consumo desses produtores, ocorreram a reorganização e a ampliação do comércio local, pois além de aumentar o número de estabelecimentos comerciais, houve maior diversificação de mercadorias. Os próprios migrantes do sul do país, não envolvidos diretamente no plantio da monocultura, mobilizaram recursos para construir uma infraestrutura para atender às necessidades que, eventualmente, surgiam em oposição a hábitos de consumo instituídos entre os habitantes do sul do país.

Seguindo perspectivas diferentes, analisamos que o comércio de terras esteve, em parte, associado ao movimento de interiorização pelo qual diversos agricultores venderam seus lotes localizados em comunidades como Boa Esperança, Paxiúba, Ramal do Gato, Ramal da Moça, e adquiriram novos lotes em regiões localizadas mais para o interior da zona rural, a exemplo da região do Chapadão, já citado, para onde, ainda hoje, ocorre o movimento de interiorização, e atualmente, também já é uma zona de disputas conforme pudemos reconhecer por meio do nosso trabalho de campo.

Entretanto, ressaltamos, que mesmo diante desse contexto, muitos agricultores resistiram à venda de suas propriedades, mas, atualmente, encontram dificuldades para cultivar em seus lotes. Isso ocorre devido ao ataque de pragas às pequenas lavouras, no contexto atual, geralmente rodeadas por campos de soja. Entrevistamos um produtor na comunidade de Ramal do Gato que, em sua narrativa, afirmou ter dificuldades para produzir feijão, porque os lotes vizinhos aos seus produzem grãos com introdução de processos químicos utilizados no cultivo de soja. A interferência ocorre não só pelo desequilíbrio biológico, mas também por nuvens de insetos que aniquilam plantações, pomares e ainda causam a morte de criações domésticas, por exemplo, de galinhas as quais costumam se alimentar de insetos, muitas vezes, contaminados de inseticidas.

A modificação de condições de produção, possivelmente, transformou modos de produção de trabalhadores rurais autóctones. Em visitas às comunidades alcançadas por nosso trabalho de campo, alguns pequenos agricultores, ainda que enfrentassem dificuldades financeiras, têm incorporado processos mecânicos e químicos no cultivo de suas lavouras, principalmente, na aragem de terras. Há ainda a introdução de defensivos agrícolas no combate às pragas. Nesse cenário, numa entrevista com um agricultor, ele construiu a seguinte narrativa sobre essa questão: “[...] veneno ajudou o pequeno produtor, pois para matar o mato basta colocar o produto e pronto. Se evita a fadiga do sol quente e o trabalho duro da enxada”.⁶

Modos modernos de produzir integram indistintamente o uso tecnologias de mecanização de atividades agrícolas e, ainda, incorporam defensivos agrícolas à produção. Considerando o relato do interlocutor, embora o entrevistado valorize em sua narrativa apenas a utilização de “veneno”, consideramos que a incorporação de métodos de mecanização de processos produtivos tem sido recorrente em comunidades localizadas no planalto santareno.

Anterior à introdução de métodos de mecanização nas atividades produtivas, as roças foram construídas, exclusivamente, pelo esforço físico dos agricultores envolvidos. A introdução de processos mecanizados tem ocasionado a diminuição do esforço físico de muitos trabalhadores. Entretanto, ressaltamos que muitas atividades, no contexto estudado, continuam sendo desenvolvidas pelo trabalho manual, por exemplo, a colheita de mandioca. Em outros processos, houve

⁶ Entrevista realizada com um agricultor C. P. S. na comunidade de Santa Rosa, em 27 de janeiro de 2018.

a introdução da motorização, como a lavagem e trituração da mandioca e, ainda, a torrefação da farinha, especialmente, a de tapioca (SANTOS, 2020).

Ainda sobre a inserção de métodos de motorização, compreendemos que eles contribuíram significativamente tanto para o desenvolvimento de atividades agrícolas, como para a locomoção de agricultores no espaço rural. A utilização da fubica, carro desenvolvido especialmente para atividades na roça, montado sobre o chassi, geralmente, de picape com um motor a diesel, sem cabine e com carroceira construída de madeira, inicialmente, foi introduzida por gaúchos na comunidade de Boa Esperança e, posteriormente, foi incorporada por agricultores residentes em comunidades da PA-370. Na figura 9, a seguir, apresentamos um modelo desse veículo recorrentemente utilizado por produtores rurais no planalto santareno:

Figura 9 - Fotografia de fubica na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2020).

A introdução de recursos de mecanização de processos facilitou fases do cultivo, inclusive para os pequenos produtores. No atual cenário, a maioria das áreas, por eles plantadas, utiliza procedimentos mecanizados, diminuindo o esforço físico e, supostamente, aumentando a produtividade. Entretanto, os produtores rurais autóctones raramente possuem máquinas apropriadas. Para tanto, eles

contratam horas de trabalho junto a algum produtor proprietário de máquinas que realizam esse trabalho na região.

Em trabalho de campo, constatamos que proprietários de máquinas agrícolas, em geral, são migrantes anteriormente produtores de grãos os quais tiveram dificuldades para se estabelecer por esse cultivo na região. Essa estabilização está relacionada à consolidação do próprio produtor no desenvolvimento de atividades produtivas relativa à produção de grãos. Nesse cenário, houve produtores que perderam suas propriedades devido a processos de penhora, consorciado a dívidas as quais inviabilizam a continuação da atividade produtiva e, ainda, registramos a perda de recursos financeiros para grileiros que não poderiam dotar a área de terra na condição de mercadoria ou até mesmo vender lotes para produtores interessados em comprar.

Em consequência da inviabilidade de continuar cultivando grãos, agentes migrantes, devido a seu empobrecimento, foram ocupando outros postos de trabalho na região e, geralmente, passaram a ser prestadores de serviços ou trabalhadores assalariados para outros produtores consolidados nessa atividade produtiva. Ainda, nos intervalos dessa nova ocupação produtiva, eles comercializam horas de trabalho, introduzindo a mecanização de processos produtivos em lotes de trabalhadores rurais autóctones. Embora em muitos casos houvesse a expropriação da terra, eles ainda mantiveram as máquinas e com elas realizaram atividades para outrem. Segundo informações alcançadas no trabalho de campo, a hora de trabalho desses prestadores de serviços custa em média R\$ 350 (trezentos e cinquenta reais), embora seja comum haver negociações desses valores conforme relações estabelecidas entre os produtores e proprietários dos equipamentos.

Nesse cenário de insucesso na produção de grãos, entrevistamos um produtor de soja migrante do estado do Rio Grande do Sul, atualmente, residente na comunidade de Boa Esperança. Ele construiu narrativas alegando que não conseguiu se estabilizar nas atividades produtivas de grãos, uma vez que o investimento a fim de garantir a produção de uma safra não pôde mais ser custeado por ele. Por isso, precisou se reinventar na região, elaborando outras estratégias produtivas para reproduzir a vida de sua família. Para tanto, presentemente, ele cultiva outras culturas, como pimenta-do-reino, hortaliças e frutas que são

comercializadas aos fins de semana em feiras livres na sede do município de Santarém. O interlocutor investe ainda em um pequeno projeto de piscicultura.

Embora o produtor de grãos não tenha concretizado seu projeto ao migrar para Santarém ou mesmo conseguir produzir suas condições materiais de existência associado a essas atividades econômicas, ainda assim, em sua narrativa, ele assegura a consolidação da produção de grãos no município de Santarém, justificando sua afirmativa, ele menciona diversos outros casos em que os produtores foram bem-sucedidos. Inclusive, ele mesmo, em um movimento de interiorização no planalto santareno, conseguiu novas áreas de terras no assentamento do Incra, na região do Chapadão, são lotes, paulatinamente, arrendados para produtores de grãos.

Além de garantir que a produção de grãos está consolidada em Santarém, o informante nos questionou:

[...] antes da soja você via prédios na cidade? Veja agora, com a soja há prédios e outros estão sendo construídos. Quando cheguei aqui, tinha gente pedindo na rua. Hoje, não se vê mais ninguém pedindo. Isso é sinal de que a situação melhorou (Entrevista realizada com Hélio, residente em Boa Esperança, 20 de novembro de 2018).

Analisando a narrativa do entrevistado, observamos que as atividades produtivas de grãos são mediadoras de um suposto desenvolvimento socioeconômico do município de Santarém, mais que isso, o desenvolvimento da cidade estaria atrelado exclusivamente à introdução da produção de grãos na região. Nesse discurso, exalta-se, então, que a introdução desse cultivo pode ser compreendida como fator determinante para o desenvolvimento local e da região do Oeste do Pará.

Entretanto, não há reflexão matizada para se mensurar os avanços e retrocessos causados por essa atividade produtiva na região, nem tão pouco se destaca a implantação de diversos serviços públicos que mobilizou importante quantidade de servidores públicos. Nesse sentido, podemos destacar os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), implementados no decorrer dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), projetando investimento na região, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento local, fomentando empregos e renda.

Ainda sobre o suposto desenvolvimento social e econômico construído pela introdução da produção de grãos na região, analisamos que esse modelo produtivo não se propõe a gerar igualdade social, inclusive, entre os próprios produtores de grãos, há inúmeros exemplos de produtores que não conseguiram se estabilizar nessa atividade.

No Quadro 1, a seguir, analisamos cenários de apropriação de lotes nos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra por migrantes representantes do agronegócio. A partir de informações organizadas no quadro, deduz-se que parte de lotes pertencia aos produtores rurais autóctones e migrantes fixados na área em períodos anteriores à introdução de cultivo de grãos na região e, muitos deles, foram sendo incorporados aos campos de produção de grãos.

A fragmentação de propriedades de terra foi se desfazendo, restando-nos inferir que muitos processos de venda de lotes podem estar associados à redefinição de trajetórias de vidas construídas por famílias camponesas ou deslocamentos para outros territórios garantidores da reprodução camponesa.

Quadro 1 - Demonstrativo da concentração de áreas destinadas ao cultivo de grãos no planalto santareno, 2020.

Proprietário: Produtor 01				
Nº de lotes	Identificação dos lotes	ÁREA (ha)	Município	Atividades desenvolvidas no imóvel
1	Sítio Agapito	17,16	Santarém	Agricultura
2	Sítio Bortoli	22,21	Santarém	Não descreveu atividades
3	Sítio Alegre	22,48	Santarém	Agricultura
4	Sítio Boa Esperança	25,37	Santarém	Agricultura
5	Sítio Nova Esperança – Erni	2493,89	Prainha	Agricultura, manejo florestal e pecuária
6	Sítio Do Recreio – Erni	65,7	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio Diego E Daniel	45,21	Santarém	Não descreveu atividades
8	Sítio Naiara - Santo Antonio	43,35	Santarém	Agricultura
9	Sítio Santo Angelo	31,67	Santarém	Agricultura
10	Sítio São Roque	17,01	Santarém	Agricultura
11	Sítio São Pedro – Erni	23,03	Santarém	Agricultura e pecuária
12	Sítio São Francisco	23,85	Santarém	Agricultura
13	Sítio São Paulo	23,27	Santarém	Agricultura
14	Sítio Nova Esperança- Erni	12,87	Santarém	Não descreveu atividades
15	Sítio Parada Real	27,24	Santarém	Agricultura
16	Associação Grão Forte	6	Santarém	Agricultura, transformação agrícolas ou pecuários, pecuária e turismo
TOTAL		2.900,31		
Média da área dos lotes		207,17		
Proprietária: Produtora 02				
1	Fazenda J.P. – Janete	221,53	Santarém	Não descreveu atividades
2	Sítio Bom Futuro – Janete	23,55	Santarém	Não descreveu atividades

Continua

Proprietária: Produtora 02				
3	Fazenda 5 irmãos – Janete	23,14	Santarém	Não descreveu atividades
4	Sítio Boa Fé	47,5	Santarém	Agricultura
5	Fazenda São Pedro	175,76	Santarém	Agricultura
6	Sítio Palhal	24,43	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio Guaraná – Janete	57,23	Santarém	Agricultura
8	Sítio Pedra D'aguá	45,46	Santarém	Não descreveu atividades
9	Sítio da Silva – Janete	24,89	Santarém	Não descreveu atividades
10	Sítio João Paulo	23,11	Santarém	Agricultura
11	Sítio Piquiá	23,75	Santarém	Não descreveu atividades
12	Sítio Santa Monica – Janete	25,48	Santarém	Não descreveu atividades
13	Sítio Vista Alegre	142,94	Santarém	Agricultura
14	Sítio São Vicente	25,04	Santarém	Agricultura
15	Fazenda União	298,24	Belterra	Agricultura e pecuária
16	Sítio São Judas	85,36	Santarém	Agricultura
17	Sítio desejado	24,02	Mojuí dos Campos	Agricultura
TOTAL		1.291,43		
Média da área dos lotes		86,10		
Proprietário: Produtor 03				
1	Fazenda Arroz doce	52,21	Santarém	Não descreveu atividades
2	Sítio Arroz doce - Fernando	23,51	Santarém	Não descreveu atividades
3	Sítio Boa Fé	47,5	Santarém	Agricultura
4	Fazenda Pau Darco	329,18	Santarém	Agricultura
5	Fazenda Andaluz	189,64	Santarém	Agricultura

Continua

Proprietário: Produtor 03				
6	Sítio Honda	117,74	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio Igarapé Açú	37,57	Santarém	Agricultura
8	Sítio Bom Lugar	202,01	Santarém	Agricultura
9	Sítio Jacamim	25,83	Santarém	Agricultura
TOTAL		1.025,19		
Média da área dos lotes		128,15		
Proprietária: produtora 04				
1	Sítio São Joaquim – Neli	68,5	Santarém	Não descreveu atividades
2	Sítio Bom Sossego	48,38	Santarém	Agricultura
3	Sítio Laranja Da Terra	69,93	Santarém	Agricultura
4	Sítio Novo Horizonte	28,98	Santarém	Agricultura
5	Sítio Santa Maria	49,41	Santarém	Agricultura
6	Sítio Uchoa	47,5	Santarém	Agricultura
7	Sítio Santa Madalena	24,09	Mojuí dos Campos	Agricultura
TOTAL		336,79		
Média da área dos lotes		56,13		
Proprietário: produtor 05				
1	Sítio São João – Ivan	25,15	Santarém	Não descreveu atividades
2	Sítio Santa Lúcia	25,04	Santarém	Agricultura
3	Sítio Carneiro	24,29	Santarém	Agricultura, manejo Florestal, pecuária, aquicultura, turismo etc
TOTAL		101,9		
Média da área dos lotes		25,48		
Proprietário: produtor 06				
1	Fazenda Jm	254,09	Santarém	Agricultura
2	Fazenda Chapadão	394,5	Santarém	Agricultura

Continua

Proprietário: produtor 06				
TOTAL		648,6		
Média da área dos lotes		324,30		
Proprietário: Produtor 07				
1	Sítio Santa Rita	47,59	Santarém	Agricultura
2	Sítio Bom Jardim	47,51	Santarém	Agricultura
3	Sítio São Manoel	12,65	Santarém	Agricultura
4	Sítio São Tadeu	51,38	Santarém	Agricultura
5	Sítio Da Glória	24,9	Santarém	Agricultura
TOTAL		184,08		
Média da área dos lotes		36,82		
Proprietário: Produtor 08				
1	Sítio Cascavel	47,23	Santarém	Agricultura
2	Fazenda Boa Vista	38,17	Santarém	Agricultura
	Fazenda São Jorge	172,2	Santarém	Agricultura
4	Sítio Açai	62,87	Mojuí dos Campos	Agricultura
5	Sítio Arara Azul	47,73	Belterra	Agricultura
6	Sítio Escondido II	12,01	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio Escondido	28,66	Santarém	Agricultura
8	Sítio Filter Lote 172	25,83	Santarém	Agricultura
9	Sítio Eunicy Lote 47	10,98	Santarém	Agricultura
10	Sítio do Gordo Lote 198	60,3	Mojuí dos Campos	Agricultura e pecuária
11	Sítio Filter Lote 54	20,06	Santarém	Não descreveu atividades
12	Sítio Filter Lote 175A	7,92	Santarém	Agricultura
13	Sítio Filter Lote 37	33,19	Santarém	Agricultura
14	Sítio Filter Lote 35 e 36	124,71	Santarém	Agricultura

Continua

Proprietário: Produtor 08				
15	Sítio Filter Lote 50A	10,99	Santarém	Agricultura
16	Sítio Filter lotes 168 e 161	98,06	Santarém	Agricultura
17	Sítio Poço das Antas Lote 49	41,79	Santarém	Agricultura
18	Sítio Filter Lote da Piçarreira	39,64	Santarém	Agricultura
19	Sítio Filter Lote Poço Verde	102,06	Santarém	Agricultura
20	Sítio Filter 523, 524 e 528	54,54	Mojuí dos Campos	Agropecuária
21	Sítio Santa Cruz I Lote 170	30,3	Santarém	Agricultura
22	Sítio Santa Cruz II Lote 171	47,3	Mojuí dos Campos	Agricultura
23	Sítio Santo Antônio Lote 504	40,47	Mojuí dos Campos	Agricultura
24	Sítio São Bernardo Lote 219	19,75	Mojuí dos Campos	Não descreveu atividades
25	Sítio Rencanto Paulista	15,05	Santarém	Agricultura, pecuária e outros
26	Sítio Terra Promentida Lote 48	9,83	Santarém	Agricultura
27	Sítio São Cristovam Lote 2A	13,67	Santarém	Agricultura
28	Sítio São Geraldo	19,68	Santarém	Agricultura e pecuária
29	Sítio São Manoel Lote 199	22,33	Mojuí dos Campos	Não descreveu atividades
30	Sítio Sousa Lote 201	77,54	Mojuí dos Campos	Agricultura e pecuária
TOTAL		1.335,01		
Média da área dos lotes		44,50		
Proprietário: Produtor 09				
1	Sítio Ponto Certo	25,48	Santarém	Não descreveu atividades
2	Fazenda Bom Sucesso	448,4	Santarém	Não descreveu atividades
3	Engenho Santa Rosa	89,31	Santarém	Agricultura e pecuária
TOTAL		563,19		
Média da área dos lotes		187,73		

Continua

Proprietário: Produtor 10				
1	Sítio Santo Antônio I	28,24	Mojuí dos Campos	Não descreveu atividades
2	Sítio Coqueiro	24,78	Mojuí dos Campos	Não descreveu atividades
3	Sítio Santo Antônio	51,56	Santarém	Não descreveu atividades
4	Sítio Barro Branco II	343	Santarém	Agricultura
TOTAL		447,58		
Média da área dos lotes		111,895		
Proprietário: Produtor 11				
1	Fazenda São José	196,73	Santarém - Ramal da Moça	Agricultura e pecuária
Total		196,73		
Média da área dos lotes		196,73		
Proprietário: Produtor 12				
1	Sítio São Francisco	196,28	Santarém - Ramal da Moça	Agricultura
Total		196,28		
Média da área dos lotes		196,28		
Proprietário: Produtor 13				
1	Sítio Santo Antônio	20,89	Santarém	Não descreveu atividades
2	Fazenda Boa Esperança	539,43	Santarém	Não descreveu atividades
3	Sítio Nova Aurora	87,6	Santarém	Não descreveu atividades
4	Associação Grão Forte	6	Santarém	Agricultura, transformação agrícolas ou pecuários, pecuária e turismo
5	Fazenda Maringá	622,14	Santarém	Não descreveu atividades
6	Sítio São Luiz	23,06	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio São Benedito	24,02	Santarém	Não descreveu atividades
8	Sítio São Raimundo	20,57	Santarém	Não descreveu atividades
9	Sítio Vasconcelos	24,77	Santarém	Não descreveu atividades
Total		1.368,48		

Continua

Média da área dos lotes		152,05		
Proprietária: Produtora 14				
1	Fazenda Campo Verde	49,6	Santarém	Agricultura
Total		49,6		
Média da área dos lotes		49,6		
Proprietário: Produtor 15				
1	Sítio Karen	24,13	Santarém	Agricultura
2	Fazenda Vitória	42,01	Santarém	Agricultura
3	Associação Grão Forte	6		Agricultura, transformação agrícolas ou pecuários, pecuária e turismo
Total		66,14		
Média da área dos lotes		33,07		
Proprietário: Produtor 16				
1	Sítio São Pedro II	20,05	Santarém	Não descreveu atividades
2	Fazenda Franco	13,98	Santarém	Agricultura
3	Sítio Guaranazinho	30,76	Santarém	Agricultura
4	Sítio Estreito	21,82	Santarém	Agricultura
5	Fazenda Moabe	31,52	Santarém	Agricultura e pecuária
6	Sítio São Pedro	82,92	Santarém	Não descreveu atividades
7	Sítio Santa Clara	29,04	Santarém	Agricultura
8	Santa Izabel	18,65	Mojuí dos Campos	Não descreveu atividades
9	Sítio Triangulo	25,04	Mojuí dos Campos	Agricultura
10	Sítio Valha-me-Deus	14,39	Santarém	Agricultura
Total		257,41		
Média da área dos lotes		25,74		
Proprietário: Produtor 17				
1	Fazenda Santa Maria	187,54	Santarém	Agricultura
Continua				

Proprietário: Produtor 17				
2	Fazenda Novo Império	541,23	Santarém	Agricultura
3	Fazenda Novo Império Paraíso	160,32	Santarém	Agricultura
4	Fazenda Novo Império Paraíso I	87,59	Santarém	Agricultura
5	Fazenda Paraíso	279,41	Santarém	Agricultura
6	Sítio Alegre - Lote 14	46,73	Santarém	Agricultura
7	Sítio Alegre - Lote 16	23,29	Santarém	Agricultura
Total		1.326,11		
Média da área dos lotes		189,44		
Proprietário: Produtor 18				
1	Sítio Ludwig	100,37	Santarém	Não descreveu atividades
2	Ramal do Novo Império	99,46	Santarém	Não descreveu atividades
Total		199,83		
Média da área dos lotes		99,915		
Proprietário: Produtor 19				
1	Sítio Schnorr	75,07	Santarém	Agricultura
Total		75,07		
Média da área dos lotes		75,07		
Proprietário: Produtor 20				
1	Fazenda Bafolandia	96,06	Mojuí dos Campos	Agricultura
Total		96,06		
Média da área dos lotes		96,06		
Proprietário: Produtor 21				
1	Sítio São Tadeu	51,38	Santarém	Agricultura
2	Sítio Bom Jardim	47,51	Santarém	Agricultura
3	Sítio São Manoel	12,65	Santarém	Agricultura

Continua

Proprietário: Produtor 21				
4	Sítio Santa Rita	47,59	Santarém	Agricultura
5	Sítio da Glória	24,90	Santarém	Agricultura
Total		184,03		
Média da área dos lotes		36,806		
Proprietário: Produtor 22				
1	Fazenda Sede Massao	323,19	Santarém	Não descreveu atividades
2	Fazenda Poço Verde	105,31	Santarém	Não descreveu atividades
3	Fazenda Piçarreira	33,57	Santarém	Não descreveu atividades
4	Fazenda São Jorge	259,07	Santarém	Não descreveu atividades
5	Fazenda São Joaquim	2659,42	Santarém	Agricultura e manejo florestal
Total		3.380,56		
Média da área dos lotes		676,112		
Proprietária: Produtora 23				
1	Lote 37	24,13	Mojuí dos Campos	Agricultura
2	Fazenda Boa Vista I	51,69	Mojuí dos Campos	Agricultura
3	Lote 38 e 40	102,14	Mojuí dos Campos	Agricultura
4	Fazenda Boa Sorte II	88,61	Mojuí dos Campos	Agricultura e pecuária
5	Sítio Boa Sorte	49,55	Santarém	Agricultura
6	Sítio Sebastião Lote 20	27,48	Santarém	Agricultura
Total		343,6	Santarém	Não descreveu atividades
Média da área dos lotes		57,27		
Proprietário: Produtor 24				
1	Sítio União	130,39	Santarém	Agricultura
2	Fazenda Planalto Joia	618,08	Santarém	Agricultura
Total		748,47		
Média da área dos lotes		374,24		
Continua				

Proprietário: Produtor 25				
1	Fazenda Bom Futuro	387,02	Santarém	Agricultura, pecuária e transformação de produtos agrícolas ou pecuários
Total		387,02		
Média da área dos lotes		387,02		
Proprietário: Produtor 26				
1	Sítio Pilão	24,05	Santarém	Não descreveu atividades
2	Sítio Santa Maria	45,56	Santarém	Não descreveu atividades
Total		69,61		
Média da área dos lotes		34,805		
Proprietário: Produtor 27				
1	Fazenda Campo Verde	181,57	Santarém	Agricultura
Total		181,57		
Média da área dos lotes		181,57		
Proprietário: Produtor 28				
1	Fazenda Curuatá	156,28	Mojuí dos Campos	Agricultura
2	Estância Samambaia	160,52	Santarém	Agricultura
3	Fazenda São José	24,21	Santarém	Agricultura
4	Colônia Guaraná	48,11	Santarém	Agricultura
5	Fazenda Ponteio Lote 08	800,14	Santarém	Agricultura
6	Lote 1 setor B	1252,55	Santarém	Não descreveu atividades
7	Retiro Santa Terezinha Lote 1	64,42	Santarém	Agricultura
8	Fazenda Sippert lote 19	46,13	Santarém	Agricultura
9	Sítio Boa Vista	52,85	Santarém	Agricultura, transformação de produtos agrícolas ou pecuários
10	Sítio Okubo	25,59	Santarém	Agricultura, transformação de produtos agrícolas ou pecuários
11	Sítio São Francisco Lote 77	154,19	Santarém	Agricultura

Continua

Proprietário: Produtor 28				
12	Sítio São Raimundo	25,35	Santarém	Agricultura
13	Sítio São José lote 21	22,97	Santarém	Agricultura
14	Sítio São Geraldo	61,56	Santarém	Agricultura
15	Sítio Okubo lote 31	99,91	Santarém	Agricultura, transformação de produtos agrícolas ou pecuários
Total		2.994,78		
Média da área dos lotes		199,652		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações extraídas do CAR (2020).

A partir do quadro 1, podemos observar a concentração fundiária em torno de atividades agrícolas associadas ao agronegócio, localizadas em regiões de planalto dos municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém. Pelos dados apresentados no quadro, inferimos que as atividades agrícolas relativas ao cultivo de grãos provocam a concentração de grandes áreas de terras sob a posse de poucos proprietários.

Analisando paralelamente às necessidades descritas por famílias camponesas as quais foram alcançadas em nosso trabalho de campo, esses grupos domésticos costumam ocupar áreas que variam entre 25 a 50 hectares de terras. Segundo os próprios relatos desses grupos, normalmente são suficientes para garantir a reprodução de seus modos de vida, em muitos casos, eles ainda cediam parte de seus lotes para que outras famílias também pudessem cultivar e garantir sua sobrevivência. Em movimento inverso, a reprodução de relações capitalistas consoante a lógica da produção de grãos está diretamente relacionada à concentração fundiária e uso exclusivo de áreas para exploração de apenas um núcleo familiar.

Em processos de incorporação de áreas pelas atividades de cultivo de grãos, consideramos, ainda, que a ampliação de modos de concentração fundiária é contínua, pois, conforme constatamos em nosso trabalho de campo, existe a prospecção constante de outros territórios os quais possam, sob o signo de compra ou arrendamento, ser incorporados às ações de reprodução de relações capitalistas de produção.

Por isso, advertimos que muitos lotes não possuem cadastro no sistema do CAR. Contudo, muitos desses lotes, atualmente, estão incorporados aos campos de cultivos de grãos sob a forma de contratos de arrendamentos. Diversas famílias proprietárias desses lotes, geralmente, não realizaram o cadastro ou o realizam quando há alguma política de incentivo que exija tal procedimento. Mas, pelo Quadro 1, analisamos dados referentes à apropriação de lotes por produtores de grãos que desenvolvem suas atividades produtivas, especialmente, nos territórios dos municípios destacados.

Todavia, consignamos que os dados apresentados no quadro 1 revelam apenas, parcialmente, condições fundiárias presentes no planalto santareno e dos demais municípios, visto que os dados apresentados consideram apenas

informações de lotes que foram devidamente cadastrados, relacionando-os a seus possíveis proprietários. Entretanto, muitos desses produtores possuem lotes cujas informações não constam na base de dados, bem como têm contrato de locação de dezenas de hectares de terras. Por exemplo, o produtor 1, segundo informações constantes em nosso quadro 1, possui 2.900,31 hectares de terra sob sua posse. Entretanto, ele afirmou produzir em mais de 3 mil hectares, sendo que aproximadamente 1000 hectares estão concentrados na região do Chapadão. E essa área é utilizada sob a forma de contrato de arrendamento.

Analisamos, também, baseados nos dados extraídos e no trabalho de campo, que os diversos sítios e fazendas registrados no CAR do estado do Pará eram supostamente lotes vinculados a grupos de produtores rurais familiares que, no movimento de expansão da produção de grãos por meio do sistema de compra e venda, foram incorporados a fazendas de atividades produtivas do agronegócio. Segundo análise construída por Leão (2017), processos de transformações fundiárias modificaram o mercado de terras na região, considerando especialmente que:

Os processos de concentração fundiária, a revitalização de um mercado de terras que praticamente inexistia anteriormente, devido ao baixo valor deste fator econômico elementar, são condicionantes de uma nova estrutura fundiária e reconfiguração regional, atingindo particularmente áreas rurais de Santarém, Belterra e Mojuí. E correlato a intensificação do mercado de terras, verificam-se com maior frequência os esquemas de grilagem; a desestruturação e até o desaparecimento de comunidades rurais são resultado da pressão dos grandes produtores de grãos sobre os colonos (agricultores familiares) locais, para a venda de suas áreas (LEÃO, 2017, p. 60).

Além de haver a pressão direta ou indireta sobre os produtores rurais autóctones para que vendessem seus lotes, inicialmente, no município de Santarém, esse movimento estendeu seus “tentáculos” com a intenção de elaborar processos de apropriação de lotes, localizados nos municípios de Mojuí do Campos e Belterra, em movimento natural e contínuo de apropriação de outras áreas favoráveis ao cultivo de grãos.

Segundo Leão (2017), os agentes desse movimento expansionista provocaram modificações na estrutura fundiária do território destacado, gerando o aquecimento do mercado de terras em movimento contínuo de apropriação de outras áreas que, em alguns casos, foi associado a um suposto desaparecimento de

comunidades rurais. Outro fator que favoreceu a constituição de grandes campos de cultivos de grãos foi o processo de incorporação de lotes sequenciais, seja pela compra deles ou por contratos de arrendamentos comuns até hoje nas comunidades ao longo da rodovia Santarém Curuá-Una.

Analisando essas questões reconhecidas durante o trabalho de campo, consideramos que as comunidades não desapareceram efetivamente. Todavia, as mudanças exprimem processos de retração demográfica e de construção de novos arranjos sociais. Nessa perspectiva, tomamos como exemplo as comunidades de Ramal do Gato e Ramal da Moça, as quais vivenciaram essas transformações sociais. Paralelamente, destacamos fluxos migratórios para comunidades vizinhas, como Boa Esperança, que, entre os anos de 1995 e 2005, destacou-se como centro produtivo de farinha de tapioca, movimento que atraiu produtores rurais que se inseriram na cadeia produtiva de farinha de tapioca (SANTOS, 2020).

Na comunidade do Ramal do Gato, há um pequeno grupo de irmãos que lá residem, constituindo a família Koch, cultivando grãos naquele território. Entretanto, outros trabalhadores rurais autóctones mantiveram suas atividades produtivas nessa comunidade apesar de transferirem residência para outras comunidades devido à oferta de serviços de saúde, de educação e de transporte oferecidos em locais rurais com maior densidade demográfica. O mesmo cenário pudemos observar em comunidade como Ramal da Moça e Riacho Verde.

Analisamos informações relativas a matrículas efetivadas na escola municipal em Boa Esperança, comunidade para qual dezenas de famílias migraram de outras comunidades das redondezas em vista de garantir aos filhos acesso a uma educação considerada de qualidade (Tabela 6) e, por ser centro comunitário em que há a possibilidade de inserção em alguma atividade produtiva associada, especialmente, à produção da farinha de tapioca. Essas informações podem representar rearranjos sociais construídos em territórios de influência da PA-370.

Tabela 6 - Matrículas na escola municipal Francisco Pereira Chaves, em Boa Esperança, 2020.

ANO LETIVO	COMUNIDADE DE ORIGEM	NÚMERO DE ALUNOS	%
2014	Boa Esperança	371	73,76%
	Ramal da Moça	3	0,60%
	Volta Grande	36	7,16%
	Paxiúba	17	3,38%
	Igarapé Vermelho	1	0,20%

ANO LETIVO	COMUNIDADE DE ORIGEM	NÚMERO DE ALUNOS	%
	Boa Sorte	6	1,19%
	Ramal do Gato	20	3,98%
	Água Branca	3	0,60%
	Santa Rosa	6	1,19%
	Secretaria	12	2,39%
	Novo Império	4	0,80%
	Ramal do Tracoá	8	1,59%
	Curupira	16	3,18%
	Total	503	100,00%
	Boa Esperança	373	66,25%
	Ramal da Moça	3	0,53%
	Volta Grande	43	7,64%
	Paxiúba	17	3,02%
	igarapé Vermelho	1	0,18%
	Boa Sorte	10	1,78%
2015	Ramal do Gato	19	3,37%
	Água Branca	9	1,60%
	Santa Rosa	12	2,13%
	Secretaria	32	5,68%
	Novo Império	8	1,42%
	Ramal do Tracoá	8	1,42%
	Curupira	24	4,26%
	Planalto Fé em Deus	4	0,71%
	Total	563	100,00%
	Boa Esperança	369	64,85%
	Ramal da Moça	18	3,16%
	Volta Grande	34	5,98%
	Paxiúba	17	2,99%
2016	igarapé Vermelho	5	0,88%
	Boa Sorte	11	1,93%
	Ramal do Gato	21	3,69%
	Água Branca	7	1,23%
	Santa Rosa	25	4,39%
	Secretaria	24	4,22%
Continua			
ANO LETIVO	COMUNIDADE DE ORIGEM	NÚMERO DE ALUNOS	%
2016	Novo Império	5	0,88%
	Ramal do Tracoá	8	1,41%
	Curupira	17	2,99%
	Planalto Fé em Deus	1	0,18%

	Ramal das Pedreiras	1	0,18%
	Ramal Boa Vista	1	0,18%
	Guaraná	2	0,35%
	Pinha- Úna	2	0,35%
	Lagoa	1	0,18%
	Total	569	100,00%
2017	Boa Esperança	367	62,10%
	Ramal da Moça	15	2,54%
	Volta Grande	36	6,09%
	Paxiúba	18	3,05%
	igarapé Vermelho	10	1,69%
	Boa Sorte	14	2,37%
	Ramal do Gato	15	2,54%
	Água Branca	4	0,68%
	Santa Rosa	35	5,92%
	Secretaria	25	4,23%
	Novo Império	3	0,51%
	Ramal do Tracoá	9	1,52%
	Curupira	23	3,89%
	Planalto Fé em Deus	2	0,34%
	Ramal das Pedreiras	1	0,17%
	Ramal Boa Vista	1	0,17%
	Guaraná	3	0,51%
	Pinha- Úna	2	0,34%
	Lagoa	3	0,51%
	Açaizal	1	0,17%
Santa Maria	2	0,34%	
Ramal do Pilão	2	0,34%	
	Total	591	100,00%
2018	Boa Esperança	375	60,68%
	Ramal da Moça	10	1,62%
	Volta Grande	40	6,47%
	Paxiúba	18	2,91%
	igarapé Vermelho	5	0,81%
	Boa Sorte	9	1,46%
	Ramal do Gato	19	3,07%
	Água Branca	2	0,32%
Continua			
ANO LETIVO	COMUNIDADE DE ORIGEM	NÚMERO DE ALUNOS	%
2018	Santa Rosa	45	7,28%
	Secretaria	29	4,69%
	Novo Império	4	0,65%

	Ramal do Tracoá	12	1,94%
	Curupira	33	5,34%
	Planalto Fé em Deus	6	0,97%
	Ramal das Pedreiras	0	0,00%
	Ramal Boa Vista	2	0,32%
	Guaraná	4	0,65%
	Pinha - Úna	0	0,00%
	Lagoa	3	0,49%
	Açaizal	0	0,00%
	Santa Maria	2	0,32%
	Ramal do Pilão	0	0,00%
	Total	618	100,00%
2019	Boa Esperança	392	64,26%
	Ramal da Moça	15	2,46%
	Volta Grande	40	6,56%
	Paxiúba	22	3,61%
	igarapé Vermelho	12	1,97%
	Boa Sorte	4	0,66%
	Ramal do Gato	13	2,13%
	Água Branca	2	0,33%
	Santa Rosa	42	6,89%
	Secretaria	28	4,59%
	Novo Império	2	0,33%
	Ramal do Tracoá	10	1,64%
	Curupira	14	2,30%
	Planalto Fé em Deus	7	1,15%
	Ramal das Pedreiras	0	0,00%
	Ramal Boa Vista	2	0,33%
	Guaraná	4	0,66%
	Pinha- Úna	0	0,00%
	Lagoa	1	0,16%
	Açaizal	0	0,00%
Santa Maria	0	0,00%	
Ramal do Pilão	0	0,00%	
	Total	610	100,00%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações fornecidas pela secretaria da escola (2020)

Analisando as informações da tabela 6, compreendemos que a comunidade de Boa Esperança ocupa posição de destaque na região de influência da PA-370. Ela pode ser considerada centro para o qual dezenas de famílias recorrem em vista de ter acesso a serviços relativos à educação e à saúde.

Avaliando, em particular, que muitas famílias migram para essas comunidades consideradas como dotadas de melhores estruturas, todavia mantêm relação com suas comunidades de origem, especialmente, quando possuem lotes nelas, nos quais, geralmente, desenvolvem suas atividades produtivas. Nesse cenário, podemos presumir a existência da característica de multilocalidade, visto que muitas famílias se fixaram em diversas comunidades do planalto santareno.

Em outros casos, as famílias possuidoras de lotes em outras comunidades acabam negociando-os ou arrendando-os a produtores de grãos. E, quando possível, inserem-se no mercado de prestação de serviços informais, seja em casas de famílias ou em processos de produção de farinha ou ainda ocupando postos de serviços que surgiram conjuntamente à expansão do comércio nessas comunidades rurais. E, aos filhos, quando possível, são elaboradas condições garantidoras de acesso à educação básica em comunidades como Boa Esperança, atualmente, oferecendo os serviços educacionais da educação infantil ao ensino médio, visto que poucas comunidades da zona rural oferecem todas as etapas do ensino básico.

Nesse contexto, em direção singular, na comunidade do Ramal da Moça, existe apenas um morador persistente em produzir frutas e hortaliças em parte de seu lote, enquanto outros moradores das comunidades migraram. Um caso especial que entrevistamos foi de uma família agricultora que migrou para a zona urbana de Santarém no início dos anos 2000, mas manteve a posse da terra na comunidade. Atualmente, filhos e genros, os quais são empregados ou autônomos em Santarém, frequentam a propriedade aos fins de semana e ainda cultivam frutas e mandioca, e eventualmente, produzem farinha amarela. Essas comunidades, por apresentarem baixa densidade demográfica, possivelmente, motivam pesquisadores a decretarem o pleno desaparecimento de grupos sociais associados a elas. Entretanto, analisamos que diversos produtores, de fato, migram de suas comunidades de origem para ter acesso a serviços públicos, especialmente, de educação dos filhos. Mas, muitos mantêm contato ou continuam a manter suas atividades produtivas nas comunidades onde possuem lotes, como ficou evidente nas comunidades de Ramal do Gato e Ramal da Moça.

No Quadro 2, a seguir, baseados em dados fornecidos pela secretaria Municipal de Saúde de Santarém, analisamos fluxos migratórios de algumas

comunidades do planalto santareno, levando em consideração um recorte temporal de dez anos. Analisando os dados do quadro, compreendemos, no decorrer desse espaço de tempo, haver decréscimos demográficos na constituição de comunidades destacadas, exceto a de Boa Esperança, reforçando a hipótese a qual construímos anteriormente de que essa unidade territorial é referência ao longo da rodovia Santarém Curuá-Una.

Ainda analisando as informações dos Quadros 1 e 2, inferimos duas questões importantes: a primeira é o reforço da ideia relativa a um movimento de migração entre as comunidades, especialmente, para garantir o acesso a serviços como educação; a segunda é o fato de que, mesmo após a migração, houve, em muitos casos, a manutenção de atividades produtivas em lotes localizados nas comunidades de origem, enquanto houve o estabelecimento da residência em outras comunidades que, para esses grupos, correspondeu, ao menos inicialmente, como o lugar de moradia.

A introdução de processos de motorização, seja por meio de fubicas, conforme analisamos anteriormente, ou ainda de motos, possibilitou a viabilidade de locomoção entre o lugar da moradia e o lugar do desenvolvimento de atividades produtivas que, geralmente, estão associadas ao cultivo de mandioca e à produção de farinha (SANTOS, 2020).

Entretanto, no decorrer de nosso trabalho de campo, analisamos que diversas famílias camponesas optaram pela manutenção de suas residências em seus lotes localizados em suas comunidades de origem. Para garantir o acesso a todos os níveis da educação básica, os filhos são incentivados a migrarem para outras comunidades ou, ainda, as crianças e adolescentes são cotidianamente transportados por transporte escolar de suas comunidades até as unidades educacionais que, normalmente, estão localizadas em comunidades com maior índice demográfico conforme podemos analisar no quadro 2.

As informações contidas no quadro 2 são organizadas de tal forma que possam apresentar cenários da formação e reprodução de comunidades rurais em região de influência da PA-370, considerando, especialmente, a demografia de comunidades rurais localizadas ao longo dessa rodovia. As informações catalogadas foram extraídas de relatórios organizados e sistematizados pela Secretaria Municipal de Saúde, para os quais, os trabalhos desenvolvidos pelos agentes comunitários de

saúde foram importantes, uma vez que eles realizam anualmente o mapeamento de todas as comunidades pertencentes ao município. Embora os objetivos desses trabalhos não sejam o mapeamento demográfico, eles contribuem para a construção de compreensões sobre a constituição e formação de comunidade rurais da região.

Quadro 2 - População em comunidades do distrito de rio Curuá-Una, 2009 e 2019.

DISTRITO DO RIO CURUÁ-UNA 2009/2010							DISTRITO DO RIO CURUÁ-UNA 2019/2020						
Nº	COMUNIDADE	REGIÃO	Nº de Famílias	Pop. por Sexo		Pop. Total	Nº	COMUNIDADE	REGIÃO	Nº de Famílias	Pop. por Sexo		Pop. Total
				Masc.	Fem.						Masc.	Fem.	
1	Boa Esperança	Rio Curuá-Una	257	498	472	970	1	Boa Esperança	Rio Curuá-Una	491	779	789	1568
2	Novo Império					0	2	Novo Império		28	43	32	75
3	Curupira					0	3	Curupira		20	25	25	50
4	Paxiúba		23	43	41	84	4	Paxiúba		34	53	49	102
5	Ramal da Boa Vista					0	5	Ramal da Boa Vista		13	21	12	33
6	Ramal do Gato		21	43	34	77	6	Ramal do Gato		3	6	6	12
7	Ramal da Moça		31	60	34	94	7	Ramal da Moça		17	25	19	44
8	Volta Grande		47	87	76	163	8	Volta Grande		75	132	108	240
TOTAL						1.388	TOTAL						2.124

Fonte: Organizado por Neves e Sousa. a partir de dados sistematizados pela secretaria municipal de saúde (2020).

Quando analisamos o cotidiano com foco no território e nas pessoas que o referenciam, associado à manutenção de atividades produtivas e a possíveis fluxos migratórios na própria região, compreendemos que eles foram transformados e, conseqüentemente, a estrutura social e fundiária também foi modificada. Entretanto, não podemos atestar o fim desses grupos sociais, porque, conforme surgem os desafios, eles constroem outros arranjos sociais, a exemplo da migração intra-regional ou mesmo da manutenção do lote na comunidade como unidade produtiva conforme analisamos anteriormente, mas deslocando a família para outras localidades onde possam ampliar o acesso a serviços públicos.

Embora certas comunidades apresentem características de abandono, haja vista estruturas como igrejas, escolas, campos de futebol se encontram em desuso, por nossa análise, tais transformações não atestam o fim absoluto. O território ainda se constitui como referência de identidade e espaço da produção de subsistência. É o caso especial da comunidade de Ramal do Gato, embora aparentemente esvaziada em relação a sua demografia, conforme podemos constatar nas informações do quadro 2, ela ainda se constitui para muitas famílias como o local onde foram construídas as identidades e suas relações com o próprio território

Anualmente, os antigos moradores organizam “o festival da mandioca” e contam com participação de descendentes e convidados, buscando, assim, manter vivos os laços comunitários, bem como modos de vida relacionados àquele território.

É fato que o movimento de expansão da produção de grãos no Baixo Amazonas está associado às estratégias construídas pelos agentes do agronegócio, projetando a consolidação de seus projetos políticos e econômicos. Embora haja consenso que os representantes desse movimento abriram facilmente os caminhos nessa imersão no bioma amazônico, nem sempre eles encontraram um cenário social favorável aos seus processos expansionistas.

Mas podemos inferir que eles encontraram diversas formas de resistência criadas diante de pressões mercantis. Entretanto, a constituição de alternativas de vida mobilizadas, especialmente, pelos e para descendentes de famílias camponesas, podem ser compreendidas como possibilidades para que outros lotes de terras sejam incorporados aos projetos reprodução de relações capitalistas de produção associada à produção de grãos no planalto santareno.

5 CONSTRUÇÕES INTERGERACIONAIS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS

Os processos de ocupação de frentes pioneiras são, geralmente, construídos por trabalhadores rurais em movimento pelo qual buscam elaborar alternativas ao modo de vida valorizado por esse grupo. No caso específico de frentes pioneiras na Amazônia, elas também foram constituídas, especialmente, por trabalhadores rurais que, consideradas pelas perspectivas do estudo de trajetórias familiares, reforçam a luta por um pedaço de terra, projetando a garantia da reprodução de condições relativamente autônomas de vida.

Essa perspectiva é importante por valorizar condições construídas por grupos de agricultores que, em processos de qualificação da posse da terra outrora garantida, estabelecem outras possibilidades de melhorias, segundo as quais eles consideram importantes possibilidades de encontrar outros lotes: mais férteis, maiores e, ainda, com boa localização, favorável ao acesso a possíveis serviços públicos de saúde, educação, transporte e, também, condições garantidoras da comercialização da produção agrícola.

Nessa perspectiva, a ocupação da região Amazônica como frente pioneira pode representar a ideia de um mosaico, considerando a constituição e origem de diversos grupos que migraram para essa região e, ainda, associando a eles os distintos projetos de vida criados a partir da fixação em algum lote de terra da região, especialmente, do planalto santareno. Dessa forma, os projetos de ocupação e permanência em áreas produtivas são distintos e a eles estão associados conjuntos de trajetórias de vidas construídas por famílias camponesas que optaram por reproduzir suas condições materiais de existência em território santareno (SOUZA, 2017).

Sendo assim, hipoteticamente, baseando-nos na ideia proposta, compreendemos que o campesinato presente no planalto santareno pode ser referenciado pelo paradigma de reprodução de suas vidas, valorizando diversos fluxos migratório. Embora, como reconhecemos, haja teorias das quais análises incidem sobre projetos praticados pelo campesinato cuja reprodução está associada especialmente à fixação na propriedade de terra (SARTRE et al., 2016). Em quaisquer dos casos, nenhum deles representa absolutizações, há sempre que se considerar contextos e alternativas decorrentes da expansão até de outros setores produtivos e, em muitos casos, representam alternativas de vida às próprias famílias

camponesas. Portanto, a constituição e a abertura de outros postos de trabalho assalariado precisam ser consideradas na composição e reprodução do modo de vida camponês, especialmente, associado a outras possibilidades de produção de condições de existência, mediante a inserção em outras atividades produtivas.

Conforme estudos que compõem análises as quais valorizam a compreensão tradicional de composição e reprodução do campesinato, o vínculo estável com a terra seria característica intrínseca a grupos de famílias camponesas. Autores afiliados a essa perspectiva analítica pressupõem que a garantia da posse da terra, além de possibilitar a reprodução e constituição camponesa, enseja nesses grupos o sentimento associado à ideia de proprietários e que a estabilidade em terra desvincularia essas famílias de processos de migração, segundo análises desses teóricos, ser essencial ao modo de vida valorizado por esses grupos domésticos. E, diante desse cenário, haveria um fortalecimento e valorização da estabilidade em algum lote de terra. A partir dessa perspectiva, Naiff et al. (2009) analisaram que:

A dimensão camponesa, segundo Felício (2006a), estaria estruturada ao redor de dois paradigmas, a saber: a) do capitalismo agrário que advoga que o único futuro possível ao campesinato está na metamorfose do camponês em um agricultor familiar, e b) da questão agrária é a forma privilegiada de criação e recriação da identidade camponesa. Em outras palavras, o camponês é aquele que luta pela terra e na falta de conflito agrário perde a razão de existência (NAIFF et al., 2009, p. 221).

Analisando as situações de migração camponesa para a região Amazônica, compreendemos que essa organização familiar é dinâmica e isso contraria a ideia fatalista de que a única saída aos camponeses estaria associada à construção de processos metamorfoseadores e transformadores em grupos de agricultores familiares, posição pela qual a identidade camponesa estaria enraizada tão somente por modos de acesso à terra. Embora esse movimento seja importante, o acesso à propriedade, por si só, não representa a constituição e reprodução do modo de vida camponês. O acesso à propriedade permite que as famílias camponesas invistam em alternativas de vida que até ressignificam suas próprias trajetórias. Tanto que são muitas as demonstrações de organização comunitária e associações referenciadas à demanda por ensino público e seus desdobramentos em que podem ser mediadas diversas outras estratégias de sobrevivência

dissociadas de atividades produtivas no campo, especialmente, da ideia de agricultor familiar.

Em consequência, ressaltamos que famílias camponesas constroem diversos itinerários de vida, necessariamente, sob a perspectiva familiar, mas, sobre esse aspecto, não somente para fixar os filhos na terra, embora essa ainda lhe seja um atributo importante. Alternativas tangenciam as trajetórias dessas famílias, como as possibilidades de inserção em outros setores produtivos, desvinculando de expectativas recorrentemente atribuídas a esses grupos domésticos. Lembramos, ainda, que o estudo da gestão familiar camponesa coloca sempre em questão a sucessão familiar, tanto selecionando os que se prepararam para partir, como até o lamento de não ter herdeiros, fato enfrentado, por vezes, com a adoção de um agregado.

Nessa perspectiva, compreendemos que ao menos dois movimentos se associam às trajetórias camponesas em Santarém. O primeiro movimento considera o acesso à propriedade, associado à qualificação de sua posse, ou seja, geralmente, avaliada pela fertilidade do solo, pela extensão e localização dos lotes, considerando, ainda, a possibilidade de acesso a serviços como educação, saúde e transporte. O segundo movimento estaria vinculado a processos de qualificação profissional, diante dos quais famílias camponesas constroem projetos sob a perspectiva de extensão da formação escolar de seus filhos, até mesmo para alcançar as mais adequadas condições de assalariamento, conforme seus próprios juízos.

Nessa perspectiva, o acesso à educação formal pelos descendentes corresponde ao início da realização de um projeto familiar, compreendidos como alternativas aos limites do modelo de vida camponês ou mesmo contraponto valorado pelas ambições individuais de melhoria da qualidade de vida, perspectiva a qual a educação formal favoreceria, confrontando-se às alegações que atribuem, ao trabalho agrícola, qualificações como forçado, pesado, que deve ser realizado sob chuva ou sol e, ainda, é carente de reconhecimento socioeconômico.

Seguindo esses pressupostos, consideramos que as trajetórias de vida de famílias camponesas dificilmente podem ser compreendidas homoganeamente. Por consequência, compreendemos que os processos de mobilidade, associados à qualificação da posse da terra ou qualificação profissional, são estratégias

construídas para garantir até mesmo a reprodução social do campesinato. Mas eles, também, podem representar dilemas vividos por esses grupos, em geral, caracterizados por disputas intrafamiliar entre a continuidade de seu modo de vida ou investir em alternativas pelas quais poderão garantir inserções em outras atividades produtivas.

Ainda por esta perspectiva, analisamos que o acesso à terra tem distintos significados, distinção associada aos projetos de vida criados pelos camponeses. Todavia, para esclarecer os múltiplos significados atribuídos ao acesso à propriedade e à mobilidade, é necessário compreender o que esses agentes exprimem acerca de seus itinerários de vida construídos socialmente por essas famílias (FIRMINO, 2013).

O conceito de itinerário é recorrente em análises elaboradas por autores associados à sociologia da experiência. Eles consideram a associação da criação de trajetórias de vida ao conjunto de experiências acumuladas pelos atores sociais que se mobilizam para construí-las. Nesse sentido, o itinerário de vida de famílias camponesas é constituído segundo oportunidades que surgiram em seus percursos. Essas oportunidades acrescentam significados às próprias trajetórias de vida, que, geralmente, referenciam as ações dos agentes sociais em determinadas situações e direções cujo fim nem sempre está definido ou está quase sempre em processo de definição ou mesmo de redefinição (SARTRE et al., 2016).

Pautados nessa perspectiva, analisamos as estratégias de reprodução do campesinato do planalto santareno, segundo os próprios itinerários construídos pelas famílias que reproduziram seus modos e meios de vida, possibilitados em cenários encontrados ou até mesmo criados em território santareno. Esses contextos possibilitaram a construção de projeções de alternativas de vida, seja conscientemente ou, por vezes, inconscientemente.

Portanto, esses itinerários são constituídos no decorrer do tempo e diante de condições socioeconômicas de cada momento histórico. Ao analisarmos narrativas de famílias marcadas por eventos ou transformações significantes em seus percursos de vida, compreendemos que seus projetos de vida não seguiram objetivamente etapas de materialização, mas foram sendo modificados ou mesmo redirecionados segundo possibilidades ou impossibilidades que surgiram no decorrer de suas histórias de vivências, inclusive, diversos núcleos familiares ficaram

surpresos pelos avanços alcançados em suas trajetórias, especialmente, quando analisam posições sociais alcançadas por seus filhos.

Os eventos ou transformações sociais podem ser considerados como elementos importantes na avaliação de condições de vida desses atores sociais, seja em transformações de condições de existência, seja na qualificação profissional sua ou de seus descendentes. Ou, ainda, destacamos o evento do matrimônio que, para diversos núcleos familiares camponeses, representou não apenas a constituição de outra unidade familiar, mas também um retrato de tomadas de decisões frente ao futuro do núcleo familiar em formação, especialmente, levando em consideração a construção de relativa autonomia frente às famílias de origem ou consanguíneas e, ainda, acrescentando as ambições relativas à constituição de patrimônios familiar.

Por isso, neste texto de tese, procuramos relacionar processos de mobilidades de famílias camponesas com estratégias de construção de movimentos representativos de reprodução nessa posição social e, ainda, analisar como essas estratégias, em jogo, contribuem para a reprodução social diferenciada de famílias camponesas fixadas no planalto santareno ou, ainda, como elas possibilitam a criação de alternativas de vida diante de escolhas feitas ou de impossibilidades de reprodução da própria vida camponesa.

Nessa perspectiva, a região do planalto santareno pode ser compreendida pela concepção de frente de expansão no Baixo Amazonas para onde diversas famílias camponesas foram motivadas, especialmente pelas dificuldades encontradas em suas regiões de origem, a migrar. E, nesse contexto territorial da Amazônia, também tiveram que lidar com possibilidades, mas também com dificuldades inerentes à região, especialmente, as relativas à ocupação de territórios que lhes assegurassem, além de condições de reprodução da vida, acesso a serviços públicos essenciais. Nesse cenário, inicialmente, a região de influência da rodovia Cuiabá foi destino procurado por diversos grupos domésticos migrantes, em conjunturas que, além da ocupação, houve ações de reorganização do território ao longo dessa estrada (MARGARIT, 2013; RAVACHE, 2013).

Esses processos de mobilidades, comumente, são mobilizados pelo vislumbramento de alternativas de melhorias de condições de reprodução da vida que caracteriza diversos grupos camponeses (WANDERLEY, 1998). Entretanto,

geralmente, os movimentos migratórios, quando vinculados à reprodução do modo de vida camponês, ocorrem, habitualmente, para territórios qualificados de frentes pioneiras ou de expansão onde, além de possibilidades de construção de alternativas de vida, também são enfrentadas dificuldades inerentes aos territórios em processo de ocupação (VELHO, 1976; WOORTMANN, 1990).

A mobilidade territorial para esses grupos familiares não representa garantias de sucesso, mas se constitui em possibilidades de criação de alternativas às suas próprias vidas pelas quais podem possuir um ou mais lotes de terra e, por meio dele, garantirem a produção de suas condições materiais de existência. Outras possibilidades podem ser construídas conforme ocorre a estabilização do núcleo familiar e à medida em que os filhos vão crescendo e necessitando de planejamento de seus futuros. Esse planejamento, em geral, refere-se à constituição familiar e parental em que muitos dos membros do núcleo e da rede parental participam e prioridades são estabelecidas.

Analisando a mobilidade de famílias camponesas em frentes de expansão, Sartre et al. (2016) compreenderam que “a mobilidade é tão generalizada no campesinato de frente pioneira, podendo ser aceita a existência de um ‘paradigma da mobilidade’” (ARNAULD DE SARTRE et al., 2016). Por consequência, os autores dessa perspectiva analítica valorizaram processos migratórios de famílias camponesas diretamente associados às frentes pioneiras. Nesse cenário, possivelmente, as dificuldades encontradas na região, até então pouco explorada, motivaram diversos movimentos migratórios intra-regional, considerando que melhores condições para reprodução do modo de vida poderiam ser encontradas em outros territórios da mesma região.

Outrossim, avaliamos que a mobilidade não pode ser compreendida como um movimento supostamente natural e corriqueiro para as famílias camponesas. Embora ela seja importante, não é lei irretorquível. A mobilidade, para esses grupos sociais, é elaborada segundo lógicas criadas pelos próprios atores sociais em contextos em que o projeto de posse da terra só se materializa quando atende aos significados valorizados na projeção de itinerários de vida percorridos por essas famílias que, alcançada relativa autonomia, podem construir outros projetos relativos ao futuro do núcleo familiar. No horizonte, a posse da terra complementa-se pela

autonomia em processos produtivos que, possivelmente, norteiam possíveis trajetórias constituídas pelas famílias camponesas.

Esse possível ponto comum na projeção de itinerários tem sido construído em momentos históricos específicos ou em situações sociais diversas. O acesso à terra produz expectativas de materialização de projetos familiares previamente elaborados ou, ainda, esses planos são elaborados após a estabilização na terra, seguida do crescimento dos filhos conforme mencionamos anteriormente. Nessa perspectiva, compreendemos a existência de convergências entre a garantia da posse da terra e processos de redefinição de trajetórias de vidas de famílias camponesas pelos quais eles passam a considerar alternativas de vidas, possivelmente, propulsoras de rearranjos sociais, possibilitando que descendentes de famílias camponesas possam ocupar outras posições sociais.

Consoante a essa hermenêutica, analisamos a seguir como o acesso a lotes de terra foi importante e possibilitou a redefinição de estratégias construídas por famílias camponesas, especialmente, relativas ao futuro da unidade familiar e em relação à criação de alternativas relativas ao futuro de seus filhos. Nem sempre essas construções estabelecem metas ousadas demais, em diversos casos, os filhos são incentivados a realizarem percursos plausivelmente realizáveis, enquanto outros caminhos são vistos como impossíveis, considerando, especialmente, as condições materiais do núcleo familiar.

5.1 O acesso à terra no planalto santareno: construção de itinerários de vidas

Existem caminhos supostamente comuns às famílias camponesas os quais estariam associados a estratégias garantidoras de acesso a um pedaço de terra. Após a concretização e estabilização na posse da terra, em que são garantidas condições para o desenvolvimento de algumas atividades produtivas, outros processos de redefinição de projetos de constituição e reprodução da unidade familiar geralmente são incorporados conforme valorização de outras oportunidades de produção de condições de vida que passam a ser valorizadas por essas famílias.

Consoante a essa perspectiva, consideramos que a posse da terra, além de propiciar a construção da relativa autonomia do núcleo familiar, especialmente, no desempenho de atividades produtivas garantidoras da sobrevivência dos

membros da família, também possibilita que outras ambições sejam mobilizadas e até mesmo perseguidas, a exemplo da qualificação da posse da terra em que aspectos como fertilidade do solo, localização do lote e a possibilidade de acesso a serviços públicos, como saúde e educação, são considerados importantes.

No entanto, consideramos que outros fatores precisam ser considerados em ações de mobilidade no contexto de famílias camponesas. Embora diversos movimentos sejam mobilizados por lógicas familiares em que eventos importantes no núcleo familiar, como o matrimônio, conforme analisamos anteriormente, são mobilizadores de movimentos migratórios, outras questões precisam ser apontadas nesse contexto, a exemplo do limitado ou impossibilitado acesso à terra, legislações ambientais impeditivas de desenvolvimento de atividades produtivas ou ainda de rearranjos sociais, especialmente, na cadeia de produção. Esses fatores, possivelmente, dificultam processos de reprodução de famílias camponesas em diversas regiões do Brasil. Nesse cenário, a migração para Amazônia projetaria a ampliada crença no acesso ao solo fértil para exercer as atividades agrícolas, garantidoras da sobrevivência e, especialmente, da continuidade da projeção de alternativas mais facilitadoras para a reprodução do grupo doméstico e a possibilidade de ampliação do horizonte em relação ao próprio futuro da família.

Autores como Woortman (1990), Scott (1995) e Menezes (1985) analisaram casos de migração camponesa em que os processos estiveram prementemente associados à inviabilidade de produção de condições de sobrevivência. A própria mobilidade seria estratégica na recriação de condições de vida para esse campesinato, tanto que, mobilizada como estratégia, é capaz de garantir reprodução social dessas famílias. Por conseguinte, a migração estaria associada a possibilidades de permanência no campo para que nele pudessem reproduzir o modo de conceber o mundo valorizado por esses grupos, assim como garantiria a reprodução de condições necessárias para manutenção de suas próprias vidas.

Na análise da migração camponesa para o planalto santareno, podemos identificar diversos grupos de migrantes provindos de distintas regiões do Brasil. Mas ressaltamos a significativa presença de dois grupos cujas origens estão associadas às regiões Nordeste e Sul. Relacionado a eles está o processo de constituição e reprodução de condições de vida camponesa em lotes de terras

localizados no planalto de Santarém (SANTOS, 2020), podendo-se destacar, também, que essas famílias camponesas estão vinculadas à introdução e ao desenvolvimento de diversas atividades produtivas importantes para economia santarena.

Ressaltamos, também, que dados coletados no trabalho de campo revelam que os migrantes representantes desses grupos, de modo geral, são descendentes de famílias camponesas fixadas em suas respectivas regiões de origem e, diante de dificuldades encontradas em suas regiões, migraram para a região Amazônica. Em narrativas construídas por agricultores entrevistados durante o trabalho de campo, ressaltaram que, inicialmente, esses grupos provindos da região Sul se instalaram no município de Rurópolis e no atual município de Placas, considerando que esses territórios compõem uma área de expansão e de influência da BR-163 (MARGARIT, 2013; RAVACHE, 2013). Entretanto, diante de dificuldades encontradas naqueles municípios, foram novamente motivados a migrar. Pela avaliação do quadro de alternativas possíveis ou desejadas, eles consideraram possibilidades de estabilização no planalto santareno, território em que se encontravam outros tantos migrantes, inclusive parentes ou amigos dessas famílias camponesas alcançadas por nosso trabalho de campo.

Os movimentos de migração podem ser uma representação do próprio modelo de vida valorizado por famílias camponesas, ou seja, poderíamos presumir a existência de um “ethos camponês” associado à ideia de movimentos migratórios (BRANDÃO, 1995, 1995a, 1999; WOORTMANN, 1990a, 1997). Entretanto, analisando cenários de processos de migração de famílias camponesas fixadas no planalto santareno, podemos pressupor que fatores relativos às condições climáticas e socioeconômicas, além de estruturas fundiárias, precisam ser considerados no cenário de mobilidade regional, particularmente, quando se pressupõe suposta constituição hegemônica de identidade camponesa. Todavia, analisando contextos específicos de famílias camponesas, identificamos a existência de alguns condicionamentos sociais que exigiram desses grupos domésticos atitudes diante da própria vida, especialmente, relativos à necessidade da reprodução de suas condições de vida. Posicionados em outros territórios, através de fluxos de migração, esses grupos sociais, geralmente, insistem nas mesmas ambições de reprodução do seu universo social.

Nesta perspectiva, a seguir analisamos parte de diálogo com uma família de agricultor que migrou para o planalto santareno ano de 1981, integrando o trecho de entrevista registrada, o agricultor explica parte do seu percurso de vida:

Me casei no Sul, tivemos um filho, o Adilson o mais velho. Mas eu sempre tinha um sonho comigo, de não ficar lá. Naquilo que eu comecei a crescer, era tão dificultoso, hoje não. Você vê na internet, pesquisa naquela época. Como era de costume na região, no município todo, ninguém pegava e fazia uma viagem “ah vamos vender aquilo”. Hoje tem excursão, tem todo aquele negócio. Nós fomos criados assim. Mas dentro de mim, sempre murmurava “aqui não vou ficar”. Mas como não tinha saída, e eu era pequeno, namorei pra cá e pra lá até me casar. Me casei com 25 anos e chega uma hora que chega no ponto: “vai ser aqui”. Aí nós nos casamos, namoramos 5 anos eu e minha mulher. Sempre naquela dúvida porque era difícil as coisas. Até que a gente não tava mal. Pai me cedeu 10 hectares de terra, da terra dele, que já tinha um morador antigo, pra eu ir pagando com quilos de porco e com soja, por 5 anos. E eu sempre com aquele negócio que aqui não dá. E teve um ano que teve muita chuva, que estragou as roças todas e encheu as valas. As águas levaram as telas onde era terra boa. Poxa! Fiquei muito triste[...]. Não perdemos assim porque o milho era pequeno, mas estragou muita terra, Aí aconteceu essa coisa, nesse meio termo, quando eu era solteiro, eu trabalhava na serraria do Nelson, nas horas de folga lá de casa. Depois da colheita de soja, do milho. Lá é diferente como aqui, época de inverno então. No Pará, sempre tem serviço da roça, tem cultivo, tem colheita. Aí eu aproveitava e ganhava meu dinheiro na serraria e o Nelson achava bom, porque ele pechinchava. Fazia a noite hora extra, essas coisas tudo. E eu achava bom, ganhava um dinheiro fora. Fomos indo desse jeito. Foi aí que o Nelson foi embora porque a madeira acabou lá. Ele veio pra cá, e queria demais que eu viesse junto. Mas naquela época, era solteiro, acho que eu tinha na faixa de uns 18 anos por aí. E eu disse não, não vou. Eu querendo ir, mas o pai e a mãe dizendo não. Se tu for, acaba tudo aqui em casa. Porque lá em casa eu que comandava praticamente tudo. Eu era o mais velho, era acostumado. E acabei não vindo. O pessoal vinha vindo aqui, eles iam pra lá, dizendo que tem terra à vontade, a terra não custa nada, a terra é boa, era assim. E aqui ele foi crescendo. E eu sempre tive vontade de vir embora de lá. Até um ano, e nesse meio chamei o Chico, ele casou, foi morar junto com a mãe dele. O pai do Chico faleceu há muito tempo, mas isso não deu certo. Casamento, morar em casa que tinha muitos irmãos, irmãs na mesma família, logo não deu certo. Não deu briga, mas o Chico logo disse vou pro Pará. E fez a mala e veio. Voltou já, veio pra cá. Nessa, a gente falou que vamos visitar vocês. No próximo, outro ano, juntamos uns troquinhos, e veio eu, meu filho, e meu cunhado não quis vir. Viemos aqui, olhamos tudo, maravilha! Lógico que na época você não via roça. (Entrevista realizada com A.M, residente em Boa Esperança, 05 novembro de 2019).

O agricultor, em sua narrativa, assinala seu desejo de migrar de sua região. Esse movimento estava em seu horizonte, pois ele considerava possibilidades de mudanças de suas condições de vida. E esse desejo era motivado pelas dificuldades de acesso à terra em sua região de origem. A migração dessa família camponesa estava associada à necessidade de construir condições que viabilizassem a reprodução de modos e meios de vida, especialmente, porque se

viam diante de acentuadas dificuldades, a afirmação “aqui não vou ficar” radicaliza os limites encontrados em sua região. A família camponesa é do município de Alecrim, estado do Rio Grande do Sul, a estrutura fundiária e a possibilidade de desastres naturais eram condições que dificultavam a reprodução da trajetória de vida naquela região. Nesse cenário, os processos de migração constituem-se em estratégias criadas em outros locais para continuar a reprodução da vida camponesa. Eles são, assim, impulsionados a buscarem outras condições que viabilizem as estratégias de constituição do grupo familiar e da unidade produtiva.

No decorrer da vida, as pessoas geralmente dedicam-se a diversas escolhas e, inclusive, é relativamente comum ocorrerem mudanças de projetos inerentes às trajetórias em construção. No caso do agricultor, a opção do matrimônio, ou seja, o início da formação de sua família associado às dificuldades anteriormente apresentadas, sugerem impulso ao movimento de migração. Referenciando-se aos anos em que namorou, admite ter alcançado o momento de tomar a decisão, isto é, de oficializar a relação, mesmo que pairassem dúvidas relativas ao futuro da família em formação. Assumir a constituição do grupo familiar nas condições econômicas da região de origem parecia ser algo difícil, embora os pais paternos o tenham assegurado acesso a uma pequena propriedade.

Entretanto, a construção de sua própria família, supostamente, estimulou a expansão do próprio patrimônio, objetivando garantir condições para os descendentes vindouros. Afinal, a região Sul não apresentava condições favoráveis, e a possibilidade de migrar constituiu-se como horizonte ao grupo doméstico, inclusive, como alternativa de vida. O território do estado do Pará passou a fazer parte do horizonte dessa família, sendo motivado, inclusive, por parcerias feitas com conterrâneos que migraram para Santarém em momento anterior.

No caso de famílias camponesas, essas transformações na vida pessoal promovem processos de escolhas e decisões relativamente previstas em itinerários de vida desses grupos domésticos. Essas escolhas, comumente, são feitas a partir de decisões familiares ou segundo a construção de um destino coletivo para atender a necessidade de certos grupos sociais (SARTRE et al., 2016). Em consonância com a narrativa do agricultor, concluímos que a migração era parte do projeto familiar e foi viabilizada pela constituição do destino coletivo construído, apoiado em

parceiras estabelecidas na região. Afinal, conterrâneos, como o Nelson, haviam migrado anteriormente para região e podiam lhes oferecer apoios básicos e iniciais.

Nelson, de acordo com sua narrativa, exercia atividades de extração de madeira em Alecrim. Ao migrar para Santarém, continuou a desenvolver as mesmas atividades produtivas e, nos eventuais retornos à sua região de origem, insistia para que mais conterrâneos migrassem para a região Norte. Em seguida, um cunhado de Alceu migrou para Santarém. Nas idas ao Rio Grande do Sul, eles reafirmavam a positividade dessas migrações, promovendo a possibilidade do acesso à terra, posto que o acesso a lotes possibilitaria o desenvolvimento de condições de manutenção da própria vida.

Nesse cenário, o planalto Santareno pode ser compreendido segundo o conceito de localidade, o território em que grupos de migrantes criaram relações sociais e projetaram um destino social construído coletivamente. Entretanto, esse processo de criação de espaços coletivos de projeção pode ser caracterizado de acordo com as dificuldades inerentes às frentes de expansão. A seguir, o agricultor entrevistado narra as dificuldades iniciais encontradas na região em processo de elaboração de estratégias de construção de seu itinerário familiar. Sobre sua primeira visita à região, em 1981, o informante, avaliando a produção na região, construiu a seguinte narrativa:

Em 1981, não se via nada aqui. Chegava nos lugares e não vi nenhuma roça bonita, de mandioca, o que quer seja. Estivemos por 14 dias por aqui, e muitos dias por aqui a gente só andava. Nos dois últimos dias da gente ir embora, a gente tava sentado em cima de umas toras lá serraria do Nelson. Nisso, o Nelson veio da cidade no carro e parou, e disse: “e aí vocês vão vir ou não vão”. E eu disse: “Olha Nelson aqui na serraria a madeira é uma maravilha. Mas isso não é nosso. Nós não temos nem dinheiro pra começar a serraria. Nós não vimos nenhuma roça. Nós não vimos nada pra nós. Nós não sabemos, até então, o quê se plantar, e se dá. Ele ficou assim, entrou no carro e disse: “vou mostrar pra vocês”. Fomos lá no Zequinha. Eu sempre falo: tô aqui por causa do Zequinha. Fomos lá e vimos. O homem tinha uma plantação de tudo que você imaginasse. Mas se vocês trabalharem, vocês podem vir. Lá eu vi pé de laranja que tinha 20 anos, tava carregado de frutas[...]. Aconteceu que nós viemos. (Entrevista realizada com Alceu Maders, residente em Boa Esperança, 05 novembro de 2019).

A decisão da mobilidade da família camponesa é cercada de incertezas. No caso de nosso informante, a incerteza pairava sobre o que produzir na região. Após os primeiros dias no planalto santareno, não teria se deparado com uma roça qualificada como bonita. Entretanto, conhecer as melhores experiências de

atividades produtivas na região foi suficiente para deslanchar movimento inicial da mobilidade. Para tanto, Nelson levou o visitante para conhecer a experiência produtiva de Zequinha, na comunidade do Ramal da Moça, localizada em área de influência da PA-370.

Zequinha é filho de agricultor nordestino migrante. Seus pais haviam chegado a Santarém no início do século XX para trabalhar na companhia Henry Ford no processo de extração de látex. Devido à crise da borracha, retornaram ao Nordeste. Contudo, novamente migraram para região Amazônica após sucessivas crises ocasionadas pelas secas na região Nordeste ainda na década de 1950. No segundo momento de migração para região Amazônica, o grupo familiar camponês fixou morada na comunidade de Cipoal, às margens da rodovia BR-163, reproduzindo, no território, os modos e meios de vida camponesa.

Em 1968, Zequinha migrou para a área de influência da PA-370, apropriando-se de lotes de terra na comunidade do Ramal da Moça. Nesse período, ele já havia constituído família e precisava construir condições sociais e materiais para seu projeto familiar. Para isso, ele assegurou o acesso à terra e, ainda hoje, continua a reproduzir sua vida na mesma comunidade rural. Atualmente, ele é um dos poucos moradores que mantém residência na comunidade, continuando o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, agregando às suas atividades a produção de horticultura em seu lote, auxiliado por um dos seus filhos, hoje delegado da Polícia Civil em Santarém.

A intervenção e a assessoria dos conterrâneos as quais migraram anteriormente foram fatores importantes para que as famílias camponesas migrantes se sentissem mais seguras durante o processo de mobilidade, embora esse auxílio seja determinante para esses movimentos de locomobilidade. No entanto, para o nosso informante, além de determinante, os conterrâneos mediarão a aquisição do primeiro lote de terra, assegurando o acesso à propriedade para a família que chegaria à região.

De acordo com o agricultor, o primeiro lote adquirido na região demonstrava condições de improdutividade. Todavia, possuía as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades agrícolas e, mais significativamente, representava simbolicamente a possibilidade da construção de processos para a materialização do projeto familiar de migrar do Rio Grande do Sul

para o estado do Pará, com a esperança de produzir condições suficientes e garantidoras de sua reprodução social. Ainda sobre a primeira propriedade adquirida, o agricultor fez a seguinte narrativa:

Aqui, na verdade eu não tinha nada. Para não dizer que eu não tinha nada, eu tinha uns pés de laranja, uns antigos, pé de laranja comum. Não tinha mandioca, não tinha nada, Pimenta, não tinha nada. Eu comecei plantar tudo, aí comprei lá no Pilão outro terreno, também não tinha nada. (Entrevista realizada com Alceu Maders, residente em Boa Esperança, 05 novembro de 2019).

O agricultor, ao nos mostrar o primeiro lote que adquiriu na região, localizado no planalto santareno, relembrou os anos iniciais de atividades produtivas desempenhadas nele. Narrou que não havia nada além de antigos pés de laranja. Orgulhoso do resultado de décadas de trabalho, ele nos apresentou um lote tomado por árvores frutíferas, plantio de pimenta do reino, de urucum, de macaxeira e, ainda, uma pequena criação de porcos, dentre outras atividades produtivas e criações de animais domésticos. Após a aposentadoria dele e da esposa, houve pequena aventura em experiências iniciais de piscicultura, criando tilápias em recipientes reciclados da antiga casa de farinha, atualmente desativada.

Posteriormente, o informante narrou o processo de compra de dois outros lotes no ramal do Pilão, comunidade localizada às proximidades do distrito de Boa Esperança. Em nossos diálogos, ele afirmou que precisou comprar mais dois lotes, pois tinha trazido consigo um filho nascido na região de origem e outros dois que nasceram no estado do Pará. Destacamos, por esse caso, o quanto as famílias camponesas planejam a reprodução do seu modo de vida para os descendentes. Para isso, elas constroem estratégias para expandir o acesso à terra. A ação motivada foi assim explicada:

O sistema que fomos criados, é isso que fez eu vim para o Pará, porque meu pai não tinha terra para os filhos todos. E vamos num lugar que vamos ter terra para o filho. Fomos criados naquele sistema, achando que isso ia seguir assim. E como deu tudo diferente, eu acho que foi melhor assim. Mas eu teria na agricultura familiar, do jeito que fomos criados, tinha terra sobrando. Mas então aconteceu assim (Entrevista realizada com Alceu Maders, residente em Boa Esperança, 05 de novembro de 2019).

Podemos interpretar a saída da região Sul pelo significado atribuído por essa família camponesa à possibilidade de qualificar a posse da terra, nesse caso

específico, associado à extensão territorial. Os dez hectares recebidos dos pais paternos não foram suficientes para garantir a reprodução de seus descendentes. E, no Sul, nem todos os irmãos tiveram acesso à terra. Ao chegar ao Pará, a família construiu estratégias para adquirir quantidade suficiente de terra, garantindo meios para que os filhos, da mesma forma, pudessem reproduzir suas vidas. Entretanto, seguindo outros contextos alternativos, os filhos se mudaram para outras regiões e vieram a ocupar outras profissões, analisadas posteriormente. Relativo aos lotes de terra pertencentes à família, atualmente, a maior parte de suas terras está arrendada para produtores de grãos, apenas parte do primeiro lote ainda é utilizada para desenvolver as atividades e criações descritas anteriormente e é onde está localizada a moradia do casal.

Seguindo itinerário de vida semelhante e representando tantas outras famílias que reproduziram suas vidas no universo rural, outra agricultora, por nós entrevistada, migrou do estado do Ceará para Santarém no ano de 1958. Em sua narrativa, ela argumentou que a família migrou para essa região quando ela era criança. Chegando, foram estabelecer condições de vida em localidade denominada de Salvação, atualmente constitui-se em comunidade rural pertencente ao município de Mojuí dos Campos. Ao descrever o movimento de migração, dona Maria das Graças enfatizou: “Vimos do Ceará em 1958. No meu entendimento eu vim de lá com 3 anos. No meu entendimento vimos para um lugar chamado Salvação. Depois mudamos pra Colônia e depois aqui pra Santarém”. (Entrevista realizada com Maria das Graças, residente no bairro de Santo André, 10 dezembro de 2019).

A migração do estado do Ceará correspondeu à trajetória familiar dos pais para construir estratégias de reprodução da vida, vislumbrando acesso a lotes de terra em outras regiões, por exemplo, no município de Santarém. A informante, quando relembrou a vida de seus pais, é enfática ao afirmar que eles sempre sobreviveram do trabalho na agricultura e que a migração para essa região ocorreu em vista da continuidade desse modo de vida. Nesse contexto de memória da trajetória familiar, dona Maria afirmou:

Meu pai sempre trabalhou na agricultura, desde o Ceará já trabalhava. Trabalhava para os outros. Conseguiu um terreno em Brilhosa. A gente morou lá até casar todo mundo. Tem um irmão que mora aqui em Santarém, uma irmã que mora em Manaus, outro em Mojuí dos Campos. Aqui mora eu e minha irmã (Entrevista realizada com Maria das Graças, residente no bairro de Santo André, 10 dezembro de 2019).

Observamos que a família migrante construiu trajetórias de vida em Santarém, associadas, inicialmente, à produção de condições materiais de existência mediante a prestação de serviços a terceiros. O acesso à própria propriedade ocorreu em momento posterior, quando seu pai conseguiu um lote em Brilhosa, comunidade rural pertencente ao atual município de Mojuí dos Campos. A prestação de serviços a terceiros, imediatamente após a chegada à região, parece ser comum em cenários vividos por famílias camponesas. A família que anteriormente analisamos também prestava serviços a terceiros. Durante as noites, o senhor Alceu trabalhava na serraria para alavancar um rendimento extra. Portanto, diante de dificuldades encontradas na região, essas famílias são imediatamente inseridas em mercado de trabalho local, especialmente, participando em atividades produtivas a terceiros como forma de garantir as urgentes condições materiais de sobrevivência.

Segundo as narrativas de ambas as famílias, o evento do matrimônio impulsionou a mobilidade ou deslocamento para a região, considerando a necessidade de produzir condições materiais garantidoras de sobrevivência. Possivelmente, esse tema, na construção de percursos familiares, deva ser objeto de futuras pesquisas. No caso da família de Maria, ela salienta: “a gente morou lá, até casar todo mundo”. Após os eventos de casamentos de seus irmãos, todos foram migrando da zona rural, especialmente para Santarém, Manaus ou para a então sede do distrito de Mojuí dos Campos, quando ainda fazia parte do município de Santarém.

Maria, lembrando os processos de reprodução da vida no campo, descreveu o período em que a família conseguiu adquirir um lote de terra na comunidade de Brilhosa:

Antigamente era uma colônia com pouca gente quando ficamos lá. Todo mundo trabalhava e foi melhorando, melhorando. Foi todo mundo tendo suas roças, trabalhavam bastante. A gente casou, deu um tempo por lá. Eu passei 15 anos no Mojuí, os outros vieram logo pra cidade. Eu vim pra cá em 1980 e pouco (Entrevista realizada com Maria das Graças, residente no bairro de Santo André, 10 dezembro de 2019).

Ao analisarmos a narrativa da informante, podemos perceber que a comunidade Brilhosa fora um destino coletivo construído por migrantes que

chegavam à região, especialmente, do Nordeste brasileiro. O próprio território do atual município de Mojuí dos Campos é caracterizado pela intensidade de migrações nordestinas, quando visitamos a sede do município, percebemos características peculiares da tradição dessa região, a própria agenda da administração pública prevê anualmente a realização de um evento denominado “Festa da integração nordestina”.

Dona Maria, ressaltou, assim como outros entrevistados, que o casamento correspondeu a um evento impulsionador do movimento de saída da zona rural do estado do Ceará, bem como a mobilidade dela mesma e de seus irmãos após o matrimônio. Em relação às atividades desenvolvidas no campo, dona Maria ainda relatou que desenvolveu todas as atividades possíveis enquanto foi residente nas comunidades de Salvação e Brilhosa. A esse respeito, ela constrói a seguinte argumentação:

A gente trabalhava muito com saco de arroz, mandioca, farinhada. Antigamente tinha aquelas malvas, feijão, milho. Da agricultura, o que eu não fiz foi brocar, mas capinar com enxada, cortar arroz, ixi... eu era campeã em cortar arroz lá. Sei fazer farinha, trabalhava com tudo (Entrevista realizada com Maria das Graças, residente no bairro de Santo André, 10 dezembro de 2019).

As atividades agrícolas eram desenvolvidas artesanalmente. O esforço físico era determinante no processo produtivo, uma vez que a inserção de mecanização nos métodos de produção ocorreu tardiamente na região. Por isso, ao lembrar os esforços na produção agrícola, a interlocutora afirmou que, no campo, ela havia trabalhado na colheita do arroz, exercício em que se destacava. Entretanto, a despeito de todo o seu saber-fazer, não havia brocado⁷, posto que, em respeito às regras definidas nas relações de gênero, essa última atividade era comumente desenvolvida por homens devido aos riscos e ao esforço físico inerentes para desempenhar tais atividades.

Analisando esse cenário, compreendemos que dona Maria referencia grupos de mulheres participantes diretas de atividades produtivas e de processos de reprodução do modo e meios de vida camponesa. Durante o trabalho de campo, participamos de diversos relatos que ressaltavam a importância da participação de

⁷ Atividade de desmatamento de um território que utiliza foice, terçados e machados. Essa atividade exige muito esforço físico e, geralmente é executada por homens.

mulheres no plantio e na colheita. Essa participação mais efetiva em processos produtivos, geralmente, era desempenhada por filhas dessas famílias do campo, enquanto que, para a mãe, eram atribuídos os cuidados relativos às atividades domésticas, incluindo a produção de refeições àqueles que trabalhavam nos roçados. As atividades relativas à colheita de feijão e de arroz são recorrentes nas narrativas de produtores os quais fixaram residência no planalto santareno.

A reprodução da vida camponesa é constituída segundo projeções de diversas estratégias. Entre elas, salientamos a construção de recursos de formação escolar para ampliar alternativas de vida. Nesse cenário, destacamos também a mobilidade do campo para a cidade, incentivada pelas tentativas de inserção no mercado de trabalho assalariado. Essas não são as únicas motivações que intermediam esse movimento.

Quanto às reflexões sobre alternativas de inserção laborativa intergeracional, Neves (2014) procurou compreendê-las conforme as construções elaboradas entre mulheres em Santarém. Essas alternativas de vida contribuíram para a redefinição da organização e divisão social de trabalho, articulando e reinventando outras estratégias mediadoras dessas alternativas de vida em momentos em que passaram a serem consideradas importantes no universo camponês.

Em processos de construção de alternativas ao modo de vida camponesa, destacamos a inserção de filhas de camponeses no mercado de trabalho assalariado, especialmente, desempenhando atividades domésticas remuneradas, embora tenhamos consciência de que há inserção recente, no mercado, de circulação de mercadorias produzidas pela família ou mesmo a especialização como comerciante no Mercado 2000, na cidade de Santarém. Contudo, compreendemos que inserção no mercado de trabalho para desempenhar atividade doméstica esteve presente nesse movimento de migração e reconstrução de alternativas à vida no campo. A interlocutora, no relato a seguir, descreveu esse processo tão importante na composição de sua trajetória de vida:

É porque vim me embora pra cá, para Mojuí. Aqui em Mojuí, única agricultura que trabalhei assim, pra fora, foi apanhando pimenta. Tudo isso que enfrentei na vida foi pelos meus filhos. Aí eu não tinha outro trabalho. O pai delas trabalhava de madeireiro e, pra cuidar deles, fui trabalhar como doméstica. Trabalhei, trabalhei como doméstica e o tempo foi passando. O avô delas morreu. A avó delas veio morar comigo e as coisas foram

melhorando. Ela era aposentada e também me ajudou, porque o dinheiro dele não dava. Ele gostava de tomar uma e ficava tudo pra ele. Eu fiquei trabalhando, e não deu mais certo. Pensei comigo, cuido dos meus filhos com ele ou eu cuido, então sozinha vou dar conta deles. Eu peguei na escola, trouxe pra cá, pra Santarém, com roupa do corpo, nem roupa deles eu não trouxe. E depois veio. Vim pra cá, vim morar na casa da minha irmã. Ela me arrumou um emprego, mas era pra dormir. Como eu já tinha saído com meus filhos pra não ver sofrer, também deixar, abandonar na mão dos outros, aí não quis. Uma antiga patroa minha do Mojuí, que tava morando aqui, me encontrou e tudo melhorou. Comecei a trabalhar com ela, ela me adiantou dinheiro. Final de ano tinha que matricular os meninos. Eles foram minha saída. Eles perderam o ano letivo, aí fui tratar de pegar colégio pra eles. Eles começaram a estudar quando eu vim pra cá, eu vir morar ali na Floresta. Estudaram a maior parte ali na Maria Uchoa. Depois estudaram no José de Alencar (Entrevista realizada com Maria das Graças, residente no bairro de Santo André, 10 de dezembro de 2019).

Destacamos, também, que a mobilidade do campo à cidade por famílias camponesas ocorre segundo construções de alternativas de vida ao modo camponês de produção que se apresenta sob restrições no presente e se agrega por constrangimentos futuros. Algumas narrativas demonstram que o processo de produção da vida no campo não atende às necessidades do contexto familiar, mesmo considerando a aproximação geográfica entre campo e cidade. Nessa situação, a migração para a cidade pode possibilitar a inserção no mercado de trabalho assalariado. No caso da interlocutora mencionada, a mobilidade foi a alternativa criada para viabilizar o acesso à educação dos filhos, fundamental no movimento familiar, foi a garantia de acesso aos estudos, valorizado mesmo diante de dificuldades encontradas pela família em causa. Inicialmente, para garantir a educação aos filhos, Maria contou com ajuda de terceiros, mesmo que em termos de adiantamento salarial.

Ressaltamos que essas alternativas construídas para descendentes de famílias camponesas estão associadas ao crescimento de possibilidades de acesso ao mercado assalariado, principalmente em Santarém, diante da expansão do setor de comércio e do aumento da prestação de serviços. A mobilidade de nossa interlocutora corresponde a mais um caso de mulheres que aceitou a projeção das mesmas perspectivas de ultrapassar as condições camponesas e se constituir como trabalhadora assalariada.

Ainda analisando esse cenário de criação de itinerários de vidas familiares, considerando fluxos migratórios para o planalto santareno, evidenciamos interlocuções com um camponês em Boa Esperança que havia migrado para o local

em 1973. Em uma cena de construção de alternativas para reprodução da vida camponesa, migrar da região Nordeste para a Amazônia apresentava-se como possibilidade, seja para imediatamente construir a autonomia frente a processos de reprodução da vida ou para indeterminadamente servir como mão de obra. Nessa perspectiva, o interlocutor fez a seguinte narrativa:

Foi um processo até engraçado a vinda para cá. Meu pai não tinha esses planos, sempre falava em ir para o Sul, mas chegou um caminhão pau de arara, fretado por uma pessoa de Santarém, em busca de trabalhadores. Ele e mais umas 12 famílias embarcaram. Era um homem que tinha propriedades aqui e precisava de mão de obra, que aqui era escassa. E os nordestinos não punham muitas dificuldades, faziam todo tipo de trabalho. Ele precisava de gente para desmatar, para fazer campo de criação de gado, cultivo de pimenta do reino, que já estava inserido nesse momento. Assim foi até mais ou menos 1973, até os anos 80. Era o trabalho braçal para roçar os campos de criação de gado. Quando chegamos, viemos direto pra comunidade. Aqui tinha uma casa com cerca de seis famílias (Entrevista realizada com senhor Antônio Anselmo, residente em Boa Esperança, 30 de novembro de 2019).

A expectativa por mudanças permeia a vida camponesa. Nessa perspectiva, o interlocutor expressou que a migração para Santarém foi alternativa mediada por agentes que visitaram o município de origem, no caso, o município de Itapipoca no estado do Ceará. Seus pais vieram, inicialmente, para prestar serviços a terceiros. A família, quando recém-chegada, prestou serviços na formação de pastos, associados às atividades da agropecuária e para o cultivo da pimenta do reino.

O informante considerou em sua narrativa uma alegada carência de mão de obra na região. Portanto, a vinda de grupos de nordestinos migrantes estaria relacionada à constituição de mão de obra para atender demandas relativas às atividades produtivas introduzidas ou em processo de introdução na região, considerando, ainda, que, segundo própria narrativa do informante, “os nordestinos não punham muitas dificuldades, faziam todo tipo de trabalho”. Entretanto, a reprodução do modo de vida camponês continuou no horizonte dessas famílias e, mais tarde, ela foi remobilizada diante de eventos em que a posse da terra foi garantida, seguida de relativa autonomia sobre as atividades produtivas que vieram a desenvolver.

Sobre nossa interpretação, destacam-se as convergências interpretativas em relação às análises construídas por Sartre et al. (2016). De acordo com os

autores, as estratégias criadas para garantir a reprodução social, geralmente, implicam em movimentos migratórios que podem ser motivados por projetos familiares ou incentivados por terceiros, impulsionando, em muitos casos, fluxos migratórios associados a ideia de destino coletivo. Esses processos, aparentemente, são recorrentes no planalto santareno, visto que as próprias narrativas analisadas apontam para esse tipo de migração coletiva (SARTRE et al., 2016).

Nesse cenário de análise da construção de estratégias para garantir a reprodução de modos e meios de vida camponesa, ressaltamos que os deslocamentos no território, comumente, são acompanhados, inicialmente, por mudanças nos ofícios exercidos, modificações as quais ganham força na geração sucessiva. Conforme nossa interpretação, as alternativas são criadas para garantir a sobrevivência em cenários relativamente desconhecidos. Nas narrativas analisadas, podemos perceber que ofícios, como carpinteiros, pedreiros, trabalhos na pecuária e serrarias, foram alternativas elaboradas para garantir os primeiros anos de sobrevivência na região. O acesso à terra foi um movimento concomitante e complementar a essas condições de assalariamento.

Diante das dificuldades inerentes aos movimentos de migração e construção de alternativas de vida no planalto santareno, informantes enfatizaram as dificuldades, bem como os vínculos de dependência com algum agenciador ou pelo apoio advindo no processo de criação de alternativas familiares. Nessa perspectiva, o entrevistado fez, em sua narrativa, o discurso a seguir:

Ficou o vínculo porque nós tínhamos vindo de lá para cá e não foi de graça, a gente tinha que pagar e era uma conta grande porque as pessoas precisavam se alimentar, precisava de cuidados. Quando morava lá na casa, não tinha problemas, a comida era feita para todo mundo, mas era só um tipo de comida e a gente sentia essa dificuldade, cada um queria do seu jeito e meu pai arrumava, mas ele também tinha que trabalhar e ter dinheiro pra gente se alimentar. Depois, meu pai que tinha a profissão de carpinteiro, resolveu fazer outros bicos para manter a família. Porque aqui era só pra pagar as passagens de lá para cá (Entrevista realizada com senhor Antônio Anselmo, residente em Boa Esperança, 30 de novembro de 2019).

A viagem da região Nordeste para o planalto santareno implicaria, por vezes, em dívidas com algum agenciador, podendo ser representada por valores monetários ou simbólicos afiliados à ideia de gratidão. Quando a dívida era pecuniária, a família migrante prestava serviços ao agenciador para que pudesse honrar com as despesas associadas ao transporte. O pagamento das dívidas ocorria

por meio da venda da força de trabalho, por isso, a construção de autonomia de famílias camponesas ocorreria em um momento posterior.

De acordo com nossas análises, as famílias entrevistadas somente conseguiram desfazer esses laços de dependência quando tiveram acesso à terra na região e nela começaram a desenvolver suas atividades produtivas, outras famílias nunca conseguiram garantir a posse de lotes de terra e durante suas trajetórias de vida tiveram que contar com apoio de familiares ou de conhecidos que por determinado período cederam parte de suas terras, garantindo oportunidades para que alguns grupos domésticos pudessem desenvolver suas atividades produtivas.

A partir dessa perspectiva, compreendemos ainda que alguns fluxos migratórios constroem outros espaços de concentração de pessoas e mão de obra, geralmente em resposta à expansão de relações de mercado. Esses espaços, normalmente, possibilitam a ocupação de posições no mercado de trabalho assalariado. De forma que, nos anos iniciais após a migração, podemos presumir que os agenciadores, além de impulsionar movimentos migratórios, também construíram estratégias garantidoras de controle social de famílias recém-chegadas, especialmente, quando membros desses grupos domésticos ocuparam posições em atividades produtivas gerenciadas pelos agenciadores.

Seguindo esse pressuposto, em análises construídas por Pereira (2012), fundamentadas em Becker (1990,1999), compreende-se que “nos modos de vida” na cidade de Belterra correspondem a processos de ressocialização de famílias migrantes, tanto que, valores e comportamentos geralmente valorizados por modos de vida urbana, foram amplamente divulgados. Nesse sentido, a mudança de ofício de famílias camponesas pode ser compreendida como criação de alternativas de vida frente às dificuldades de acesso à propriedade de lotes de terra.

Todavia, compreendemos que o processo de ressocialização de famílias camponesas que migraram para o território santareno contou com o protagonismo das próprias famílias. Nessa perspectiva, o acesso à terra consistiu em fator importante para a construção de itinerários de vida dissociados de formas de controle social praticadas por agenciadores de movimentos de migração para região.

5.2 Itinerários de vidas: deslocamentos de famílias camponesas

O acesso à terra e o processo de requalificação de sua posse estabeleceram condições favoráveis para que famílias camponesas elaborassem outras estratégias propulsoras de construção de itinerários de vida pelos quais houve a valorização de processos de qualificação profissional de descendentes camponeses. Na compreensão da constituição do modo de vida camponês, especialmente, da elaboração de estratégias que possibilitaram a redefinição do projeto de vida para muitos filhos de famílias camponesas, destacamos a criação de narrativas para as quais a ascensão social, geralmente, é limitada para grupos sociais que produzem suas condições de existência desenvolvendo atividades produtivas no campo.

Entretanto, segundo informações aferidas no trabalho de campo, analisamos o rompimento de muitas famílias camponesas com essa perspectiva limitadora, inclusive muitas destas falas foram construídas por próprias famílias camponesas, baseadas análise do passado familiar ou ainda analisando o cenário econômico em que o grupo social esteve inserido. Diante de dificuldades encontradas esses núcleos familiares, não apenas se apropriaram desse discurso, mas, em diversas situações, passaram a acreditar nele.

Todavia, conforme o cenário social, surgiam outras possibilidades. Essa perspectiva limitadora passou a ser questionada e houve o investimento em alternativas de vida. No decorrer de nosso trabalho de campo, foram recorrentes narrativas demonstrando que vida no campo era desvalorizada, especialmente, quando fazia relação entre a produção material alcançada mediante as atividades produtivas desenvolvidas e as projeções relativas à reprodução social do núcleo familiar, considerando o planejamento de futuro dos descendentes. Associada a essas questões, famílias camponesas, geralmente, constroem estratégias para que os filhos possam estudar e, após a formação, possam criar espaços para si no mercado de trabalho assalariado, construindo trajetórias de vida em que as atividades produtivas são reconhecidas pelo recebimento de salários.

Nessa perspectiva, compreendemos que as famílias camponesas criam trajetórias para que os filhos, considerando possibilidades garantidoras do acesso à educação formal e seguindo os percursos dessa formação, projetariam uma “vida melhor” segundo suas próprias avaliações. Essas trajetórias não precisam ser

analisadas em pressuposição do final de processos, mas como orientações valorizadas por famílias camponesas em vista da construção do futuro de seus filhos e da reprodução social do grupo, pois o sucesso ou insucesso alcançado pelos filhos referente à própria constituição e reprodução familiar.

No entanto, para a criação de estratégias de qualificação profissional, é essencial que a localidade possibilite o acesso aos serviços relativos à educação formal. Por isso, compreendemos que processos de requalificação da posse da terra estão, de certo modo, associados a essas estratégias. Diante disso, o conceito de localidade vincula-se à construção teórica a qual a compreende como espaço, onde famílias camponesas elaboram ações de socialização e de elaboração de estratégias garantidoras da reprodução de suas vidas sociais e garantam aos seus descendentes alternativas de vida (ALBALADEJO; VEIGA, 2000).

A localidade é uma unidade territorial apropriada por famílias camponesas pela qual elas constroem destinos comuns e de maneira coletiva, embora, no interior desses destinos, estejam os projetos familiares individuais que impulsionam, sobretudo, o futuro pretendido com as projeções do núcleo familiar. Em nossa análise, compreendemos o planalto santarenense segundo a perspectiva de localidade, caracterizada como frente de expansão pela qual encontramos pessoas de origens, projetos e modos de vida distintos. Essas distinções correspondem às peculiaridades desse universo social. Elas permitem, ainda, a elaboração de análises seguindo perspectivas valorizadoras de construções sociais empreendidas pelos grupos constituintes do tecido social, podendo ser considerados, também, mediadores de suas decisões em que as próprias escolhas de vida são motivadoras de soluções em vista do posicionamento social.

A análise de processos de migração para o município de Santarém possibilita compreender as localidades construídas por agentes migrantes como estratégias garantidoras de acesso a serviços essenciais para essas famílias migrantes. A garantia de acesso a esses serviços públicos possibilitou o aprendizado dos filhos de outras habilidades e de outros saberes indispensáveis para a construção de seus próprios futuros, considerando, especialmente, a possibilidade de desenvolver o saber-fazer necessário para produzir suas condições de vida em contextos diferentes daqueles valorizados na reprodução da vida camponesa.

Nessa perspectiva, durante o trabalho de campo realizado na extensão da rodovia Santarém Curuá–Una, tomamos conhecimento da existência de dois movimentos criados por famílias camponesas e seus descendentes. O primeiro estaria relacionado à continuidade do movimento de migração, valorizando trajetórias construídas por famílias camponesas, destacando os itinerários elaborados pelos genitores. Esse movimento de migração, reconhecido no contexto atual, vislumbra a reprodução do modo de vida camponês em que diversos significados são mobilizados para justificar a continuidade de atividades produtivas camponesas, mesmo que seja necessário migrar para regiões mais distantes do planalto santareno onde outras dificuldades são encontradas.

O segundo movimento está associado à construção de projetos familiares pelos quais são valorizados mecanismos e estratégias garantidores de acesso aos serviços públicos de educação formal que foi possibilitado inserção da qualificação profissional dos descendentes no horizonte dessas famílias, conjuntamente a outras posições sociais que passaram a serem consideradas nos processos de criação de suas trajetórias, inclusive, contrapondo-se à perspectiva limitadora para a qual esses grupos domésticos teriam dificuldades de reproduzir suas vidas ocupando outras posições sociais.

Considerando esse cenário, em relação à constituição e à reprodução do campesinato no Baixo Amazonas, analisamos no quadro 3 dados que evidenciam processos de migração de diversas regiões do Brasil pelos quais podemos inferir que eles contribuíram para a constituição demográfica da região, possibilitando, também, a construção de outros arranjos sociais, especialmente, aqueles relativos à formação do campesinato santareno.

Entretanto, precisamos advertir que a composição demográfica do município de Santarém na qual podemos destacar migrações de diversas regiões do Brasil, inclusive de outros países, foi importante, sobretudo, na constituição de processos econômicos e na introdução de diversas atividades produtivas na região conforme pudemos analisar no primeiro capítulo e que foram importantes no modo de desenvolvimento socioeconômico do município.

A introdução de diversas atividades produtivas em Santarém e, também, no Baixo Amazonas, em muitos casos, foi mobilizada por migrantes oriundos de outros países ou de outras regiões, não necessariamente do Nordeste, embora a

migração nordestina tenha influenciado significativamente a expansão do comércio local e contribuído para a abertura de outros postos de trabalhos. O surgimento desses postos de trabalho, geralmente, foi possibilitado pela dinamização econômica local e a ela estiveram associadas às diversas atividades produtivas introduzidas ou, por vezes, remobilizadas no decorrer da história da região. Portanto, os dados do quadro 3 podem ser reveladores de cenários construídos na região, especialmente, daqueles mobilizadores de mão de obra para atender demandas de diversas atividades produtivas e, também, possibilitaram a dinamização da economia local, possibilitando que o município de Santarém ocupasse posição de destaque na região do Baixo Amazonas.

Quadro 3 - População residente, por sexo e lugar de nascimento, 2000 e 2010.

Município	Lugar de nascimento	Ano x Sexo			
		2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alenquer (PA)	Região Norte	20719	9681	26173	25012
	Região Nordeste	694	546	654	503
	Região Sudeste	31	-	35	21
	Região Sul	69	-	63	30
	Estrangeiro	10	-	11	-
Belterra (PA)	Região Norte	6790	6101	7643	7199
	Região Nordeste	839	627	629	500
	Região Sudeste	28	18	14	14
	Região Sul	57	34	133	67
	Estrangeiro	-	-	6	-
Itaituba (PA)	Região Norte	32348	32010	35126	34900
	Região Nordeste	13857	11898	11263	9905
	Região Sudeste	609	572	531	476
	Região Sul	819	780	1090	1075
	Estrangeiro	39	10	31	13
Juruti (PA)	Região Norte	16374	14733	24037	22229
	Região Nordeste	22	37	349	156
	Região Sudeste	-	-	36	10
	Região Sul	-	-	16	27
	Estrangeiro	11	11	12	12

Continua

Município	Lugar de nascimento	Ano x Sexo			
		2000		2010	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Oriximiná (PA)	Região Norte	23689	22804	30705	30248

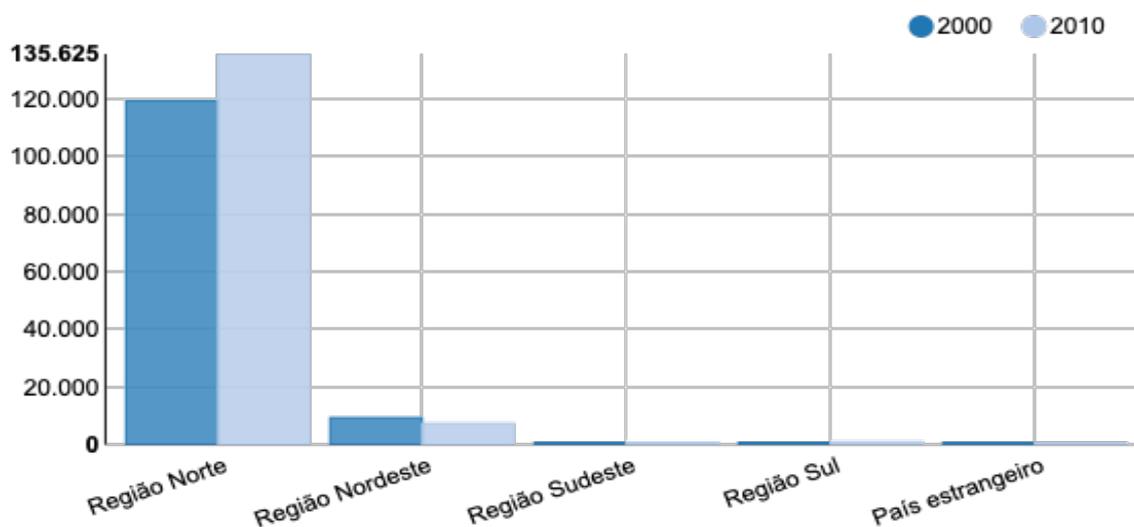
	Região Nordeste	649	592	683	473
	Região Sudeste	219	168	193	177
	Região Sul	38	53	18	37
	Estrangeiro	19	-	32	12
Rurópolis (PA)	Região Norte	7435	6651	14732	13975
	Região Nordeste	4235	3703	4371	3680
	Região Sudeste	506	364	461	437
	Região Sul	642	643	911	775
	Estrangeiro	-	-	-	-
Santarém (PA)	Região Norte	119287	122552	135625	140628
	Região Nordeste	9253	7975	7232	6522
	Região Sudeste	599	429	715	515
	Região Sul	673	506	864	542
	Estrangeiro	64	32	97	38

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Advertimos também que processos migratórios entre os municípios pertencentes à região do Baixo Amazonas são observados recorrentemente, inclusive, destacamos esse movimento no primeiro capítulo deste texto de tese em que houve diversos fluxos para o município de Santarém, mobilizados, especialmente, pela abertura de postos de trabalho nos quais atividades produtivas foram introduzidas ou remobilizadas em Santarém ou, ainda, em possibilidades de trabalho no comércio local que é expandido conforme ocorre a dinamização da economia do município e região.

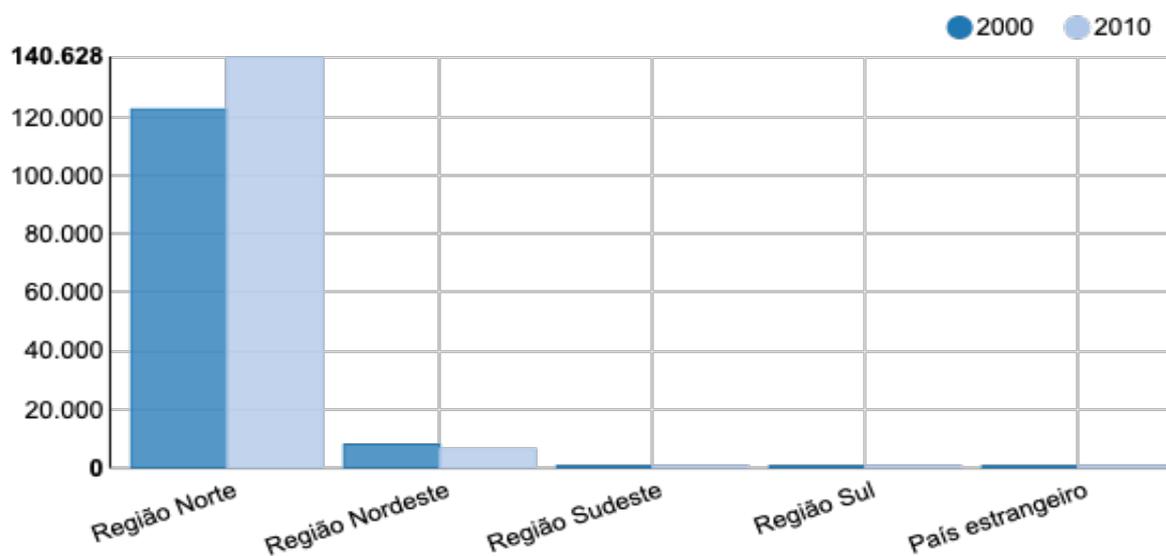
Esse contexto de migrações foi analisado pelas informações incorporadas nos gráficos 6 e 7 pelos quais apresentamos a composição demográfica do município de Santarém, considerando, especialmente, sua constituição segundo gênero e local de nascimento pelas informações apresentadas no gráfico, fortalecemos a tese de que Santarém continua sendo área de influência para municípios localizados no Baixo Amazonas e, também, é referência em fornecimento de serviços educacionais, especialmente, no nível superior.

Gráfico 6 - População de Santarém segundo o local de nascimento de homens, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo demográfico (2010)

Gráfico 7 - População de Santarém segundo o local de nascimento de mulheres, 2010.



Fonte: IBGE: Censo demográfico, 2010

Compreendemos que o município de Santarém se apresentou como alternativa a muitos migrantes, especialmente, para famílias camponesas de suas regiões de origem e quando se estabeleciam na região norte, comumente, em colônias. Esse conceito foi analisado por Neves (2014) que buscou, em seus estudos, compreender trajetórias de famílias camponesas presentes na região. Conforme a autora, esse termo foi recorrente nas entrevistas realizadas durante o

seu trabalho de campo. Nessa perspectiva, Neves (2014) construiu a seguinte interpretação:

A recorrência é denotativa do processo de apropriação de áreas de terra para adoção (em tese) do padrão sedentário de organização familiar e desenvolvimento da agricultura e criação de pequenos animais. O termo foi muito popularizado a partir de processos oficiais de colonização: tanto o que foi colocado em prática por programas de imigração de força de trabalho da Europa e Japão para a constituição do colonato do café e de unidades integrantes de camponeses parcelares. [...] O sentido mais comum atribuído ao termo pelos entrevistados corresponde a uma agregação residencial de produtores familiares, tecida por relações de parentesco, mas que geralmente se objetiva nas terras do planalto, isto é, relativamente distantes das margens dos grandes rios (NEVES, 2014, p.164).

As colônias, além de agregações residenciais, são espaços construídos coletivamente a partir da associação de trabalhadores rurais autóctones com os migrantes que chegam à região advindos de diversas regiões do Brasil e do exterior. A partir do trabalho de campo, realizado em comunidades, como: Jacamim, Boa Esperança, Ramais do Gato e da Moça, e Castanheira, analisamos esses espaços segundo a compreensão de projeção de destino coletivo. Nesses territórios, as relações sociais são constituídas, geralmente, a partir de relações de parentesco, de amizades ou conforme a origem comum.

Durante as atividades de trabalho de campo, procuramos compreender os vínculos construídos anteriormente, sejam a partir de origens comuns ou segundo relações de parentesco. Entendemos que esses laços impulsionaram processos de migração, uma vez que a criação de destino coletivo se representava como segurança aos migrantes. Em narrativas construídas pelos agricultores os quais participaram de nossa pesquisa foi recorrente a referência a parentes ou amigos que incentivaram a migração para a região, como é o caso da intervenção de Nelson incentivando a mobilidade do Sul para Santarém, fato recorrente nas narrativas de migrantes dessa região.

5.3 Qualificação profissional: construção de alternativas de vida

Como já evidenciado, as construções de alternativas ao modo de vida camponês são estratégias elaboradas e patrocinadas pelas próprias famílias no processo de planejamento do futuro para seus descendentes. Dentre as possibilidades criadas por grupos de camponeses, abarcados nessa pesquisa,

destacamos movimentos de migração dos filhos para outros espaços geográficos. Essa mobilidade, em geral, possibilita a inserção no mercado de trabalho assalariado. Compreendemos que esse movimento está associado ao momento em que grupos domésticos de famílias camponesas passaram por processos de reestruturação referente à unidade familiar.

Segundo Garcia Jr e Heredia (2009), ao analisar ciclos de vida de famílias camponesas posteriores à migração delas para assentamentos, afirmam que a constituição do grupo doméstico é importante na construção de laços, marcados pela “operação da solidariedade intradoméstica” (p. 230), essas relações socialmente constituídas, geram interdependência entre os membros do grupo e, também, estabelecem relações hierárquicas no próprio núcleo familiar marcadas pela figura paterna. Portanto, a escolha por permanecer na casa dos pais, mesmo após a suposta idade madura socialmente reconhecida, impõe aos filhos a aceitação da estrutura hierárquica, ilustrada pelo ditado popular “quem come do meu pirão, leva do meu cinturão”.

Nessa perspectiva, analisamos que a construção de alternativas de vida perpassa pelo movimento de migração, seja em busca de meios garantidores do imediato acesso ao mercado de trabalho assalariado ou por meio da qualificação profissional que, também, visa à inserção no mercado de trabalho. Entretanto, a saída dos filhos da casa dos pais pode representar, também, a construção de independência relativa à estrutura hierárquica organizadora do núcleo familiar, pois a autoridade do pai é exercida em quanto os filhos estiverem sob teto familiar.

Sob essa perspectiva, Neves (2014) analisou trajetórias de famílias camponesas em Santarém, destacando as construções elaboradas objetivando o acesso ao mercado de trabalho, especialmente, sobre alternativas de vida criadas por mulheres em processo de inserção no mercado de trabalho e, igualmente, de elaboração de condições que lhes favorecessem não somente independência financeira, mas também de estruturas hierarquizadas e, por vezes, limitadoras de suas opções de futuro conforme analisamos no caso da agricultora entrevistada em nosso trabalho de campo.

Para a construção de sua interpretação, Neves (2014) estabeleceu conexões com famílias de agricultores residentes no município de Santarém e, nos diversos encontros que teve com essas famílias durante seu trabalho de campo, ela

buscou analisar cenários de vida valorizados por esses grupos domésticos segundo suas próprias narrativas. Assim, em entrevista realizada em 2011 com um casal camponês, a pesquisadora valorizou a narrativa desses agentes que construíram sua trajetória de vida vislumbrando projetos os quais viabilizassem a qualificação de seus filhos, possibilitando futuras ocupações de posições no mercado de trabalho assalariado. A seguir, extraímos um trecho da entrevista em que o casal descreve os contextos de vida de seus filhos.

Eu tive quatro filhos e criei mais um. Tem cinco. Meus filhos estão... O mais velho mora em Santarém, o segundo mora em Porto Velho, a terceira mora em Tapajós, ela é professora, o mais novo morreu. Esse que foi para Porto Velho... é o segundo. Ele trabalha para lá, casou para lá e trabalha para lá. Ele foi para lá para arrumar trabalho. Ele já tinha uns vinte e dois anos. Ele é motorista, numa firma de construção de estrada. Tem uma em Tapajós que é professora. Tapajós fica na banda do ..., na beirada do rio Amazonas. É perto de Santarém. O filho de criação está em Manaus. Ele trabalha em firma assim de armazém. Depois que ele foi, nunca mais veio. Depois que ele foi embora, nunca mais veio. Eu também nunca fui lá. Então faz muito tempo que eu não vejo os meus filhos. Mais de dez anos, mais ou menos. O que está em Porto velho vai fazer quatorze anos que não vejo ele (NEVES, 2014, p. 81).

De acordo com a interpretação construída por Neves (2014), o casal de agricultores elaborou suas trajetórias de vida associadas às atividades agrícolas. Todavia, devido à carência de estrutura de serviços educacionais para os filhos no campo, eles migraram em busca de condições que favorecessem a qualificação de seus descendentes. Conforme a narrativa do casal, os filhos traçaram suas próprias trajetórias de vida, migrando, após a qualificação profissional, para outras regiões ou ocupando posições de trabalho assalariado no próprio município de Santarém, a exemplo da filha, que é professora da rede municipal de ensino na região localizada às margens do rio Tapajós. Mas, após a construção de estratégias necessárias que possibilitassem a qualificação profissional e a ocupação de postos de trabalho pelos filhos, o casal entrevistado planejava o regresso ao campo, mediante a aquisição de lotes de terra em projeto de assentamento do município de Santarém (NEVES, 2014).

No decorrer de nosso trabalho de campo, analisamos cenários semelhantes. Identificamos, dentre as famílias alcançadas por nossa pesquisa, a construção de percursos de vida que vislumbravam a possibilidade da formação educacional de seus filhos. A narrativa realizada pela família Maders representou

essas construções as quais são permeadas pelas expectativas da qualificação profissional dos seus descendentes. Consequentemente, compreendemos que esses grupos domésticos projetam a inserção dos filhos no mercado de trabalho assalariado, sobretudo, em posições que viabilizem condições materiais de vida consideradas melhores quando comparadas com as suas próprias condições.

Nessa narrativa, a família descreve que migrou da região Sul para Santarém vislumbrando ter acesso a terras, uma vez que possuíam apenas 10 hectares no município de Alecrim, recebidos da família paterna. Associados à migração para região, esteve a construção de condições que garantissem a reprodução da vida, podendo assegurar aos filhos, que são três, dois nascidos no Rio Grande do Sul e um no Pará, essa reprodução da vida através do acesso a terras.

Constatamos, então, que a mobilidade da família da região Sul para Santarém foi impulsionada pela possibilidade de adquirir terras para trabalhar e, ainda, assegurar as mesmas condições aos descendentes. Em contextos semelhantes encontrados em nosso trabalho de campo, podemos verificar que famílias camponesas, geralmente, costumam construir trajetórias em que condições sejam asseguradas para que os filhos possam reproduzir o mesmo modelo de vida valorizado por essas famílias.

Para diversas famílias, a migração à região de Santarém, inicialmente mobilizava pela construção de garantias da reprodução da vida camponesa por meio do acesso a terras cultiváveis. Todavia, após esse acesso, seguida da possibilidade da introdução dos filhos em serviços públicos de qualificação, diversas famílias redesenharam suas trajetórias de vida, possibilitando a continuidade dos estudos para eles e depositando neles a esperança de que outras alternativas de vida fossem viabilizadas.

No caso específico da família Maders, os três filhos da família concluíram até a antiga sétima série na escola municipal do distrito de Boa Esperança, período em que as atividades do dia eram divididas entre as aulas escolares e os trabalhos na agricultura. A participação dos filhos nas atividades do dia a dia é recorrente no contexto de famílias camponesas (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). O envolvimento dos filhos nas atividades diárias do campo representa a construção da solidariedade

intrafamiliar e o trabalho desenvolvido por eles não é considerado trabalho, mas ajuda.

Para essa família, a conclusão da sétima série na escola da comunidade não representou o fim da qualificação profissional dos filhos. Em movimento reverso, esse percurso abriu possibilidades para que a continuidade dos estudos fosse valorizada ainda mais pelo núcleo familiar. A unidade educacional da comunidade, durante a década de 1990, não oferecia o antigo primeiro grau completo. Diante disso, os pais precisavam enviar os filhos para a sede do município de Santarém, visando, inicialmente, a conclusão do ensino básico. Para tanto, a família alugou uma casa na zona urbana do município para que os filhos pudessem se hospedar durante a semana, garantindo a continuidade do processo formativo. Aos fins de semana e durante as férias, eles retornavam para casa de seus pais para ajudar nos trabalhos da unidade produtiva.

O envolvimento dos filhos nas atividades laborais da unidade produtiva é característico no cenário de famílias camponesas. Esse trabalho realizado pelos filhos pode ser interpretado em consonância com processos de construção de relações sociais entre os membros do grupo doméstico. As atividades desempenhadas constituem-se em ações de apropriação de papéis sociais a serem desempenhados na unidade doméstica.

Interpretamos que a transferência dos filhos à cidade de Santarém construiu um espaço favorável ao processo de amadurecimento e à criação de relativa autonomia frente à própria estrutura hierárquica da família, uma vez que o distanciamento da unidade familiar transferiu aos filhos a responsabilidade sobre a construção de suas trajetórias, especialmente, no meio de qualificação profissional. O esforço dos pais para sustentar o projeto de qualificação dos filhos estava associado à dedicação e valorização do processo de formação. De acordo com a narrativa, o retorno periódico à casa dos pais era também o momento da avaliação do empenho nos estudos e, caso não houvesse dedicação, o caminho seria o retorno à unidade familiar.

Nesse contexto, Brandão (1999) constrói uma interpretação sobre a cultura camponesa e sobre a educação no mundo rural. O autor analisou que o processo de socialização em famílias camponesas ocorre, fundamentalmente, no desempenho de atividades laborais. O trabalho faz parte do universo camponês

desde a infância até a velhice, considerando que a unidade produtiva depende diretamente da mão de obra familiar. Nesse contexto, são isentos do trabalho somente as crianças muito novas ou anciões e enfermos que não tenham condições de exercer alguma atividade produtiva (BRANDÃO, 1999).

Ainda, conforme análise construída pelo autor, a qualificação profissional de descendentes de famílias camponesas pode ser compreendida como um “hábito” o qual deveria ser conciliado com as outras atividades da unidade produtiva sempre que possível. Nesse contexto, “os filhos são estudantes que também trabalham” (BRANDÃO, 1999, p.37). A criação desse hábito está associada ao isolamento do grupo, uma vez que o desenvolvimento de atividades escolares é responsabilidade exclusiva daqueles que se dedicam aos estudos, por isso, essas atividades não tendem a ser incorporadas à vida do grupo doméstico.

Destacamos, também, que, na compreensão do autor, a qualificação profissional de filhos significa para famílias camponesas o fornecimento de herança intransferível. Consequente a essa consciência, os pais patrocinam a construção do futuro de seus filhos e a dedicação desses grupos domésticos aos processos de elaboração desse futuro é fundamental. Segundo o autor, a centralidade dessa estratégia está relacionada à associação entre as concepções de futuro e de herança. A herança não estaria associada à transferência de bens materiais aos filhos, mas à elaboração de um saber fazer para além de atividades laborais do campo. Nesse contexto, de construção do futuro de filhos de famílias camponesas, o autor expõe a seguinte interpretação:

Entre desejar que seu filho seja um bom violeiro ou um estudante ‘de futuro’, a opção de qualquer pai camponês é pela segunda escolha. Mas ele trabalha pessoalmente mais a primeira na pessoa do filho, porque ela é a única com que sabe lidar, como sujeito de poder, ciência e saber. É porque ela, e não a outra, faz parte de seu mundo corriqueiro que, querendo ou não, construiu para si próprio e imperfeitamente vê produzida naquilo que um pai chama de ‘os meus filhos’ (BRANDÃO, 1999, p. 124).

Embora famílias camponesas construam estratégias relacionadas ao futuro de seus filhos, no cotidiano da vida na unidade produtiva, os descendentes são introduzidos e ensinados a aprender o saber fazer relativo às atividades agrícolas nas quais os pais têm experiência. Por isso, mesmo quando os filhos saem para se qualificar profissionalmente, eles têm que retornar sempre que possível e se

envolvem nas atividades produtivas do campo, contribuindo e aprendendo com o grupo doméstico.

Nesse cenário, a trajetória construída pela família camponesa, mencionada anteriormente, possibilitou a formação acadêmica de seus três filhos. Segundo os relatos dos pais, o filho mais velho formou-se em enfermagem na Universidade do Estado do Pará (Uepa) e, posteriormente, migrou para Castanhal-PA onde atua profissionalmente. A segunda filha formou-se em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, atualmente, é servidora pública do Estado do Pará, atuando como escrivã da Polícia Civil em Belém. E o último filho possui graduação em Física Ambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Educação Física, Fisioterapia e, recentemente, concluiu o curso de medicina na Universidade Estadual do Pará (Uepa). Após sua formação, o terceiro filho migrou para Castanhal-PA onde exerce a profissão de médico.

Ressaltamos que o projeto familiar foi reconstruído após a garantia de posse de terras na região de Santarém. A reconstrução da trajetória familiar está associada às ações promovidas pela esposa segundo a própria narrativa do agricultor. No decorrer dos trabalhos de campo, analisamos que a presença de mulheres no incentivo à qualificação dos filhos é recorrente nas trajetórias de famílias camponesas. Na narrativa a seguir, analisamos a centralidade da posição feminina na formação de seus filhos:

Não, isso aí é parte dela. Ela que dizia assim, que, na família deles, tem uns que estudaram, e estão bem de vida. Tem uns que não estudaram e são colonos, tão mal. Vamos dizer assim. Então ela sempre dizia: “Quem estudou tem as coisas, a vida é mais fácil, filhos vamos ter que estudar”. As coisas foram mudando. A gente foi vendo, precisava. Hoje eu sinto falta de ter pouco estudo e muita falta. Tenho vezes que tu não tens palavras. Não sabe se defender. Não sabe, e quem tem estudo sabe logo. Então isso foi uma coisa boa (Entrevista realizada com Alceu Maders, residente em Boa Esperança, 05 novembro de 2019).

A avaliação da concretização do projeto familiar de qualificar profissionalmente os filhos foi considerada “uma coisa boa” e o nosso interlocutor, na presença da sua esposa, logo esclareceu que a mentora desse projeto foi ela. Ela, observando trajetórias de parentes, julgava que aqueles que estudaram produziram melhores condições de vida, enquanto os que não se dedicaram à qualificação profissional eram colonos e, conseqüentemente, estariam em condições

menos favoráveis, segundo seu juízo. Nesse cenário, eles precisariam valorizar a educação dos filhos, vislumbrando que melhores condições de vida estariam associadas à qualificação profissional.

Esse contexto de valorização do acesso à educação formal esteve muito presente em narrativas que analisamos no decorrer do trabalho de campo. Diversas famílias, alcançadas por esta pesquisa, construíram estratégias para garantir que os descendentes tivessem acesso à qualificação profissional. Entretanto, compreendemos, também, que as condições de existência de cada grupo doméstico foram muito distintas, enquanto alguns puderam patrocinar longos períodos de qualificação dos filhos, outros conciliaram a vida acadêmica com trabalho.

No Quadro 4, a seguir, analisamos percursos construídos por famílias que migraram para região do planalto santareno entre 1940 e 1994. A partir das informações elaboradas no quadro, compreendemos que as trajetórias das famílias abarcadas em nossa pesquisa foram distintas. Esses grupos domésticos, diante das condições que lhes foram impostas no decorrer de cada trajetória, construíram estratégias garantidoras para que os filhos ocupassem diversas posições sociais favoráveis à reprodução social desses núcleos familiares.

Quadro 4 - Perspectiva intergeracional de famílias camponesas no planalto santareno, 2020.

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
Sebastião do Vale (1928) Maria J. Feitosa (1941)	1940	Ceará	Oliva (1959)	Enfermeira	Manaus
			Joaquim (1960)	Engenheiro Mecânico	Manaus
			Leonia (1962)	Administradora	Manaus
			Eugênio (1963)	Empresário	Boa Esperança
			Paulo (1964)	Empresário	Barcagens-MG
			Raimundo (1966)	Empresário	Boa Esperança
			Anastácio (1968)	Empresário	Boa Esperança
			Edinilsa (1971)	Dona de casa	Manaus

Continua

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
Sebastião do Vale (1928) Maria J. Feitosa (1941)	1940	Ceará	Antônio (1973)	Empresário	Boa Esperança
			Mônica (1974)	Enfermeira/ Empresária	Manaus
			Edilberto (1979)	Pecuarista	Santarém
			Gisele (1984)	Bióloga	Santarém
Benedito Barros (1928) Valdelícia G. Silva (1933)	1950	Ceará	Maria (1957)	Empresária	Boa Esperança
			Florizinha (1958)	Aposentada	Boa Esperança
			Antônia (1960)	Aposentada	Boa Esperança
			Edilson (1962)	Agricultor	Boa Esperança
			Evildo (1963)	Falecido	
			Miúdo/ Benedito (1964)	Agricultor	Boa Esperança
			Eneidilson (1966)	Falecido	
			Francisco (1967)	Servidor Público	Boa Esperança
			Nira (1969)	Dona de casa	Santarém
			Dora (1970)	Dona de casa	Boa Esperança
			Luzia (1972)	Professora	Boa Esperança
Neto (1974)	Motorista	Santarém			
Raimundo M. de Souza (1922) Antônia M. da Costa (1943)	1953	Ceará	Orivan (1970)	Agricultor	Boa Esperança
			Eli (1975)	Agricultora	Boa Esperança
			Ezequiel (1977)	Agricultor	Boa Esperança
			Eliei (1978)	Agricultor	Boa Esperança
			Éder (1983)	Agricultor	Boa Esperança
Pedro G. da Costa (1934) Maria da C. Costa (1944)	1964	Paraíba/ Ceará	Luiz (1961)	Motorista de aplicativo	Manaus
			Rubenita (1963)	Dona de casa	Santarém
			Jozadak (1965)	Agricultor	Boa Vista do Cuçari
			Jozanias (1967)	Açougueiro	Manaus
			Rute (1969)	Agricultora	Mojuí

Continua

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
Pedro G. da Costa (1934) Maria da C. Costa (1944)	1964	Paraíba/ Ceará	Rubenilda (1973)	Pastora	Manaus
			Rubeleuza (1974)	Pedagoga	Macapá
			Joilson (1977)	Pintor	Boa Vista-RR
			Joelson (1978)	Vigilante	Tefé-AM
			Jonilson (1980)	Pintor	Boa Vista- AM
			Jonelson (1981)	Mecânico	Manaus
Pedro B. Nascimento (1938) E Maria de Nazaré Galvão (1949)	1969	Rio Grande do Norte/ Ceará	Nelma (1968)	Ajuda a filha num hotel	Paraná
			Nelson (1969)	Servidor público	Santarém
			Nilza (1971)	Dona de casa	Manaus
			Nazildo (1973)	Policial	Santarém
			Nelciclei (1975)	Empresário	Manaus
			Natalino (1978)	Agricultor	Santarém
			Nailson (1981)	Servidor público	Santarém
Francisco P. de Oliveira (1928) Caridade de Alencar (1930)	1973	Ceará	Eliezita (1949)	Agricultura aposentada	Comunidade de Perema
			José (1951)	Agricultor aposentado	Boa Esperança
			Helena - 1954	Pensionista	Brasília
			Raimundo (1955)	Carpinteiro	Santarém
			Doeti -1957	Agricultor	Boa Esperança
			Fernando (1960)	Pedreiro	Manaus
			Anselmo - 1962	Técnico em Enfermagem	Boa Esperança
			Gera-1964	Agricultor	Juriti
			Marta - 1965	Dona de Casa	Manaus
			Gazineu - 1975	Líder de produção	Manaus
			Heloísa -1980	Agricultora	Boa Esperança

Continua

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
Antônio P. dos Santos (1938) Ana Maria da Silva (1943)	1973	Piauí/Ceará	Ary (1965)	Odontólogo	Manaus
			Neide (1966)	Enfermeira	Manaus
			Cleide (1974)	Jornalista	Belém
			Joel (1975)	Professor	Santarém
			Josué (1975)	Jornalista	Santarém
			Zuleide (1977)	Advogada	Santarém
			Jesson (1979)	Sargento da Marinha	Rio de Janeiro
			Jessé (1980)	Fisioterapeuta	Santarém
			Thiago (1987)	Educador físico	Belém
Antônio A. de Sousa (1931) Maria E. Praciano De Sousa (1934)	1973	Ceará	José Airton	Gari	Manaus
			José Ademauro	Guarda Municipal	Manaus
			Antônio José	Cozinheiro	Manaus
			Claudia	Vendedora	Manaus
			Tiago (1985)	Operador de máquinas	Santarém
			Adalberto Suzanito	Agricultor	Boa Esperança
			Gescina	Zeladora	Boa Esperança
			Grijalva	Dona de Casa	Boa Esperança
Lourenço Castro (1942) Eliezita Alencar (1949)	1973	Ceará	Francinei (1968)	Enfermeira	Jacareacanga
			Rosa (1969)	Enfermeira	Macapá
			Josa (1972)	Motorista	Manaus
			Elinei (1975)	Professora	Macapá
			Rosangela (1978)	Empresária	Santarém
			Elisangela (1979)	Professora	Santarém
			Alexsandro (1982)	Mecânico	Manaus
			Elisandra (1996)	Estudante	Santarém

Continua

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
José Alencar (1951) Maria Castro (1940)		Ceará	Marcos (1970)	Empresário	Santarém
			Janes (1972)	Professora	Boa Esperança
			Janilda (1974)	Professora	Boa Esperança
			Marciano (1978)	Empresário	Boa Esperança
Pedro Gonçalves dos Santos (1938) Antônia Pereira Santos (1940)	1976	Maranhão	Raimundo (1957)	Agricultor	Boa Esperança
			João (1959)	Agricultor	Boa Esperança
			Cleide (1964)	Empresária	Macapá
			Daluz (1965)	Professora	Boa Esperança
			Lorenço (1967)	Empresário	Macapá
			Arisnete (1974)	Pedagoga	Macapá/Boa Esperança
Raimundo Santos (1957) Diana Chagas (1963)	1978	Maranhão	Adriano (1985)	Professor	Ipoque-AP
			André (1987)	Professor	Santarém
			Adriel (1988)	Autônomo	Santarém
Cosme Macedo dos Santos (1942) Alice M. Sousa dos Santos (1955)	1981	Maranhão/ Pará	Almir (1974)	Pintor/Vigilante	Boa Vista-RR
			Aldenice (1975)	Servidora pública	Boa Vista-RR
			Aldenilson (1978)	Pedreiro	Boa Vista-RR
			Maria (1980)	Serviços gerais	Boa Vista-RR
			Francisco (1982)	Pintor	Boa Vista-RR
			Arlison (1985)	Artista/ Cantor	Boa Vista-RR
			Arlete (1986)	Vendedora	Boa Vista-RR
			Arlene (1988)	Desempregada	Boa Vista-RR
Arielton (1991)	Cabeleireiro	Boa Vista-RR			

Continua

Família camponesa	Ano de migração	Origem	Descendente	Profissão	Local de residência atual dos descendentes
Antônio Welter (1951) Maria Darci Welter (1954)	1982	Rio Grande do Sul	Luciane (1980)	Bancária	Sem. José Portilho-Pa
			Lenara (1981)	RH	Santarém
			Daniela (1984)	Gerente de posto de combustível	Boa Esperança
			Camila (1992)	Supervisora de Vendas	Santarém
Bertilo Ludwig (1951) melda Maders (1952)	1982	Rio Grande do Sul	Marlise (1974)	Empresária	Belém
			Denise (1976)	Pedagoga	Goiânia
			Sandra (1981)	Direito	Belém
			Keila (1986)	Administração	Minas Gerais
Alceu Maders (1954) Iga Maders (1956)	1982	Rio Grande do Sul	Adilson (1980)	Enfermeiro	Castanhal-PA
			Lenara (1982)	Servidora pública	Belém
			Reli (1984)	Médico	Castanhal-PA
Elói Maders (1964) Inês Simon (1966)	1983	Rio Grande do Sul	Mirco (1990)	Agricultor	Boa Esperança
			Melissa (1997)	Cursando Engenharia Sanitária e Ambiental	Santarém
Raimundo Alves Guimarães (1945) Maria Dercy Godinho Guimarães (1949)	1994	Pará	Odenilson (1970)	Padre	Santarém
			José de Alencar (1972)	Professor	Boa Esperança/ Jacamim
			Jairo (1982)	Advogado	Rondônia
			Márcia (1978)	Enfermeira	Santarém

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020).

Ao analisarmos as informações registradas no quadro 4, podemos elaborar diversas interpretações. Inicialmente, destacamos o processo de migração, anteriormente discutido. Segundo as informações construídas a partir do trabalho de campo, destacamos a origem dessas famílias, em grande parte, associada às regiões Nordeste e Sul do Brasil. Compreendemos, ainda, que a mobilidade desses grupos para o planalto santareno é caracterizada, fundamentalmente, por modos de criação de estratégias as quais viabilizassem o acesso a lotes de terra na região. Na análise das entrevistas de famílias abarcadas por esta pesquisa, são recorrentes

narrativas que elucidam que a migração para região de Santarém tinha a finalidade de garantir a reprodução social do núcleo familiar.

A chegada à região de Santarém, sucedida do acesso à terra, possibilitou que essas famílias reconstruíssem suas trajetórias, considerando modificações no próprio projeto familiar. Para tanto, elas criaram alternativas para além da reprodução da vida camponesa, passando a valorizar a qualificação profissional de seus filhos, associando-a a possíveis inserções no mercado de trabalho assalariado, acompanhadas de melhorias em suas condições de vida conforme avaliações elaboradas por essas próprias famílias.

Nesse contexto, consideramos que o desenvolvimento de polos industriais na região Amazônica, conjuntamente à abertura de outros postos de trabalho, possibilitou movimentos de migrações inter-regionais, especialmente, para as capitais dos estados do Amazonas, Macapá e Roraima. Essas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho assalariado nas cidades destacadas, além de mobilizar fluxos migratórios de descendentes de famílias camponesas, possibilitaram a reestruturação de dinâmicas produtivas no planalto santareno.

Ressaltamos, ainda, que, em análises de informações relativas ao quadro 4, as próprias famílias camponesas, em muitos casos, foram protagonistas e patrocinadoras de processos de qualificação profissional, visto que seus descendentes construíram suas trajetórias de vida exercendo diversas profissões dissociadas das atividades desenvolvidas por seus pais no campo. Nesse contexto, segundo a interpretação elaborada por Brandão (1999), compreendemos que a qualificação dos descendentes desses grupos domésticos, além de promover formas de ascensão social, representa, também, os esforços que essas famílias mobilizaram para a construção do que o autor compreende como herança imaterial proporcionada pelos pais aos seus filhos.

Por fim, interpretamos a construção do protagonismo por famílias camponesas, especialmente, através de estratégias elaboradas em vista do futuro de seus filhos em que a qualificação profissional sucedida ou concomitante da inserção no mercado de trabalho assalariado foram alternativas as quais, possivelmente, favoreceram a redefinição de meios de reprodução do modo de vida camponês e que, na medida que foram sendo introduzidos processos de cultivos de grãos no planalto santareno, essas reconstruções de trajetórias de famílias

camponesas possibilitaram que lotes de terras pertencentes a esses grupos fossem, paulatinamente, incorporados aos processos de reprodução de relações capitalistas mediante o cultivo de grãos no território santareno.

Consequentemente, as escolhas feitas por esses grupos domésticos promoveram suposto enfraquecimento da continuidade de modo de vida valorizado por famílias camponesas, viabilizando que o cenário social fosse favorável à expansão da produção de grãos. Entretanto, compreendemos que outros fatores se associaram a esse cenário, possibilitando a elaboração de estratégias as quais garantissem a produção de grãos na região em relação direta com a reprodução de relações capitalistas.

Por fim, advertimos que não assumimos em nossa pesquisa posições associadas à concepção de que as famílias camponesas foram derrotadas após ou concomitante à introdução da produção de grãos no território santareno. Mas, fundamentados em narrativas construídas pelas famílias abarcadas em nosso trabalho de campo, compreendemos que esses grupos domésticos mobilizaram forças e recursos os quais possibilitaram a reconstrução de estratégias para o provimento de um futuro melhor aos descendentes conforme seus próprios juízos.

6 CONCLUSÕES

A construção histórica e econômica do município de Santarém está relacionada a movimentos de migração e emigração, à introdução de diversas atividades produtivas ou ainda de movimentos que possibilitaram uma leve industrialização de alguns processos produtivos. Destacamos a expansão do mercado de serviços mobilizados por demandas do próprio município ou de cidades vizinhas, colocando Santarém em condição privilegiada de unidade administrativa fornecedora de suporte, mercadorias e serviços a outros municípios, especialmente, os que compõem a região do Oeste do Pará.

Elucidamos que o município de Santarém, além de se destacar na região do Baixo Amazonas, ocupa posição relevante no mercado internacional, especialmente por, historicamente, oferecer possibilidades de exportação de mercadorias para países da Europa, da América do Norte e da Ásia. Analisando a relação que Santarém mantém com mercados internacionais, destacamos que a conexão foi possibilitada, em diversos momentos da história da região, por atividades produtivas desenvolvidas externamente e que atendiam a interesses comerciais dos mais diversificados mercados nacionais ou mesmo internacionais.

Como procuramos ressaltar, no decorrer da análise neste texto de tese, não adotamos a posição de compreensão de ciclos econômicos, mas partimos do entendimento que diversas atividades produtivas praticadas na região, interrompidas em algum momento, muitas delas novamente mobilizadas em outros períodos da história por meio de iniciativas internas ou mesmo externas à região. Valorizando a retomada de algumas atividades produtivas, destacamos a reintrodução do cultivo de juta e pimenta do reino, possibilitadas com a introdução de outras técnicas de plantio e de beneficiamento da produção associada a essas atividades produtivas.

A retomada de atividades produtivas anteriormente praticadas na região, em nosso entendimento, demonstrou que a compreensão de ciclos econômicos pode não ser suficiente para analisar dinâmicas socioeconômicas construídas por atores sociais fixados na região. Consideramos, ainda, que a reintrodução de diversas atividades possibilitou às famílias camponesas a criação de alternativas de cultivos em seus lotes e, ainda, proporcionou a inserção de descendentes de camponeses em postos de trabalhos abertos conforme o surgimento de demandas da introdução ou reintrodução de atividades produtivas na economia local.

Além disso, diante da dinâmica social e econômica no território santareno, houve, conjuntamente à retomada de algumas atividades produtivas, a introdução de outras atividades até então consideradas novas na região, com destaque para inserção do cultivo de grãos que, em pouco tempo, ocupou grande área de terra, especialmente, no planalto santareno.

Analisamos o impacto da introdução do cultivo de grãos a outras atividades produtivas, interferindo diretamente em sua continuidade ou pressionando diversos descendentes de famílias camponesas que, permanecendo no desenvolvimento de suas atividades produtivas no campo, foram empurrados para áreas do interior do município, a exemplo do Chapadão, conforme analisamos anteriormente, onde, hoje, diversos produtores possuem lotes de terra e neles desenvolvem atividades produtivas, especialmente, produzindo legumes, feijão, arroz, frutas e mandioca. Entretanto, advertimos que, no contexto atual, essa região está sendo pressionada e, possivelmente, no futuro, também será incorporada aos campos de cultivo de grãos.

Compreendemos que, dos diversos contextos históricos, sociais e econômicos criados em território santareno, muitos deles possibilitaram a migração de famílias camponesas para região, buscando construir estratégias que garantissem o acesso à terra, com isso, possibilitando a manutenção da reprodução do modo de vida camponês às próprias famílias constituídas ou em constituição e, especialmente, garantindo, inicialmente aos seus descendentes, as mesmas condições de reprodução social.

Todavia, para compreender esses contextos, invertamos o ponto de vista da análise pretendida sobre o objeto de estudo conforme nos propomos no início da elaboração de nossas análises que nos possibilitou construir compreensões sobre processos de expansão da produção de grãos no território do município de Santarém conforme narrativas realizadas por famílias camponesas, valorizando as reconstruções de alternativas de vidas mobilizadas anteriormente à introdução do cultivo de grãos na região.

A escolha de outro ponto de vista epistemológico garantiu a construção de contrapontos a interpretações nas quais seus autores pressupõem que famílias camponesas foram derrotadas e tiveram suas trajetórias interrompidas com a introdução do cultivo de grãos no planalto santareno. Contudo, no decorrer de nosso

texto de tese, fundamentados em narrativas criadas por essas famílias e a partir delas, compreendemos processos de construção de estratégias e patrocínios de projetos em vista da criação de alternativas de vidas garantidoras de melhores condições de vida aos descendentes conforme juízos construídos pelos próprios camponeses.

A construção dessas estratégias possibilitou aos descendentes dessas famílias sua introdução em outros setores da economia regional, valorizando, sobretudo, possibilidades de inserção no mercado de trabalho assalariado, o que esteve diretamente associado ao surgimento de oportunidades de empregos, especialmente, em municípios marcados por processos de introdução de produção industrial, com destaque para Manaus que, com a instalação da Zona Franca, mobilizou grande quantidade de mão de obra na região Amazônica conforme análise realizada por Neves (2014).

A inserção de descendentes de famílias camponesas no mercado de trabalho assalariado provocou, com o transcorrer do tempo, certa descontinuidade da reprodução do modo de vida camponês na região. A saída de filhos do espaço rural, esvaziando o número de residentes nos lotes de terra no planalto santareno, conjuntamente ao envelhecimento de casais camponeses, estabeleceu condições para que lotes de terras pertencentes a esses grupos fossem paulatinamente incorporados ao cultivo de grãos. Comumente, essa incorporação ocorre pela venda do lote ou apenas pelo seu arrendamento, permanecendo a posse com a família camponesa.

Ressaltamos que a posse da terra e a qualificação dela estabeleceram bases para que grupos familiares camponeses os quais migraram para região de Santarém pudessem construir outros caminhos possíveis aos seus filhos. Entretanto, o acesso aos serviços públicos e, especialmente educação, foram determinantes para que esses trabalhadores vislumbrassem outros modos de vida aos seus descendentes, possibilitando, conforme analisamos no Quadro 4, a inserção dos filhos em diversas profissões e serviços, construindo, ainda, bases para futuras gerações dessas famílias.

Compreendemos que esses grupos familiares são protagonistas de trajetórias possibilitadoras da construção de análises em que o viés adotado seja dissociado de concepções derrotistas ou, ainda, de entendimentos que valorizam

suposta contribuição em processos de favelização de municípios da região do Baixo Amazonas que estariam diretamente associados à venda de lotes de terra na zona rural, seguida de um suposto êxodo rural.

Todavia, na realização de nosso trabalho de campo e analisando narrativas alcançadas por nossa pesquisa, compreendemos que famílias camponesas, em muitos casos, buscam construir alternativas de vidas para seus descendentes, possibilitando uma modalidade de herança imaterial que em muitas narrativas, por nós analisadas, estão associadas à garantia de acesso à educação formal, herança que os pais camponeses poderiam oferecer aos seus filhos, garantindo-lhes futuro melhor conforme ambições por eles projetadas.

Admitimos, então, que produtores de grãos na região de Santarém elaboraram estratégias para pressionar diversos grupos domésticos que tinham ou ainda têm posses de terras no território santareno. Mas ressaltamos que muitas famílias comercializaram seus lotes e outras ainda pretendem fazê-lo no futuro, considerando que as alternativas de vidas concretizadas estão dissociadas à permanência dos filhos no desenvolvimento de atividades produtivas valorizadas pelo modelo de vida camponês.

Diversas motivações possibilitam a negociação de lotes, dentre elas, destacamos a perda da capacidade produtiva do lote, motivada pela ausência de mão de obra, em muitos casos, ligada à migração dos filhos e ao envelhecimento do casal camponês. Outro motivo está associado ao alcance da idade de aposentadoria dos genitores dessas famílias, evento que possibilita a migração do casal para zona urbana e a constituição de residência próxima dos filhos ou, ainda, de serviços de saúde. Em outros casos, a família, mesmo após a comercialização do lote, permanece residindo na zona rural, geralmente adquirindo lote melhor em áreas de concentração demográfica.

Essas razões, conjuntamente às trajetórias de famílias camponesas alcançadas por nossa pesquisa, permitem-nos compreender que esses grupos domésticos tiveram alguns de seus projetos familiares consolidados antes da introdução da produção de grãos na região. Por conseguinte, a consolidação de suas trajetórias e a construção de relativa autonomia de seus filhos diante de projetos futuros possibilitaram que diversos lotes de terras fossem incorporados às fazendas de cultivo de grãos na região do município de Santarém, ainda hoje em

expansão, mas a transferência implicou certas convergências de diferenciados projetos. Enfim, é impossível compreender as dinâmicas operantes nos modos de ser camponês sem considerar essa própria base familiar que se referencia por sentidos dependentes dos modos de gestão dos ciclos de vida de constituição, expansão e retração dos membros que compõem uma família, mormente quando ela é base da atividade produtiva que, por sua vez, também o é da reprodução social em múltiplos sentidos.

REFERÊNCIAS

- A1 – Entrevistado C. M. P. [15 de jun. 2017]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2017. Gravação em gravador digital.
- A2 – Entrevistado C. S. [10 de maio. 2017]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2017. Gravação em gravador digital.
- A3 – Entrevistado F.P. O. [20 de dez. 2017]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2017. Gravação em gravador digital.
- A4 – Entrevistado M. I. B. S. [12 de jan. 2018]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2018. Gravação em gravador digital.
- A5 – Entrevistado C.P. S. [27 de jan. 2018]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2018. Gravação em gravador digital.
- A6 – Entrevistado A. C. S. [22 de fev. 2018]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2018. Gravação em gravador digital.
- A7 – Entrevistado H. F. [20 de nov. 2018]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2018. Gravação em gravador digital.
- A8 – Entrevistado A. M [05 de nov. 2019]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2019. Gravação em gravador digital.
- A9 – Entrevistado A. A. P. [30 de nov. 2019]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2019. Gravação em gravador digital.
- A10 – Entrevistado M. D. [10 de dez. 2019]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2019. Gravação em gravador digital.
- A11 – Entrevistado M. D. G [14 de jan. 2020]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2020. Gravação em gravador digital.
- A12 – Entrevistado S. V. S. [15 de jan. 2020]. Entrevistador: Marcelo Praciano de Sousa. Santarém (PA): s.e., 2020. Gravação em gravador digital.
- ABRAMOVAY, R. **Bases para formulação da política brasileira de desenvolvimento rural:** agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília, NEAD/IICA, 1998.
- ABRAMOVAY, R. VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o desenvolvimento rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, IPEA, 1999.
- ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. **A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia, Nordeste).** Agricultura Familiar, Belém, v. 1, n. 2-3, p. 142-154, 2000.

ALENCAR, Ane et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. IPAM, Belém, p. 1-89, 2004.

ALENCAR, A.; MICOL, L.; REID, J.; AMED, M.; OLIVEIRA, M.; ZEIDEMANN, V.; SOUSA JÚNIOR, W. C. de. **A pavimentação da BR -163 e os desafios à sustentabilidade: uma análise econômica, social e ambiental**. Belo Horizonte: CSF, 2005.

ALENCASTRO, L. F. de. **O fardo dos bacharéis: Novos Estudos**. São Paulo, 1987.

ALMEIDA, A. W. B. **Movimentos migratórios nos vales do Tapajós e do Xingu: Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeografado, 1974.

ALTIERI, M.; PENGUE, W. **GM soybean: Latin America's new colonizer**. 2006. Disponível em: www.grain.org/seedling/index.cfm?id=421. Acesso em: 03 nov. 2018.

ARIMA, E.; VERÍSISMO, A. Brasil em ação: ameaças e oportunidades econômicas na fronteira Amazônica. **Belém: Imazon**, 2002.

ARNAULD DE SARTRE, X.; MARIN, J. O. B.; ASSIS, W. S. de; LOPES, R. da S.; VEIGA, I. **Mobilidades geográfico-profissionais de duas gerações de agricultores familiares assentados na Amazônia oriental**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 1, p. 17-32, jan.-abr. 2016.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. **Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Territórios: Rio de Janeiro, ano 4, n.6, p.29-42, 1999.

BERGER, M.; ORTEGA, F. **Poblaciones expuestas a agrotóxicos: auto organización ciudadana en la defensa de la vida y la salud**, Ciudad de Córdoba, Argentina. Revista de saúde coletiva, Argentina, v. 20, n. 1, p. 119-143, 2010.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J.C. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. UNESP, São Paulo, 2004.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. Editora Sulina, Porto Alegre, 1999.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida**. São Paulo: Geic/Cabral Editora, 1995.

BRANDÃO, C. R. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995a.

BUENO, B. P. S. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822).** An. mus. paul. [online], vol.17, n. 2, p.251-294, 2009.

CARVALHO, V. de; TURA, L. **A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça a segurança alimentar.** UFF, Niterói, FASE, 2006.

CASTRILLON FERNÁNDEZ, A. J. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.** 2007. Tese (Doutorado) –Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, E. **Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados.** In: COELHO, M. C. et al. Estado e políticas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém, PA, CEJUP:UFPA; NAEA, p. 7-32. 2001.

COLARES, M. L. I. S. **Panorama da educação em Santarém.** Revista HISTEDBR, Campinas, n.23, p. 95 –113. 2006.

Comissão da Pastoral da Terra (CPT). **Relatório sobre a expansão de soja em Santarém.** Santarém, 2006.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos.** 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Indicadores da agropecuária.** Ano XIV, nº 13, 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/indicadores/pubindicadores.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Perspectivas para agropecuária.** Brasília, v.1, p 1-154, 2013.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Séries históricas: soja.** 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&>. Acesso em: 8 jun. 2018.

CORTES, J. C. **Mobilidade e distribuição populacional em Santarém, Pará: recente reconfiguração do meio rural na Amazônia,** 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Demografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

CORTES, J. C. **Reconfiguração do Meio Rural no Pará: Mobilidade e Distribuição da População.** In: D'ANTONA, A.O.; CARMO, R.L. (Org). Dinâmicas demográficas e ambiente. Unicamp: Campinas, 2011.

COSTA, F. G.. **Avaliação do potencial de expansão da soja na Amazônia Legal: uma aplicação do modelo de Von Thünen.** Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação

em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba, 2000.

COSTA, S. M. G. da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** Tese (Doutorado) - Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade do Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

COUTO, E. M. de. **Casarões histórico de Santarém: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará, Belém-Pa, 2013.

D'ANTONA, A. O.; CAK, A. D.; VANWEY, L. K. Efeitos de escala da análise em estudos de mudança da cobertura da terra entre Santarém e Altamira, no Pará, Brasil. *In*: HOGAN, D.J (Org). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro.** Núcleo de Estudos de População NEPO/UNICAMP, Campinas, 2007.

D' ANTONA, A. O.; VANWEY, L.; LUDEWIGS, T. **Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia.** Acta Amazônica. Manaus, v.41, n.2, p. 223-232.

DE SÁ, M.E.R.; COSTA, S. M. G; TAVARES, L.P.O. **Interfaces entre rural e urbano, a partir da Feira do produtor Rural, no município de Santarém/PA.** *In*: CARDOSO, A.C.D (org.). O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA. 2006.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. **O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja.** Ambiente e Sociedade, v. XV, n. 2, p. 1-22. 2012.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 16 maio 2015.

FEARNSIDE, P. M. **Brazil's Cuiabá-Santarém (BR-163) high-way: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon.** 2006. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Preprints/2006/Fearnside-BR-163-text-6.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

FIRMINO, W. G. **Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui para ali até o assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).** Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão-GO, 140f, 2013.

FONSECA, W.D. **Santarém: momentos históricos.** 4ª edição. Santarém: Editora Tiagão, 1966.

FUNDAÇÃO de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia (FUNAGRI); EMBRAPA. **Zoneamento ecológico econômico da área de influência da BR-163.** Belém, PA: Funagri, 2006. p. 229-252.

GAMA, A. do S.; ALENCAR, A.; LIMA, A. de N.; FERREIRA, F. **O avanço da soja e a questão fundiária na Amazônia: o caso do Baixo Amazonas**. IPAM, 2006.

GARCIA JR, A. R.; HEREDIA, B. A. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, V. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: editora UNESP; Brasília, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HASSE, G. **O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades**. RS: L&PM, Porto Alegre, 1996.

HOEFLE, S. W. **Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do Oeste do Pará**. Espaço aberto, V. 3, Nº 1, p.45-76, Rio de Janeiro, 2013.

HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. DF: Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 1995-96**. Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **Plano territorial de desenvolvimento rural Sustentável do Baixo Amazonas**, Estado do Pará, Santarém, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Setor agropecuário brasileiro pós-novo código florestal: uma simulação de impactos econômicos**. Brasília, 2017.

JORNAL IMPACTO. **SANTARÉM**, 1999.

JORNAL IMPACTO. **SANTARÉM**, 2004.

JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

LAURANCE, W. F.; COCHRANE, M. A.; BERGEN, S.; FEARNSIDE, P. M.; DELAMÔNICA, P.; BARBER, C.; D'ANGELO, S. e FERNANDES, T. **The future of the Brazilian Amazon**. Science, n. 291, p. 438-439. 2001.

LEÃO, S. A. V. **Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará**. Tese (Doutorado)– Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1991.

MACEDO, I. C.; NOGUEIRA, L. A. H. **Avaliação do biodiesel no Brasil**. DF: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, 2005.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MARGARIT, E. **O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: Uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar**. Geografia em questão, Marechal Cândido Rondon, v.6, n 01, p.12-31, mar, 2013.

MARTINS, J. de S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. Editora Hucitec, Cap. 4. p. 145-203, São Paulo, 1997.

MATOS, L. **Categorização agronômica dos sistemas de produção e análise dos processos de tomada de decisão sobre o uso da terra nos estabelecimentos**

rurais que compõem a associação de agricultura ecológica (AGE) no Distrito Federal. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cerrados/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1041676/caracterizacao-agronomica-dos-sistemas-de-producao-e-analise-dos-processos-de-tomada-de-decisao-sobre-o-uso-da-terra-nos-estabelecimentos-rurais-que-compoem-a-associacao-de-agricultura-ecologica-age--distrito-federal-df>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília, NEAD/MDA, 2005.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba. Migração, família e reprodução da força de trabalho.** Dissertação (Mestrado), Pós-graduação em Sociologia. Universidade federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). SOARES, E.S (Org). **Desafios, resultados, ameaças e oportunidades em uma unidade de conservação na Amazônia: “Floresta Nacional do Tapajós”.** IBAMA-Pro Manejo, 169p. Santarém, 2006.

MONTEIRO, R. **Dinâmicas socioambientais e tendências urbanas e rurais na Amazônia: estudos dos municípios de Juruti, Santarém e Brasil Novo, no Pará.** Relatório de Pesquisa. Santarém, Mimeografado, 2004.

MOREIRA, J.C.; PERES, F.; PIGNATI, W. A.; DORES, E. F. G. C. **Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso de agrotóxicos na agricultura e pecuária na região Centro-Oeste.** Relatório de pesquisa CNPq. Brasília, 2010.

MUELLER, C. C. **Dinâmicas, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil.** Instituto Sociedade, População e Natureza. Documento de Trabalho n. 7, 1992.

MUELLER, C. C.; Bustamante, M. **Análise da expansão da soja no Brasil.** Versão Preliminar, abril de 2002. Disponível em: <http://www.worldbank.org/rfpp/news/debates/mueller.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

NAIFF, D. G. M.; MONTEIRO, R. C.; NAIFF, L. A. M. **O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários.** Psico-USF, v. 14, n. 2, p. 221-227, 2009.

NEVES, D. P. **Crescentes e minguentes: estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana no capital.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, D. P. **Mulheres em Santarém: Alternativas de vida.** Editora Alternativa, Niterói, 2014.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista.** Eduff, Niterói, 1997.

NEVES, D. P. **Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base.** In: NEVES, D. P. (Org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008a, v. 1, p. 61-98.

NEVES, D. P. **Mediação social e mediadores políticos.** In: NEVES, D.P., (Org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008b, v. 1, p. 21-44.

OLIVEIRA, F. **A reconquista da Amazônia.** In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. A Amazônia e a crise da modernização. ICISA; UFPA; MPEG, p. 83-93. Belém, PA, 2009.

OLIVEIRA, G. L. T.; HECHT, S. **Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America.** The Journal of Peasant Studies, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.

OLIVEIRA, J. M. G. C. **Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano.** Actas del X Colóquio Internacional de Geocrítica. Univesitat de Barcelona, Barcelona, 2008.

OSÓRIO, R. M. L. **A produção de soja no Oeste do Pará: a tomada de decisão do produtor rural e as características da atividade produtiva em meio à floresta amazônica.** Universidade de Brasília. Brasília, 175p., 2018.

PEREIRA, J.C.M.P. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional.** In: CARDOSO, A.C.D. (Org.). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. EDUDPA, 215p. Belém, 2006.

PEREIRA, J.C.M.P. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA).** 2004. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de altos estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira.** Tese (Doutorado) -Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.** Consequência editora, Rio de Janeiro 2017.

PRADO J. C. **A evolução política do Brasil: e outros estudos.** Companhia das Letras, São Paulo 1987.

PUTY, C. A. C. B. **Agricultura empresarial mecanizada.** In: Zoneamento-ecológico econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá-Santarém): gestão territorial. EMBRAPA, Amazônia Oriental. v. 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia, p. 229-252. Belém, 2007.

RAVACHE, R. L. **Migração e modernização em cidades médias da Amazônia legal: Área de abrangência da BR-163.** Tese (doutorado) – Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 285f, 2013.

RIBEIRO, C. **Terra barata leva soja ao extremo Norte do Brasil.** 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/terra-barata-leva-soja-ao-extremo-norte-do-brasil-6i04a71ojsl7gffb75g2zbspl>. Acesso em: 26 jan. 2019.

RIBEIRO, S. **Oligopólio, poder, dependência e pobreza.** 2009. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/1122-oligopolio-poder-dependencia-e-pobreza>. Acesso em: 01 maio 2019.

REIS, A. C. F. **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RODRIGUES, J. E. L. F.; TEIXEIRA, R. N. G. **Adubação com N, P e K na cultura do arroz, em agricultura familiar, no município de São Sebastião da Boa Vista, Marajó-PA,** 2006.

SÁ, M. E. R; COSTA, S.M.G; TAVARES, L. P.O. **O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos.** In: CARDOSO, A. (Org). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: Ed. Edufpa, 2006, p. 113-160.

SABLAYROLLES, P; SANTOS, M.M; HIRN, A.K; ESCROIGNARD, E. **Cadeias produtivas madeireiras na região de Santarém e experiências de parcerias comunidade/Empresas.** Relatório final do diagnóstico do Projeto Floresta em Pé. Projeto Floresta em Pé. Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos. Belém, 2008.

SANTOS, A. C.; FRANCO, C.R. **O ciclo de extração de Pau-Rosa em Santarém (1940-1950).** Anais 62ª Reunião Anual da SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência. Natal, jul, 2010.

SANTOS, A. das C. **Uso do território e dinâmicas territoriais na região da rodovia Santarém-Curuá-Úna (PA 370): O exemplo da realidade da comunidade de Boa Esperança.** Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Natureza, Sociedade e desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** EDUSP, São Paulo, 2008.

SANTOS, P. R.. **Tupaiulândia: Santarém.** Imprensa oficial do Estado, Belém, 1971.

SAUER, S. PIETRAFESA, J. P. **Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará.** Acta Geográfica, p. 245-264, 2013.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2005.

SCOTT, P.R. **Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste**. Revista do Migrante, p. 23-27, 1995.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: Economia política da urbanização. 3ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1976.

SOUSA, M. P. de. **Movimentos Sociais: a contra-hegemonia ao processo de expansão da monocultura da soja em Santarém/PA (2000-2010)**. 1 ed. Vol. 1. Curitiba: CRV, 2017.

SOUZA, A. F. de. **De geração em geração, famílias na luta por um pedaço de chão: estratégias de reprodução social camponesa no vale do Juari-Tocantins**. Tese (doutorado) – Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. 271f, Campinas-SP, 2017.

STELLA, T. H. de T. **A integração econômica da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Economia, Universidade de Campinas. 213f, São Paulo, 2009.

TRISTAN, D. R. M. **Trabalhadores da Tecejuta: experiência operária e construção da memória numa fábrica têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)**. 209f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

USDA. **United States Department of Agriculture**. Disponível em <<http://www.usda.gov>>. Acesso: em 27 de junho de 2020.

VANWEY, L. K.; BRONDÍZIO, E. S.; D'ANTONA A. O.; MORAN, E. F. **Household and Lot Life Cycles and Land Use in the Brazilian Amazon**. **Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change**, Indiana University, 2006.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VENTURIERI, A. et al. **Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. p. 703-710. Florianópolis, 2007.

WANDERLEY, M. de N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 21-55.

WESZ JUNIOR, V. J. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WOLF, E. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California press, 1982.

WOORTMAN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, p. 35-51, 1990.

WOORTMAN, K. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec, Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997.